

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA,
EM FLORIANÓPOLIS/SC:
O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO
CULTURAL, AMBIENTAL E SOCIAL**

Karina Baseggio



Rio de Janeiro

2024



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

**PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA,
EM FLORIANÓPOLIS/SC:
O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO
CULTURAL, AMBIENTAL E SOCIAL**

Karina Baseggio

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio (Linha de Pesquisa: Projeto de Revitalização e Restauração) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Mônica Bahia Schlee

Coorientadora: Ana Paula Polizzo

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

B299p Baseggio, Karina
PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA,
EM FLORIANÓPOLIS/SC: O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE
DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO CULTURAL, AMBIENTAL E
SOCIAL / Karina Baseggio. -- Rio de Janeiro, 2024.
126 f.

Orientadora: Mônica Bahia Schlee.
Coorientadora: Ana Paula Polizzo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2024.

1. patrimônio ambiental e paisagístico. 2.
reabilitação. 3. reutilização. 4. Agronômica. I. Bahia
Schlee, Mônica, orient. II. Polizzo, Ana Paula,
coorient. III. Título.

**PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA,
EM FLORIANÓPOLIS/SC:
O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO
CULTURAL, AMBIENTAL E SOCIAL**

Karina Baseggio

Orientadora: Mônica Bahia Schlee
Coorientadora: Ana Paula Polizzo

Dissertação do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio (Linha de Pesquisa: Projeto de Revitalização e Restauração) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Mônica Bahia Schlee – Presidente
PROARQ – Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Polizzo – coorientadora
PROARQ – Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Vera Regina Tângari – membro interno
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Alina Gonçalves Santiago – membro externo
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Arlis Buhl Peres – membro externo

Rio de Janeiro

2024

*Este trabalho é dedicado a minha
mãe, Lila, e ao meu filho, Nicolas.*

RESUMO

**PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA,
EM FLORIANÓPOLIS/SC:
O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO
CULTURAL, AMBIENTAL E SOCIAL**

Karina Baseggio

Orientadora: Mônica Bahia Schlee

Coorientadora: Ana Paula Polizzo

Esta dissertação problematiza o bairro Agronômica, em Florianópolis/SC, abordando as principais transformações urbanas, o patrimônio urbano: cultural e ambiental remanescente e aspectos do planejamento territorial e da valorização imobiliária que levaram à segregação sócio espacial e à perda de valores culturais e socioambientais representativos da identidade local. Tomou-se como objeto de estudo o conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na Rua Frei Caneca – conformado por duas edificações ecléticas e por uma massa de vegetação nativa – e o edifício sede da União Recreativa e Cultural (U.R.C) 25 de Dezembro. Atualmente, estes espaços encontram-se sem uso e degradados. Esta problemática induziu o objetivo principal deste trabalho: apresentar uma proposta de reutilização e de intervenção arquitetônica para o objeto de estudo capaz de promover sua reabilitação e de estabelecer relações de conexão e de continuidades urbanas. Para tanto, adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica de referenciais teóricos que abordam as temáticas da reabilitação urbana, da reutilização do patrimônio e da intervenção arquitetônica em sítios portadores de valor patrimonial, além de pesquisas de referenciais projetuais, realização de análises territoriais e edilícias (por meio de visitas de campo, levantamento arquitetônico, registro fotográfico, mapeamento de danos, pesquisas: cadastral, histórica, de dados e em arquivos), elaboração de diagnóstico urbano e de estudos espaciais. Ao longo do trabalho foram enfrentados alguns desafios como o difícil acesso aos locais de intervenção e a escassez de material técnico para subsídio do projeto. Ainda assim, foi possível apresentar a proposta de implantação de um parque temático relacionado à memória de Fritz Müller da U.R.C 25 de Dezembro, de forma a contribuir para a reflexão acerca da reabilitação dos espaços estudados e de outros casos que envolvam projeto e patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio ambiental e paisagístico, reabilitação, reutilização, Agronômica.

Rio de Janeiro

2024

ABSTRACT

PRE-EXISTENCES IN THE LANDSCAPE OF THE AGRONÔMICA NEIGHBORHOOD, IN FLORIANÓPOLIS/SC: THE TERRITORY AS A POSSIBILITY FOR CULTURAL, ENVIRONMENTAL AND SOCIAL VALORIZATION AND CONNECTION

Karina Baseggio

Advisor: Mônica Bahia Schlee
Co-supervisor: Ana Paula Polizzo

This dissertation discusses the Agronômica neighborhood, located in Florianópolis/SC, addressing the main urban transformations it has undergone and identifying the remaining built, environmental and symbolic heritage and the aspects related to territorial planning and real estate development that have led to socio-spatial segregation and the loss of cultural and socio-environmental values representative of local identity. Taken as object of study the architectural and landscape ensemble located on Frei Caneca's Street – made up of two eclectic buildings and a mass of native trees – and the headquarters building of the former União Recreativa e Cultural (U.R.C) 25 de Dezembro. These spaces are currently unused and in an advanced stage of degradation. This problem led to the main objective of this work: to present a proposal for reuse and architectural intervention for the object of study, capable of promoting its rehabilitation and establishing relationships of connection and urban continuity. To this end, the methodology adopted was a bibliographic review of theoretical references that deal with the themes of urban rehabilitation, the reuse of heritage and architectural intervention in sites with heritage value, as well as research into design references, territorial and building analysis (through field visits, architectural surveys, photographic records, damage mapping, cadastral, historical, data and archive research), the preparation of an urban diagnosis and spatial studies. Throughout the work, some challenges were faced, such as difficult access to the intervention sites and the scarcity of technical material to support the project. Even so, it was possible to present a proposal for the implementation of a theme park related to the memory of Fritz Müller at U.R.C 25 de Dezembro, in order to contribute to the reflection on the rehabilitation of the spaces studied and other cases involving architectural design and heritage.

Keywords: environmental and landscape heritage, rehabilitation, reuse, Agronômica.

Rio de Janeiro

2024

SUMÁRIO

PREEXISTÊNCIAS NA PAISAGEM DO BAIRRO AGRONÔMICA, EM FLORIANÓPOLIS/SC: O TERRITÓRIO COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO E CONEXÃO CULTURAL, AMBIENTAL E SOCIAL

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1. Reabilitação do Patrimônio Urbano: Cultural e Ambiental	17
1.2. Intervenções em bens culturais – a busca das continuidades urbanas	20
1.3. Critérios de restauro e de intervenção em edificações de interesse cultural	22
CAPÍTULO 2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO	25
2.1. Apresentação do objeto de estudo	25
2.2. Contexto urbano e transformação da paisagem	34
2.3. Poligonal de influência e análises territoriais	49
2.4. Patrimônio construído	63
2.4.1. Análise tipológica e identificação dos materiais e sistemas construtivos	63
2.4.2. Levantamento arquitetônico	68
2.4.3. Análise do estado de conservação	73
2.4.3.1. Mapeamento de danos e diagnóstico	84
CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	87
3.1. Problemas e potencialidades	87
3.2. Referências projetuais	89
3.2.1. UNILIVRE	89
3.2.2. Projeto Arquitetônico para o IMPA, de Carla Juaçaba	96
3.2.3. Espaço transmissor do túmulo	99
3.3. Desenvolvimento da proposta	101
3.3.1. Premissas e diretrizes de intervenção	101
3.3.2. Processo projetual	102
3.4. Projeto arquitetônico	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Situação do bairro Agronômica (em vermelho), em Florianópolis.	26
Figura 2. O bairro Agronômica (em azul); o recorte territorial definido como poligonal de influência (em laranja) e o objeto de estudo (em amarelo).	27
Figura 3. Vista aérea do conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, s/n, (em vermelho) com destaque das edificações ecléticas remanescentes no terreno (em amarelo) e identificação das vias de acesso. ..	28
Figura 4. Projeto do sobrado (1924) assinado por Augusto Huebel.	29
Figura 5. Demarcação do PANAMC. Em vermelho, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca.	30
Figura 6. Edificações ecléticas na Rua Frei Caneca, s/n.....	31
Figura 7. Reunião de diretoria da U.R.C 25 de Dezembro. Sem data identificada.	32
Figura 8. O clube de portas fechadas.....	33
Figura 9. Frente do edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro.....	33
Figura 10. Vista aérea do complexo formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca (em vermelho) e pelo edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro (em laranja) demonstrando as conexões urbanas possíveis.	34
Figura 11. Mapa de Desterro, de 1819, no qual os trechos 1 e 2 representam a antiga estrada da Pedra Grande.	35
Figura 12. Fritz Müller, em 1891.	37
Figura 13. Estuário Fritz Müller. Destaque do objeto de estudo (em vermelho)	39
Figura 14. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1938.	41
Figura 15. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1957.	41
Figura 16. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1977.	41
Figura 17. Panorâmica do bairro Agronômica, década de 1970, com indicação da massa arbórea remanescente.	42
Figura 18. Panorâmica do bairro Agronômica, em 2015, com indicação da massa arbórea remanescente.	42
Figura 19. Panorâmica do bairro Agronômica na atualidade, com indicação da massa arbórea remanescente.	42

Figura 20. Fotografia histórica, do início do séc. XX. À esquerda, as casas ecléticas que conformam o conjunto arquitetônico estudado, na Rua Frei Caneca.....	44
Figura 21. Fotografia da Rua Frei Caneca, em 2016. À esquerda, a fachada das casas ecléticas estudadas.....	44
Figura 22. Fotografia aérea (1938). Em vermelho, a localização das edificações ecléticas remanescentes no trecho do bairro em análise.	45
Figura 23. Ortofoto (2016). Trecho do bairro Agrônômica analisado. Em vermelho, a localização das edificações ecléticas remanescentes.	46
Figura 24. Arquiteturas ecléticas remanescentes no bairro Agrônômica. As casas indicadas como A e B constituem parte do objeto de estudo.....	46
Figura 25. Edificações eclética na Rua Frei Caneca, s/n (a, b). À esquerda, a casa térrea, à direita, o sobrado de porão alto.....	46
Figura 26. Sobrado eclético de porão alto sito à Rua Rui Barbosa, 136 (c)	47
Figura 27. Antigo “Santa Catarina <i>Country Club</i> ” (d), restaurado no ano de 2013.....	48
Figura 28. Palacete do antigo “Santa Catarina <i>Country Club</i> ”, em 1979.	48
Figura 29. Limites da poligonal de influência, com demarcação do conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca (em vermelho), do edifício seda da antiga U.R.C 25 de Dezembro (em laranja) e da faixa de aterro (pontilhado).....	49
Figura 30. Padrão construído (mapa de cheio e vazios).	50
Figura 31. Topografia.....	50
Figura 32. Perfil socioeconômico das arquiteturas do bairro Agrônômica.....	51
Figura 33. Vista do bairro Agrônômica.....	52
Figura 34. Vista da massa arbórea que compreende o objeto de estudo e imediações.....	52
Figura 35. Perfil do bairro compreendendo a borda d’água, a faixa de aterro, o lote sito à Rua Frei Caneca, s/n, e as vizinhanças até o início do maciço central.....	52
Figura 36. Usos urbanos.	53
Figura 37. Zoneamento.....	54
Figura 38. Condicionantes ambientais.....	55
Figura 39. Fluxos e sistema de espaços livres.....	56

Figura 40. Bens culturais patrimonializáveis identificados na poligonal de influência.....	57
Figura 41. Frente do conjunto arquitetônico e urbanístico localizado na Rua Frei Caneca.....	58
Figura 42. Lateral/sul da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, voltada para a Rua Padre Schrader.	59
Figura 43. Frente da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, voltada para a Rua Frei Caneca.	59
Figura 44. Esquina entre as Ruas Frei Caneca e Padre Schrader.	60
Figura 45. Confrontantes residenciais junto à curva da Rua Padre Schrader.....	60
Figura 46. Construção de edifício verticalizado na Rua Padre Schrader.....	61
Figura 47. Edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro	62
Figura 48. Vista do bairro compreendendo a localidade do Morro do 25.....	62
Figura 49. Rua José Pedro Gil, situada na localidade do Morro do 25 demarcada como ZEIS, confronta o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca pelos “fundos”.	63
Figura 50. Levantamento da fachada do sobrado eclético, realizado pelo IPUF (2002).....	64
Figura 51. Planta de cobertura e fachada frontal do conjunto arquitetônico composto pela casa térrea e o sobrado eclético.....	66
Figura 52. Casas ecléticas na Rua Frei Caneca.....	68
Figura 53. Casa térrea – fachada frontal /oeste.....	73
Figura 54. Casa térrea – fachada lateral/sul.....	74
Figura 55. Casa térrea – fachada lateral/norte.....	75
Figura 56. Casa térrea – fachada lateral/norte – fundos	75
Figura 57. Detalhe do alpendre lateral.	76
Figura 58. Anexo dos fundos - arruinamento da fachada e do sistema de cobertura.....	76
Figura 59. Anexo dos fundos - arruinamento do sistema de cobertura, do forro, do reboco e das esquadrias.....	77
Figura 60. Sobrado – fachada frontal/oeste.	77
Figura 61. Fachada lateral/sul (a).....	78

Figura 62. Fachada lateral/sul (b).....	78
Figura 63. Fachada lateral/sul – detalhe da escada.....	79
Figura 64. Fachada dos fundos.....	80
Figura 65. Fachada lateral/norte - sobrado	81
Figura 66. Fachada lateral/norte – detalhe dos fundos - sobrado.....	81
Figura 67. Detalhe da estrutura de cobertura.....	82
Figura 68. Interior do sobrado.....	83
Figura 69. Subsolo.....	83
Figura 70. Mapeamento de danos das fachadas frontais.....	84
Figura 71. Vista da Unilivre em meio ao cenário natural.....	89
Figura 72. Implantação do Bosque Zaninelli e da Unilivre.....	90
Figura 73. Desenho da implantação do edifício sede da Unilivre.....	91
Figura 74. Passarela que conduz o visitante do portal do Bosque Zaninelli à sede da Unilivre, ao lago, auditório ao ar livre e mirante.....	92
Figura 75. Vista área da edificação sede, do lago, do deque, auditório e do mirante.....	92
Figura 76. Vista do lago. Aos fundos o auditório ao ar livre e a rampa de acesso ao edifício sede.....	93
Figura 77. Vista do auditório ao ar livre e da edificação sede.....	93
Figura 78. Detalhe da estrutura de madeira e da circulação por escada no interior do cilindro.....	94
Figura 79. Vista do acesso ao mirante.....	94
Figura 80. Maquete do projeto para ampliação do IMPA. Foto de Carla Juaçaba (2015).....	96
Figura 81. Corte transversal (Proposta para ampliação do IPMA, de Carla Juaçaba).....	98
Figura 82. Corte transversal – projeção do edifício e detalhe dos cortes de terra no terreno (Proposta para ampliação do IMPA, de Carla Juaçaba).....	98
Figura 83. Fachada sul (I).....	100
Figura 84. Fachada sul (II).....	100

Figura 85. Detalhe da rampa.....	100
Figura 86. Perspectiva I em maquete eletrônica (<i>Sketchup</i>).....	104
Figura 87. Perfil do terreno – maquete de estudo.....	104
Figura 88. Implantação – maquete de estudo.....	104
Figura 89. Croqui esquemático (implantação e acessos).....	105

INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata da temática da reabilitação do patrimônio urbano e procura desenvolver uma reflexão crítica acerca das questões projetuais em sítios portadores de valores patrimoniais, com enfoque nas relações entre a preexistência e as novas intervenções arquitetônicas (relação antigo-novo). Para tanto, toma como objeto de estudo o complexo formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico situado na Rua Frei Caneca, s/n, e o edifício sede da antiga União Recreativa Cultural (U.R.C.) 25 de Dezembro (Rua Padre Schrader, 270), localizados no bairro Agrônômica, em Florianópolis/SC.

Ambos os imóveis se encontram atualmente sem uso e em acelerado processo de degradação. Não obstante essa condição, constituem-se em patrimônios urbanos – um por seus atributos arquitetônicos, históricos, paisagísticos e ambientais, outro por ser um local de memória da comunidade tradicional do Morro do 25 (localidade situada no interior do bairro, nas proximidades do maciço central, que hoje é parcialmente abrangida por uma ZEIS – Zona Especial de Interesse Social) – e junto a outros remanescentes arquitetônicos testemunham o processo de ocupação da Agrônômica e atestam a diversidade que compõem a identidade local.

O bairro Agrônômica caracteriza-se pela complexidade que se revela tanto em termos morfológico e paisagístico como em termos social e econômico, nele verificam-se relações sócio espaciais típicas das grandes cidades litorâneas brasileiras: por um lado, junto ao aterro da orla marítima, têm-se uma elevada valorização imobiliária e investimentos de infraestrutura que atendem a uma camada da população com alto poder aquisitivo, por outro, nas áreas de risco e mais próximas às encostas, têm-se o estabelecimento de uma população de baixa renda com ocupação espontânea, bastante carente de infraestrutura urbana (a exemplo de passeios, iluminação e transporte públicos) e de espaços de cultura e de lazer.

I. Objetivos

A partir do reconhecimento desta problemática, definiu-se como objetivo principal apresentar uma proposta de reutilização e de intervenção arquitetônica e paisagística no objeto de estudo com intuito de promover a reabilitação e a integração dos espaços que o conformam à dinâmica cotidiana do contexto local e de estabelecer entre esses espaços e a cidade relações de conexão e de continuidades urbanas através da implantação de um parque.

Têm-se como objetivos específicos: valorizar a identidade do bairro Agrônômica em sua pluralidade e diversidade; contribuir com o debate acerca da preservação dos remanescentes do bioma da Mata Atlântica na cidade; contribuir com o processo de reabilitação do patrimônio cultural e ambiental representado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na Rua Frei Caneca, s/n, através da proposição de novos usos; resgatar a memória da antiga U.R.C 25 de Dezembro e valorizar o legado do cientista teuto-brasileiro Fritz Müller em Florianópolis, vinculando-a ao bairro Agrônômica.

II. Justificativa e relevância

O trabalho desenvolvido tem como principais justificativas a necessidade de preservar e dar uso ao patrimônio urbano – cultural e ambiental, considerando os aspectos fundamentais do restauro e as premissas básicas que regem a disciplina da preservação cultural; a necessidade de salvaguardar a mata Atlântica e a memória histórica dos lugares para a melhoria da vida nas cidades; a necessidade crescente nas cidades brasileiras de se projetar com respeito às preexistências tendo em vista o processo de adensamento dos centros urbanos; a necessidade de mais espaços livres de lazer para o bem estar da população local e de Florianópolis, sobretudo após a pandemia da COVID-19; a valorização do legado e a reparação histórica para com a comunidade afro-descendente, neste trabalho, representada pela U.R.C 25 de Dezembro e pelos moradores do Morro do 25; a valorização do legado científico de Fritz Müller associando-o à Florianópolis e à Agrônômica, bem como a busca de um planejamento urbano que valorize as memórias e pre-existências e vise o estabelecimento de relações de pertencimento entre o patrimônio urbano: cultural e ambiental e a comunidades.

III. Metodologia

Fase 1. Teórica-Conceitual

Os objetivos foram perseguidos com base na fundamentação teórica sobre as temáticas da reabilitação e reutilização do patrimônio urbano, a partir da contribuição de autores que são referências no campo do patrimônio cultural, a exemplo de Beatrice Vivio, Beatriz Mugayar Kühl, Francisco de Gracia, Françoise Choay, Leonardo Castriota, Ulpiano Bezerra de Meneses, dentre outros. Através de uma perspectiva crítica, tais autores afirmam a importância da reutilização do patrimônio edificado e indicam caminhos para o estabelecimento de relações harmônicas entre as preexistências e as novas intervenções arquitetônicas, destacando na relação antigo/novo o

protagonismo do patrimônio. Ao entenderem o restauro e a intervenção nos bens portadores de valores culturais como ato criativo, buscam o estabelecimento de uma arquitetura contextual através da “escuta do lugar” - ou seja, a atenção às características morfológicas, aos condicionantes e aos valores e significados a ele associados, respeitando-os e tomando-os como agentes de intervenção.

Fase 2. Análises territoriais

O recorte territorial definido como poligonal de influência do objeto estudado, foi estipulado pelos limites, à noroeste, da orla marítima, à sudeste, pela Servidão Leopoldo Inácio Custódio – que se constitui na última via antes da Zona de Interesse de Proteção (ZIP) referente à APP do Maciço Central – à nordeste, pela Rua São Vicente de Paula e pela Travessa Rouxinol – que se conecta à Avenida Governador Irineu Bornhausen (Av. Beira Mar Norte, sentido bairro) e, ao sul, pela Rua João Carvalho – que conforma um dos limites do bairro e dá acesso direto à Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramo (Av. Beira Mar Norte – sentido centro).

A partir desta seleção territorial procedeu-se à análise do seu contexto urbano, cultural e ambiental – por meio de visitas de campo, levantamento arquitetônico (expedito), análises visuais, discriminação de materiais, dos sistemas construtivos e das correntes arquitetônicas dos patrimônios edificados, mapeamento de danos, registro fotográfico, pesquisa cadastral, de dados e de arquivos e elaboração de diagnóstico urbano – evidenciando-se as principais transformações urbanas ocorridas, os edifícios preexistentes aos quais se atribui valores culturais (com a identificação destes valores), o patrimônio ambiental em risco devido à forte pressão urbana que o cerca, a problemática relacionada à valorização imobiliária e ao planejamento do território que marginaliza parte dos moradores locais e o desconecta da porção formal da cidade, as complexidades urbanas, além da identificação de memórias significativas para a identidade da Agrônoma, como a de Fritz Müller e da U.R.C 25 de Dezembro. Para um maior entendimento destas memórias foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais em arquivos (Casa da Memória, PMF/SEPHAN, PMF/SMHDU e UFSC) e na internet.

A análise e o diagnóstico urbano somados às pesquisas bibliográficas e projetuais possibilitaram uma adequada compreensão do objeto de estudo e conduziram a definição de novos usos e de estratégias de intervenção para a implantação de um parque temático. Os referenciais projetuais elencados inspiraram algumas diretrizes do projeto, a exemplo da busca pela

permeabilidade visual, leveza e esbelteza das novas formas. As análises e pesquisas, de modo geral, auxiliaram a identificação do “potencial de interlocução” entre o(s) patrimônio(s) e a(s) comunidade(s) a(s) qual(is) pertence(m), nos termos propostos por Meneses (2009). Deste modo, através da compreensão do contexto cultural urbano, das relações de vizinhança, da ocupação/utilização do solo, do fluxo dos usuários potenciais, das especificidades do patrimônio edificado e ambiental, das relações antigo-novo, da morfologia e da vegetação do território, apresentou-se a proposta de um parque urbano que pretende se configurar como um caminho a “costurar” parte da Agronômica, na perspectiva de estimular um processo de valorização cultural, ambiental e social do bairro.

Fase 3. Propositiva

A proposição projetual do parque partiu de estudos espaciais realizados para a melhor compreensão morfológica do sítio trabalhado. Inicialmente, além da elaboração de croquis, procedeu-se à modelagem do terreno e do seu entorno, no *Sketchup*, e à elaboração de uma maquete física, na escala 1:750. Estes modelos auxiliaram a identificação dos pontos estratégicos para a ocupação do terreno, de acordo com a topografia e as facilidades de acesso. A partir de então, procurou-se definir o percurso no interior do lote, ajustado em AutoCAD, de modo a respeitar as curvas de nível do terreno e a vegetação existente, tomando a própria configuração morfológica e as árvores como “condicionantes” para a ocupação.

Assim, delimitou-se como um ponto estratégico para intervenção, além das próprias casas preexistentes no alinhamento da Rua Frei Caneca, suas imediações laterais e dos “fundos” que se configuram em uma área plana, para servir de praça seca e espaço de estar, marcando a entrada principal do parque. Nesta área plana que conforma a frente do terreno foi projetada uma passarela que se conecta aos fundos do sobrado que abrigará o Memorial Fritz Müller e se assenta ao platô de acesso lateral (cota 9) do parque a partir da Rua Padre Schrader. A passarela serve de estrutura para o borboletário a céu aberto, elemento que remete aos estudos realizados por Fritz Müller (mimetismo mülleriano) e que faz a conexão física entre a nova intervenção e a arquitetura preexistente (evidenciando-se as relações antigo-novo).

O platô da cota 9, que se configura em acesso lateral do parque também foi um ponto estratégico de intervenção e nele foi proposto a implantação de mobiliários urbanos e placas de sinalização. É a partir deste platô que se inicia o percurso contemplativo do interior do parque, idealizado através do desenho

de uma série de rampas adaptadas às curvas de nível.

Outro ponto estratégico para a ocupação foi o platô mais alto (cota 36) do terreno – que também se constitui numa área plana – onde é proposto o mirante e orquidário. Este espaço poderá ser acessado, de modo mais imediato, através do edifício reconstruído do Clube do 25 que abrigará o memorial da U.R.C 25 de Dezembro. O acesso ao parque também foi vislumbrado a partir dos seus “fundos”, pela Rua José Pedro Gil.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Reabilitação do Patrimônio urbano: cultural e ambiental

Quando se trata da preservação do patrimônio urbano uma questão fulcral é o reconhecimento de seus valores e as alternativas para sua integração à vida coletiva de nossa época – problemática esta vastamente abordada por teóricos como Cyro Corrêa Lyra e Françoise Choay, e documentada, por exemplo, na Recomendação de Nairóbi, de 1976 (Recomendação relativa à proteção dos conjuntos históricos e tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea). Afinal, como destaca Choay (2001), o valor social do patrimônio é que lhe confere o interesse de preservação, para que enfim a vida possa desenvolver-se em cidades mais interessantes, onde as particularidades locais resistam à massificação e padronização da vida e da paisagem na sociedade globalizada.

Choay (2001) define que a reutilização do patrimônio edificado consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso condizente com a vida contemporânea. Para a autora este tipo de operação deve considerar o estado material dos edifícios e a dinâmica dos usuários potenciais. Tal perspectiva vai de encontro às observações de Meneses (2009), que alerta para a importância do reconhecimento dos valores e da significação social dos bens como condição para o desencadeamento de um processo capaz de provocar relações de pertencimento e cotidianidade entre o objeto cultural e os habitantes locais. Tais relações possibilitam assimilações afetivas, estéticas e cognitivas que garantem a justa articulação entre práticas e representações, evitando-se o uso “perverso” do patrimônio cultural, ou o “uso cultural da cultura”, a tal “cultura-cólica”, capaz de atingir picos de intensidades e na sequência esvaziar o sentido de um bem, que desassocia o patrimônio do cotidiano da vida cidadina e esgota o seu conteúdo existencial. É preciso, portanto, reformular o quadro de valores culturais vigentes a partir do “ponto de vista das práticas culturais e de seus praticantes, não mais supondo que

tais valores sejam imanentes às coisas” (MENESES, 2009, p. 25).

No recorte territorial em análise no bairro Agronômica, são identificados bens patrimonializáveis de características e naturezas diversas, representativos de diferentes culturas e grupos sociais. Como exemplo, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, s/n, é um bem cujos valores arquitetônicos, científicos e históricos estão associados à cultura dominante, por se tratar de exemplares da arquitetura eclética concebida para servir de moradia a uma tradicional e abastada família de políticos catarinenses e por abrigar no mesmo terreno um dos últimos enclaves de vegetação remanescente do bioma da Mata Atlântica. Já o edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro se caracteriza como um bem de valor social e simbólico para a população negra do bairro.

A preservação destes bens, assim como seu acesso aos grupos que representam, importam para a valorização da identidade local em sua diversidade e autenticidade. Devido a sua proximidade e aos seus aspectos físicos, é possível estabelecer uma conexão entre eles que permite a integração dos espaços e a complementariedade de funções, mas também no âmbito simbólico são identificáveis relações complementares: por um lado, tem-se uma extensa propriedade privada, que pertenceu a uma família abastada, por outro, há um espaço da coletividade representativo da comunidade negra que, historicamente, por razão da necessidade de morar próximo ao trabalho e por não contar com outra alternativa oferecida pelo poder público e pela sociedade como um todo, muitas vezes se assentou espontaneamente nas vizinhanças das áreas nobres, onde há possibilidade de emprego. Este é o retrato da sociedade brasileira e aliado à falta de um planejamento urbano inclusivo explica o porquê junto a áreas com elevada valorização e especulação imobiliárias se estabelecem ocupações espontâneas de baixa renda, normalmente ocupando áreas de risco e sem infraestrutura adequada.

Esta característica de complementariedade, tanto física quanto simbólica, inspirou a percepção dos bens em análise enquanto um complexo que deve ser tratado em conjunto, para um adequado reconhecimento dos seus valores (materiais e imateriais) e da sua significação social pelos grupos que representam e enfim, para que seja possível se vislumbrar alternativas de conexão urbana e social.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, reconheceu como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial que aludem à

identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Este entendimento historicamente construído deu-se através de inúmeras discussões entre órgãos colegiados e grupos sociais que denunciaram a visão restrita de noções anteriores, com foco no reconhecimento patrimonial apenas de monumentos históricos inseridos nas práticas de uma cultura dita dominante.

Os bens, tanto os culturais quanto o natural, representados pelo conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, s/n, e pelo edifício da antiga U.R.C 25 de Dezembro, apesar de apresentarem-se em condições degradadas, expressam valores simbólicos e culturais intangíveis e valores ecológicos que apresentam interesse para a preservação para as futuras gerações.

Na contemporaneidade, o modelo de intervenção crítica no patrimônio degradado é chamado de reabilitação urbana. Esse modelo atua na cidade sob a perspectiva de “patrimônio ambiental urbano” (CASTRIOTA, 2007) – que aqui tratamos pelo termo ‘patrimônio urbano: cultural e ambiental’, a fim de deixar claro a concepção ampliada de patrimônio que o conceito representa – abrangendo para além dos monumentos históricos isolados, as paisagens, as construções vernaculares, os complexos industriais, os assentamentos urbanos e rurais, dentre outros – na qual associam-se ao sentido histórico e artístico do bem cultural, questões de ordem social, econômica e ambiental, relacionadas à coletividade e ao desenvolvimento urbano sustentável (CASTRIOTA, 2007).

Neste sentido, o planejamento urbano, enquanto disciplina responsável pela preservação do patrimônio, passa a ser entendido como um processo complexo e dinâmico, cuja eficiência prática das medidas de proteção dos bens culturais depende da integração das ações de sua conservação física com políticas mais amplas de desenvolvimento social considerando o valor econômico dos monumentos, as características funcionais e as alternativas de uso e de reutilização dos edifícios históricos (CASTRIOTA, 2007).

Nesta perspectiva, as políticas territoriais devem ser capazes de tratar das diversas questões que lhe são inerentes através da elaboração de planos integrais, que articulam “projetos urbanísticos, culturais, socioeconômicos, ambientais e de desenvolvimento social, além de incorporar de forma decisiva o princípio da cooperação público-privada em torno de tarefas concretas e a efetiva participação da comunidade” (CASTRIOTA, 2007, p.23). Programas de reabilitação urbana implicam em um novo padrão de planejamento das

idades, no qual o Estado passa a desempenhar o papel de articulador dos diversos agentes relacionados ao patrimônio (sociedade e iniciativa privada), com objetivo de traçar em conjunto os cenários de desenvolvimento futuro (CASTRIOTA, 2007).

Para tanto, Souza (2006) afirma que para tal paradigma se concretizar é indispensável o estabelecimento de interesse político, condições políticas institucionais minimamente favoráveis e forças políticas comprometidas no controle de administrações municipais. Esta é a perspectiva possível para se fazer frente aos interesses do mercado mobiliário e se estabelecer uma conjuntura onde a cidade e o patrimônio cultural possam realmente ser socializados.

1.2. Intervenções em bens culturais – a busca das continuidades urbanas

A reabilitação do patrimônio através de proposições de novos usos requer, necessariamente, a reflexão sobre critérios de intervenção nas preexistências. Ao se referir sobre as categorias de intervenção atuais nos sítios históricos, a arquiteta Beatrice Vivio (2010), afirma:

A fórmula comum a todos os casos que parecem ter tido bom êxito, o mais possível isento do gosto subjetivo do observador, parece a da atenção à leitura preliminar do existente e na concepção da solução com base a um equilibrado respeito por sua matéria. Quando a postura de partida é a de escuta, de reconhecimento dos valores implícitos, a resposta projetual parece derivar de modo natural não apenas do talento inato do projetista, mas também das investigações e da habilidade de integração dos conhecimentos analíticos e projetuais em uma proposta, desprovida de ideias geradoras apriorísticas, implementadas como estratégia ou instrumento de articulação. (VIVIO, 2010, p. 246)

Kühl (2012) parece concordar que a “escuta do lugar”, ou seja, a atenção a sua morfologia, suas características, singularidades e significados, é a chave para uma intervenção no patrimônio ambiental urbano crítica e respeitosa. Para a autora, uma proposta arquitetônica que implique em relações antigo-novo deve considerar os elementos preexistentes (naturais e construídos) não apenas como condicionantes projetuais, mas como agentes ativos da intervenção, capazes de estimular o ato criativo (KÜHL, 2012, p.7).

Neste sentido de busca por intervenções críticas em sítios portadores de valores patrimoniais, Zonno (2018) afirma que o ato criativo deve partir de uma

abordagem “caso a caso”, “considerando-se a diversidade de situações encontradas – não só das pré-existências em si – mas de sua ‘ambiência’ ou paisagem diferencial onde se inserem” (ZONNO, 2018, p.17). Assim, o ato criativo ganha interesse e profundidade quando se entende o lugar como possibilidade de reinvenção da paisagem, capaz de “evocar e produzir novos significados, sempre como interpretação do existente – o contextual como diálogo que constitui produção de sentido” (ZONNO, 2018, p.2).

Ao evocar novos significados, o lugar histórico é reconhecido também como uma afirmação e uma “produção”, não apenas como uma “permanência” (SOLA MORALES *apud* ZONNO, 2014, p. 98). Isto confere a modalidade criativa à relação antigo-novo. O “conjunto antigo-novo” é então compreendido como “lugar reinventado”, no qual “o antigo é interpretado e o projeto contemporâneo é capaz de instaurar de modo poético novas possibilidades de fruição e significação” (ZONNO, 2018, p. 3).

Evocando Francisco de Gracia, Zonno (2018) aponta para o problema da “arquitetura contextual”, que através do desenho,

(...) deve resolver o conflito entre a individualidade dos objetos e as leis estabelecidas na construção da cidade, buscando a ‘continuidade’, o que não significa homogeneidade, mas possa favorecer a presença de elementos de exceção que atuem como agentes de uma dialética reformadora e criativa. (DE GRACIA *apud* ZONNO, 2018, p.8)

A continuidade da qual os autores tratam é aqui vislumbrada, para o caso dos espaços que constituem o objeto de estudo, como a possibilidade de integração urbana das distintas realidades sociais que o envolvem, a partir da criação de um caminho que as conecte e as relacione com a dinâmica da vida do bairro e da cidade. De acordo com Carsalade (2014):

Caminho (ou eixo) é um conceito que se apresenta como uma possibilidade de movimento”. “Ele é quem institui as direções. Sua característica básica (pela *Gestalt*) é a de continuidade, a qual se apresenta como dinâmica e se contrapõe à estaticidade. É daí que surgem as experiências de tensão e ritmo e daí também a experiência da sucessão de temas que ocorre nos diferentes percursos que realizamos pela vida. O caminhar é que possibilita a experiência da paisagem habitada e do transcorrer da vida, como contraparte da estaticidade do lugar. De certa maneira, possibilita também a experiência da alteridade, através da vivência de diferentes temas. (CASALARDE, 2014, p. 575 e 576)

1.3. Critérios de restauro e de intervenção em edificações de interesse cultural

Riegl (2014), ao refletir sobre a preservação dos edifícios históricos em seu clássico livro “O Culto Moderno dos Monumentos”, elenca, dentre os valores contemporâneos, o valor de uso, relativo às condições materiais de utilização prática, inerente a todos os monumentos. Daí, é possível depreender que para este autor a reutilização dos bens arquitetônicos se configura como parte inerente da teoria da conservação.

Em sua dissertação intitulada “Patrimônio Sustentável”, Baracho (2013) alerta que a falta de uso é o principal fator de degradação do patrimônio edificado, por isso, a preservação urbana depende de medidas políticas que estimulem a reutilização adaptável das edificações históricas – termo utilizado para “tratar das alterações da arquitetura existente com vistas a torná-la adequada aos propósitos do novo uso” (BARACHO, 2013, p. 69).

Anteriormente às intervenções de restauro, faz-se necessária a definição de novos usos, que implicará num processo de tomada de decisões de cunho técnico e gerencial quanto as adequações arquitetônicas necessárias para o bom funcionamento do bem às necessidades atuais. Estas decisões envolvem desde a escolha dos materiais a serem empregados nas intervenções, até as medidas de conservação, as estratégias de acessibilidade e de sustentabilidade para a redução de consumo de energia e demais recursos naturais na adaptação e no funcionamento do conjunto, dentre outros.

Baracho (2013) destaca que as intervenções com novos materiais para a reutilização adaptável dos edifícios históricos mantenham a “permeabilidade, capilaridade e higroscopicidade dos sistemas construtivos originais”, garantindo “que não haja impactos negativos sobre o sentido, os atributos – inclusive imateriais – e a características da estrutura e da paisagem que determinam o valor do patrimônio” (BARACHO, 2013, p. 61).

Fournier e Zimnicki (2004 *apud* BARACHO, 2013) propuseram diretrizes específicas para a reutilização adaptável dos edifícios que conciliam as metas da preservação cultural com estratégias de sustentabilidade. De acordo com estes autores, projetos sustentáveis de intervenção nos edifícios de valor cultural devem levar em conta os seguintes critérios:

o reuso máximo dos elementos construtivos existentes, a restauração dos componentes passivos do projeto original, a preservação do microclima criado pelos sítios históricos e o

uso do lugar deve estar incluído na reutilização adaptável dos patrimônios edificados (FOURNIER, ZIMNICKI, 2004 apud BARACHO, 2013, p. 59).

Normalmente a retenção de umidade é o maior fator de degradação das edificações com paredes maciças e acabamentos porosos. “Como uma regra geral, uma edificação tradicional tem de ser ventilada o dobro de um edifício moderno” (BARACHO, 2013, p. 104). Portanto, deve ser evitado que as alvenarias sejam isoladas com o emprego de novos materiais impermeáveis, como exemplo as tintas plásticas, e deve ser promovida a sua adequada ventilação e insolação. Os revestimentos porosos não devem ser substituídos por acabamentos mais rígidos e menos permeáveis, como os utilizados em larga escala nos dias de hoje. O uso de cimento no lugar da argamassa de cal em rebocos tradicionais, afeta negativamente o desempenho e a vida útil da parede, a longo prazo.

As reparações necessárias devem ser realizadas com novos materiais que correspondam à composição e à resistência do material original. O novo método empregado nunca deve ser mais resistente ou mais denso do que o original para não comprometer a estrutura tradicional e o equilíbrio de umidade (BARACHO, 2013, p. 107).

Segundo Veiga (2003), as superfícies arquitetônicas, são normalmente os primeiros elementos do edifício a apresentar degradação visível, devido à alta exposição às intempéries. De modo geral, a medida imediata para a restauração das superfícies dos edifícios é a supressão das causas de sua degradação, seguida da estipulação de um tratamento criterioso da pátina e de procedimentos de limpeza, de recuperação, reintegração e consolidação das argamassas, da recomposição, ou não, dos elementos faltantes, das cores e das tintas.

Num bem arquitetônico, a pátina pode ser considerada como as marcas da passagem do tempo na roupagem do edifício – a exemplo da oxidação das tintas e dos materiais de uma fachada, o desgaste de sua pintura predial e o craquelamento da tinta – e constituem-se em elemento fundamental para a percepção da obra em seu contexto histórico, corroborando com seu valor de antiguidade (BRAGA *et al*, 2008, p. 1), atestando sua identidade e autenticidade.

No artigo “O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração” (2004), Kühl afirma que, apesar de transcorrida toda

uma evolução teórica e conceitual no sentido de se reconhecer a importância das marcas do tempo na arquitetura, quando analisadas as práticas correntes de restauro do patrimônio, notam-se ações desvinculadas de um entendimento teórico da disciplina e histórico-crítico da obra. Assim, predominam ações como “repintes aleatórios, substituições e refazimentos superficiais *ex officio*, sem nenhum tipo de reflexão sobre o estado em que se encontram as superfícies nem sobre seu papel como testemunho do transcurso de um dado bem”. “Na maioria das vezes, nem mesmo se cogita a utilização de técnicas para se consolidar e tratar o existente, que visassem a preservar as marcas da translação da obra no tempo” (KÜHL, 2004, pg. 320).

Para Kühl (2004), a problemática do tratamento das superfícies arquitetônicas está relacionada com o predomínio de uma cultura do “rejuvenescimento”, “a busca de juventude a qualquer preço”, que também “acaba por repercutir no trato dos monumentos históricos, que passam a ter a obrigação de parecer novos” segundo a “tendência atual à renovação e pasteurização de superfícies” (KÜHL, 2004, pg. 322).

Para fazer frente ao juízo equivocado prevalecente ao senso comum de nossa época em relação ao tratamento dos edifícios históricos, as ações de restauro devem partir da compreensão do contexto histórico e arquitetônico, segundo uma concepção crítica e criteriosa, cuja intervenção deve buscar “revelar o estado atual das matérias originais” sem “pretender restabelecer seu estado original numa tentativa de abolir o tempo atravessado pela obra”. (PHILIPPOT apud KÜHL, 2004, pg. 324)

De acordo com Brandi (2004), em sua Teoria da Restauração, a pátina, como registro histórico dos edifícios antigos, *a priori*, deveria ser mantida em qualquer circunstância, até o ponto em que não altere a imagem da obra de arte. No entanto, tratando-se de obra de arquitetura, portanto de objeto utilitário, a preservação da pátina deverá ser balanceada com as transformações inerentes dos usos contemporâneos e dependerá do significado a ela atribuído a partir da análise aprofundada do seu objeto particular, considerando-se ainda os aspectos e as dimensões em que se manifesta.

O ideal é evitar que edifícios históricos dependam de restauros globais, que impliquem em medidas generalizadas de reabilitação e resultem em rupturas abruptas na dimensão urbana e material da obra. Contudo, isso nem sempre é possível, como no caso das edificações ecléticas em análise na Rua Frei Caneca, que, devido ao avançado estágio de degradação no qual se

encontram, requererá intervenções em praticamente todos os aspectos arquitetônicos para sua reabilitação.

Neste caso, é recomendável que após o necessário restauro global, as obras de conservação e manutenção sejam realizadas segundo um “julgamento crítico que considere o grau de remoção da pátina e a sua possibilidade de recomposição”, estabelecendo-se um processo de intervenção episódica que se “pareça o máximo possível com um processo de transformação contínuo, respeitando a dinâmica interna do lugar”. (BRAGA; GAMEIRO; LIRA; SILVA; ZANCHETI, 2008, p. 10)

Entende-se que a prática do restauro das casas ecléticas deve se dar segundo uma perspectiva de reabilitação do patrimônio na qual, “para além da salvaguarda dos testemunhos materiais histórico-arquitetônicos, é fundamental proteger os traços de autenticidade das culturas construtivas que lhes deram forma ou que foram responsáveis pelas suas transformações no tempo” (KÜHL, 2004, p. 237).

CAPÍTULO 2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Apresentação do objeto de estudo

O recorte territorial analisado se localiza no Distrito Sede de Florianópolis, no bairro Agronômica, que faz parte do centro expandido da cidade, caracterizado pela especulação imobiliária, pela alta densidade demográfica, pelas altas taxas de ocupação e pelo complexo processo de urbanização. A Figura 1 mostra a delimitação e a localização do bairro Agronômica na Ilha de Santa Catarina.



Figura 1. Situação do bairro Agrônômica (em vermelho), em Florianópolis.
 Fonte: PMF, 2023 <<http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>> Edição da autora.

Para maior aprofundamento das questões urbanas, analisadas adiante, delimitou-se como poligonal de influência para o objeto de estudo conformado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na Rua Frei Caneca, s/n, e o edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro, o recorte territorial abrangido pela orla marítima, pelas Ruas São Vicente de Paula e João Carvalho e pela servidão Leopoldo Inácio Custódio (Figura 28), esta limítrofe ao maciço central. Na Figura 02 são demarcados os limites correspondentes ao bairro Agrônômica, ao objeto de estudo e a correspondente poligonal de influência definida para análise.



Figura 2. O bairro Agrônômica (em azul); o recorte territorial definido como poligonal de influência (em laranja) e o objeto de estudo (em amarelo).

Fonte: PMF, 2023 <<http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>> Edição da autora.

O conjunto paisagístico e arquitetônico da Rua Frei Caneca ocupa um terreno de propriedade privada (Construtora Santa Catarina), majoritariamente livre de edificações, que se destaca na paisagem do bairro devido ao tamanho do lote. De acordo com a ferramenta de geoprocessamento corporativo do município de Florianópolis, o terreno totaliza 23.246,80 m² e percorre um comprimento de aproximadamente 270 metros, com testada de 95 metros, limítrofe à Rua Frei Caneca) e abrange vasta vegetação arbórea remanescente de Mata Atlântica que se constitui em uma rara porção de floresta no centro urbano do bairro.

De acordo com a FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente), a cobertura vegetal existente no terreno objeto de estudo se encontra “em estágio de recuperação, com espécies nativas de árvores características da zona costeira” e “apresenta grande importância paisagística e ecológica para a área urbanizada da cidade, devido a seu estado de conservação, diversidade de espécies vegetais, porte arbóreo e localização” (PMF, 2016, p. 11).

Junto ao alinhamento da Rua Frei Caneca situam-se duas edificações ecléticas remanescentes da primeira metade do século XX, que hoje encontram-se desocupadas e em estágio acelerado de degradação.

A figura 3 identifica essas edificações ecléticas e mostra os acessos

possíveis ao conjunto arquitetônico e paisagístico através da Rua Frei Caneca (acesso principal), da Rua Padre Schrader (acesso lateral) e da Rua José Pedro Gil (acesso pelos fundos) – esta localizada na porção do bairro conhecida como do Morro do 25.



Figura 3. Vista aérea do conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, s/n, (em vermelho) com destaque das edificações ecléticas remanescentes no terreno (em amarelo) e identificação das vias de acesso.
Fonte: PMF, 2023 <<http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>> Edição da autora.

A propriedade foi adquirida pelo governador do Estado de Santa Catarina Vidal Ramos (1866 – 1954), que no início do século XIX ali erigiu sua residência (um sobrado) e a de seus filhos (uma casa térrea nas adjacências).

O projeto arquitetônico datado de 1924 é de autoria do projetista Augusto Huebel (1887 – !), que, de acordo com os periódicos da época, foi uma figura de destaque, com uma considerável atuação profissional em Florianópolis, sendo responsável pela construção de obras como o Salão Arquidiocesano (Rua Padre Miguelino), o estádio da Confederação Catarinense de Desportos, o prédio do Clube Náutico ‘Francisco Martinelli’, o Palácio da Justiça (Praça Pereira Oliveira), um prédio para o Estado (Rua Arcipreste Paiva), dentre outras construções particulares – algumas tombadas no âmbito municipal. Huebel possuía uma clientela variada, que abrangia desde a classe popular até a mais abastada e especializou-se na adaptação da arquitetura ao ecletismo, no início do século XX.

A figura 4 apresenta o projeto arquitetônico do sobrado, com dedicatória de Huebel ao “Cel. Vidal Ramos”. Nela, verifica-se que a fachada projetada é distinta, porém, semelhante em termos estilísticos e dimensionais, da

efetivamente construída, como analisaremos mais adiante no item 2.5.

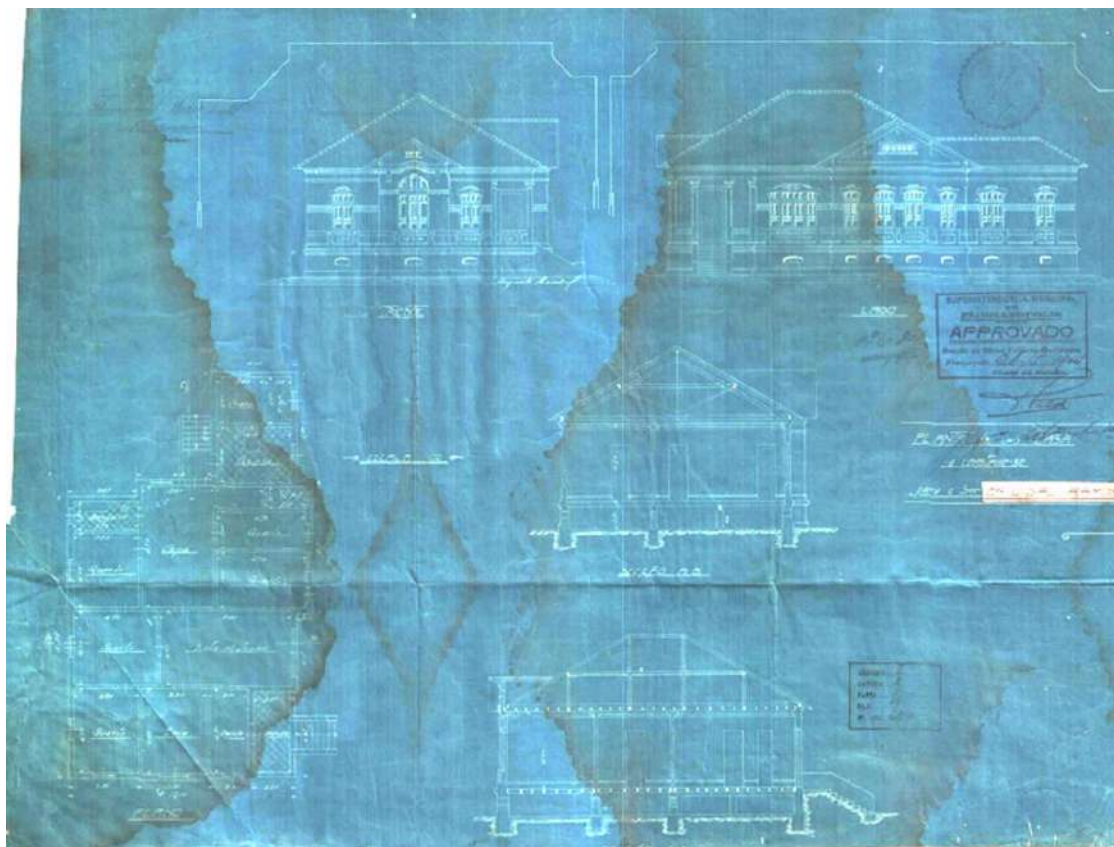


Figura 4. Projeto do sobrado (1924) assinado por Augusto Huebel.
Fonte: Arquivo SMH DU

Após a família Ramos ter se dissociado do imóvel (1982),¹ através de sua venda para a empresa Terraton-Terraplanagem LTDA,² as edificações serviram ainda a distintos usos, a exemplo da sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (16º Distrito Rodoviário Federal) e da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A), e como escola (Autonomia), no início dos anos 1990 até 2004.³ A partir de então as edificações não obtiveram mais utilização nem medidas de conservação, ficando sujeitas às intempéries, vandalismo e degradação.

A grande porção livre de edificações no terreno é recoberta predominantemente por vegetação característica do bioma de Mata Atlântica, e em 2020 fora definida como zona de amortecimento da Unidade de Conservação referente ao Parque Natural Municipal do Morro da Cruz (PANAMC)⁴ pelo órgão municipal de licenciamento ambiental – Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), passando integrar o Plano Municipal de Preservação da Mata Atlântica (PMMA), cujo objetivo é identificar os

¹ Ref. RAMOS FILHO, Celso. **Coxilha Rica a Genealogia da Família Ramos**. Florianópolis Insular, 2002, pág. 187

² De acordo com a ficha de matrícula do imóvel, obtida junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis.

³ Disponível em <<https://www.autonomia.com.br/a-escola/historia/>>. Acesso em 10 de julho de 2023

⁴ Criado pela Lei 6.893/05.

remanescentes de Mata Atlântica no território municipal e promover condições para sua conservação e recuperação.⁵



Figura 5. Demarcação do PANAMC. Em vermelho, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca. Fonte: PMF. *Plano Municipal da Mata Atlântica*. Florianópolis – Santa Catarina.⁶ Edição da autora.

O conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na Rua Frei Caneca, s/n, encontra-se em processo de tombamento no âmbito municipal desde o

⁵ Ref. PMF. *Plano Municipal da Mata Atlântica*. Florianópolis – Santa Catarina. 1ª Edição. Florianópolis/SC, 2020, p. 13 e Anexo III

⁶ Realização: Prefeitura de Florianópolis; Floram; IPUF, 2020. (Anexo I). Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?pagina=notpagina¬i=22388>>

ano de 2013.⁷ Contudo, a atual situação de abandono e degradação das casas ecléticas da Rua Frei Caneca, s/n, levou à instauração de inquéritos civis pelo Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MP/SC) e pelo Ministério Público Federal (MPF)⁸ com objetivo de se fazer cumprir a função social da propriedade e de recuperar o patrimônio cultural edificado. Para além dos mencionados inquéritos civis, a lamentável condição deste conjunto arquitetônico ensejou diversas ações reivindicativas do seu restauro, por parte da sociedade civil e de entidades de classe, como moções direcionadas aos dirigentes públicos (nos anos de 2015 e 2018) e um abaixo assinado solicitando o tombamento das casas pela esfera estadual (2018).



Figura 6. Edificações ecléticas na Rua Frei Caneca, s/n.
Fonte: Autora (2024).

Nas vizinhanças do conjunto em análise, junto à Rua Padre Schrader, 270 (antiga Rua Chapecó), a montante do maciço central, localiza-se o edifício sede do antigo clube U.R.C 25 de Dezembro. Este local está relacionado à memória do bairro Agrônômica, devido à sua significância para a população negra.

A U.R.C 25 de Dezembro, fundada em 1933, foi a “mais importante

⁷ IPUF. **Processo de Tombamento SEPHAN nº 02/2013**. Florianópolis, SC, 2013.

⁸ Inquéritos Civis n. 06.2017.0001696-9 e n. 06.2017.00006121-0 instaurados pelo Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC e Inquéritos Civis n. 1.33.000.002875/2015-34, n. 1.33.000.003179/2015-45 instaurados pelo Ministério Público Federal – MPF.

associação recreativa do grupo negro de Florianópolis” (CARDOSO, IANNI, 1960, p. 117) e funcionou vigorosamente até 1999. Era um espaço festivo onde a comunidade organizava diversos bailes além de atividades esportivas e educacionais. Como regra, até 1975, foi proibida a associação de brancos, estes podiam entrar no clube “apenas como visitantes” “autorizados a fazer gastos no bar, mas não dançar” (CARDOSO, IANNI, 1960, p. 180). Esta restrição de acesso por critérios raciais, uma vez que era comum em diversos clubes e estabelecimentos da cidade frequentados pela população branca, a exemplo do extinto Clube Recreativo Concórdia, fundado na mesma época que o 25 de Dezembro e localizado na mesma rua (mais próximo à Rua Frei Caneca). Ao inverter a relação, a U.R.C 25 de Dezembro explicitou um posicionamento político em reação ao racismo cotidiano que a comunidade negra enfrentava.



Figura 7. Reunião de diretoria da U.R.C 25 de Dezembro. Sem data identificada.
Fonte: Foto do acervo da associação reproduzida por Flávio Tin.⁹

De acordo com o repórter Edson Rosa (2013), que redigiu notícia jornalística a respeito do antigo clube de bairro, após a promulgação da Lei Complementar 003/1999 (lei do silêncio), sem dinheiro para investimentos em isolamento acústico, as festividades foram cessadas e as dívidas aumentaram

⁹ Publicado em ROSA, Edson. Clube mais tradicional da Agrônômica, em Florianópolis, chega aos 80 anos cheio de dívidas. Notícias do Dia (Florianópolis), 25/12/2013, disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/clube-mais-tradicional-da-agronomica-em-florianopolis-chega-aos-80-anos-atolados-em-dividas/> (acesso em 20/03/2021)

até sua completa falência. Hoje, os moradores do bairro que desfrutaram do espaço lamentam sua decadência e mantêm a memória dos tempos áureos do antigo clube que, atualmente, encontra-se fechado, falido e degradado.



Figura 8. O clube de portas fechadas.
Fonte: Foto de Marco Santiago.¹⁰



Figura 9. Frente do edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro.
Fonte: Autora (2024).

¹⁰ Publicado em ROSA, Edson. Clube mais tradicional da Agronômica, em Florianópolis, chega aos 80 anos cheio de dívidas. Notícias do Dia (Florianópolis), 25/12/2013, disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/clube-mais-tradicional-da-agronomica-em-florianopolis-chega-aos-80-anos-atolados-em-dividas/> (acesso em 20/03/2021)

O edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro ocupa um terreno de 630,00 m² e localiza-se contíguo ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca. Esta relação de proximidade possibilita o acesso direto entre os imóveis e a conformação de um complexo onde é possível a complementariedade de usos e funções. A morfologia e configuração espacial deste complexo permite ainda estabelecer a conexão entre as Ruas Frei Caneca, Padre Schrader e José Pedro Gil. Esta última, dá acesso aos fundos do lote (Figura 10) de modo a conformar um polo de integração do bairro, conectando as distintas realidades urbanas e sociais do entorno.

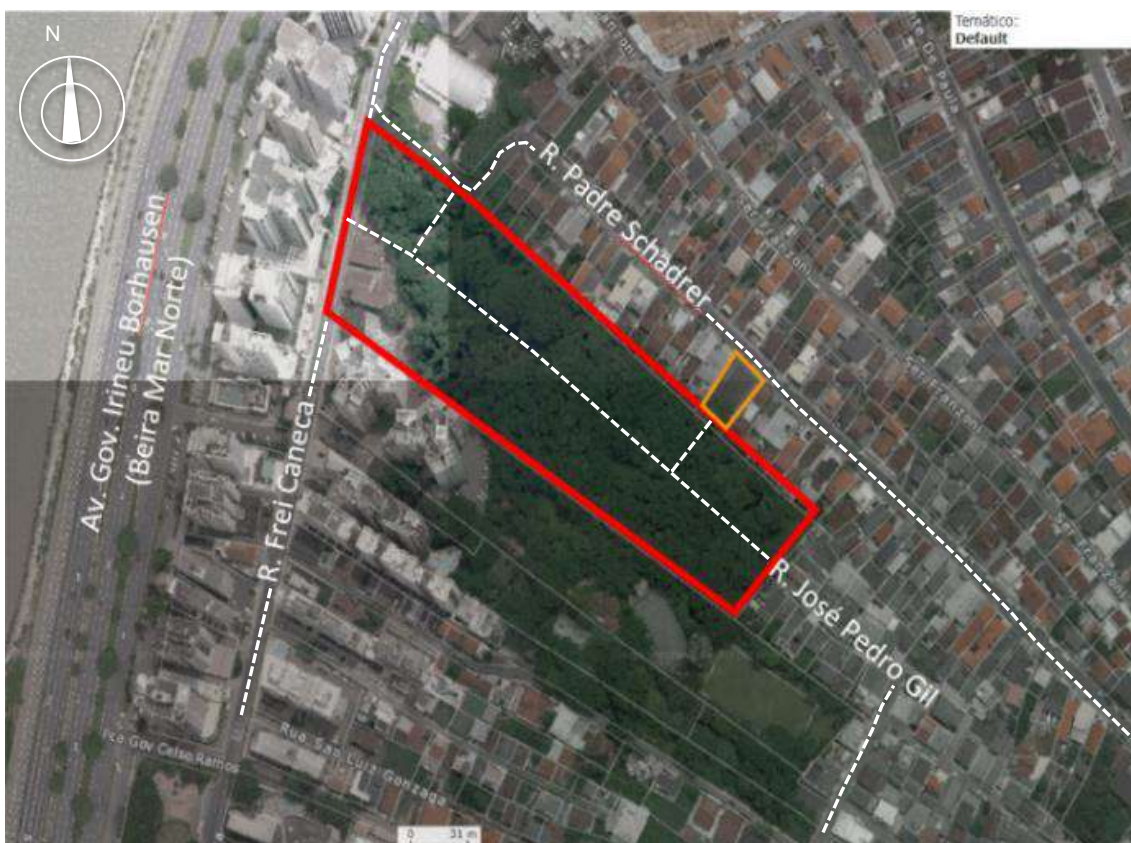


Figura 10. Vista aérea do complexo formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca (em vermelho) e pelo edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro (em laranja) demonstrando as conexões urbanas possíveis.

Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

2.2. Contexto urbano e transformação da paisagem

A Agrônômica anteriormente chamava-se bairro da Pedra Grande e formou-se ao longo do antigo eixo viário que hoje corresponde à atual Rua Frei Caneca e prolongamentos: Ruas Heitor Luz, Rui Barbosa e Delminda Silveira). Este eixo viário se configurava em uma importante passagem que ligava a vila de Nossa Senhora do Desterro – como era chamada Florianópolis até 1893 – à Freguesias de ‘Trás-do-morro’ (atual bairro da Trindade), ao norte da Ilha, bem como aos fortins de São Francisco Xavier e de São Luís e ao Forte de Sant’Anna (que formavam parte do sistema defensivo da Ilha de Santa

Catarina). A ‘Estrada da Pedra Grande’ aparece indicada em mapas desde 1819 (VEIGA, 2010, p. 161), conforme a Figura 11.



Figura 11. Mapa de Desterro, de 1819, no qual os trechos 1 e 2 representam a antiga estrada da Pedra Grande. Fonte: Veiga (2010, p. 161). Edição da autora.

Em seu iminente processo de ocupação, o bairro da Pedra Grande se caracterizava como uma área de casas de chácaras, localizada nas proximidades da vila da cidade, estabelecida pela elite florianopolitana, sobretudo a partir de meados do século XIX. Nesta época, as casas ficavam implantadas muito próximas à praia (da Pedra Grande), quase todas alinhadas rentes à antiga Estrada que margeava a linha d'água antes das obras do aterro da Baía Norte (VÁRZEA, 1984, p.55).

(...) casas rareadas, erguidas bem na linha da praia sobre terrenos de marinha, os jardins e quintais avançando para as ondas, de cima de pequenas pedras e lajes alagadas, com interstícios aterrados e murados em roda, que se acumulam pitorescamente nesse ponto do litoral[...]" (VÁRZEA, 1984, p. 55)

Apesar do caráter proeminentemente rural do antigo bairro da Pedra Grande, nele se inaugurou uma arquitetura de época influenciada pelos princípios higienistas propagados no início do século XX que tinham por intuito a melhoria da saúde geral da população que então sofria com a precariedade do saneamento básico. Esses princípios higienistas se materializam tanto em

estratégias de implantação do edifício no lote, ao desprender a edificação de seus limites laterais (REIS FILHO, 2000), quanto em alguns elementos arquitetônicos que tinham a finalidade de otimizar a ventilação no interior das edificações e minimizar a umidade ascendente, a exemplo de alpendres laterais, porão alto, mansardas, varandas e gateiras.

No livro “Quadro da Arquitetura no Brasil” (2000), Nestor Goulart Reis Filho afirma que, entre os anos 1850 - 1900, houve o desenvolvimento do trabalho remunerado no país (devido à decadência do trabalho escravo e ao início da imigração europeia) e o aperfeiçoamento das técnicas construtivas. “As cidades e as residências são dotadas de serviços de água e esgoto, valendo-se de equipamentos importados.” “Surgem nessa época as casas urbanas com novos esquemas de implantação, afastados dos vizinhos e com jardins laterais” (FILHO REIS, 2000, p.43).

“Foi sob a inspiração do ecletismo e com apoio dos hábitos diferenciados das massas imigradas, que apareceram as primeiras residências urbanas com nova implantação, rompendo com as tradições e exigindo modificações nos tipos de lotes e construções. (...) Nos centros mais adiantados (...) verificava-se mesmo um crescente desprestígio dos hábitos tradicionais e uma valorização de novos costumes. (...) O processo era geral. Em todas as regiões onde se fazia sentir o declínio da escravidão e a presença do progresso tecnológico, encontravam-se os mesmos mecanismos de adaptação às novas condições” (FILHO, 2000, p. 44).

O espírito inovador do início do século XX inspirou uma renovação urbana para o bairro Agrônômica. Em 1904 houve a transferência da Estação Agrônômica e de Veterinária de Rio dos Cedros para a região da Pedra Grande, próxima à Ponta do Coral. Desde então o bairro passou a se chamar Agrônômica. Em 1926, a inauguração da Penitenciária, junto à divisa da Agrônômica com a Trindade, representou um evento marcante para o bairro e que influenciou decisivamente a sua paisagem. A implantação deste equipamento intensificou a ocupação irregular nas encostas do Maciço Central (Morro da Cruz) por familiares dos carcereiros.

Posteriormente, nos anos 1950, o bairro começou a ser ocupado pelas primeiras sedes institucionais, a exemplo da residência do Governador conhecida atualmente como Casa d’Agrônômica e o edifício do 5º Distrito Naval, ambos de 1954.

Entre as décadas de 1960 a 1980, Florianópolis passou por uma de suas

mais significativas transformações urbanas com a execução do aterro que conformou a Avenida Governador Irineu Bornhausen (A Beira Mar Norte). O aterro impulsionou o estabelecimento de serviços de grande vulto no bairro como o Hospital Infantil Joana de Gusmão (referência em tratamento infantil), o Centro Integrado de Cultura (CIC) e diversos órgãos públicos.

A nova avenida representava os avanços da modernidade para Florianópolis e passou a ser a principal via de acesso entre o centro da cidade e os bairros Agronômica, Trindade e norte da Ilha. A abertura desta avenida, no final da década de 1960, resultou num processo massivo de substituição arquitetônica, onde o antigo deu lugar ao novo, restando poucos edifícios representativos dos séculos passados, concentrados ao longo do antigo eixo viário. Junto ao aterro, a ocupação se caracterizou pelo adensamento e verticalização dos edifícios contemporâneos.

Para além das perdas materiais, o bairro vive sob o apagamento de memórias significativas, a exemplo da passagem de seu mais notável personagem, Fritz Müller (1822 –1897), que viveu na antiga Desterro, atual Florianópolis, por onze anos (1856 – 1867) (FRIGHETTO, 2022, p. 46 e 51). O legado deixado por Müller é valioso para a comunidade científica, mas a memória do prestigiado pesquisador ainda é desconhecida por grande parte dos florianopolitanos e desvinculada do bairro Agronômica.



Figura 12. Fritz Müller, em 1891.
Fonte: <https://fritzmuller200anos.com.br/>

Fritz Müller, chamado por Charles Darwin de “o príncipe dos observadores” da natureza (FRIGHETTO, 2022, p. 46) e atualmente tido como “um dos maiores cientistas brasileiros do século XIX” (STEINDEL, 2022, p. 577), realizou suas mais relevantes pesquisas científicas em Florianópolis, junto à Praia de Fora, que então se conectava à praia da Pedra Grande. Foram seus estudos sobre o fenômeno do mimetismo em borboletas, de meados do século XIX, quando costumava desbravar a antiga orla da Agrônômica, hoje aterrada pela Avenida Beira-Mar Norte que ajudaram Darwin a consolidar a teoria da evolução das espécies por meio da seleção natural (FRIGHETTO, 2022, p. 46). A teoria científica de Müller sobre mimetismo foi publicada na Alemanha em 1864, no livro *Für Darwin* (Para Darwin).

Caminhava pela areia, vasculhava as rochas, andava até o mangue, entrava no mar. Observava e coletava pequenos animais marinhos, como caranguejos e camarões, e os analisava em um microscópio simples. Suas pesquisas realizadas naquele laboratório a céu aberto resultaram num livro publicado na Alemanha – e ajudaram Charles Darwin a consolidar a teoria da evolução das espécies por meio da seleção natural (FRIGHETTO, 2022, p. 46).

Foi na cidade de Desterro que o grande naturalista Fritz Müller teve conhecimento do livro *A Origem das Espécies* por meio da *Seleção Natural*, escrito por Darwin, de quem se tornaria dileto amigo e colaborador. A leitura desta obra o impressionou profundamente pelas hipóteses geniais ali colocadas (STEINDEL, 2022, p. 58)

O livro de Müller trouxe contribuições fundamentais para suportar a recém-lançada teoria da evolução por meio da seleção natural, que gerou calorosas discussões no meio social e científico de grandes polos da cultura mundial, como Londres, Nova York e Paris, mas também em Santa Catarina, com Fritz Müller, que publicou artigos em jornais da época explicando em linguagem acessível do que se tratava a polêmica teoria (STEINDEL, 2022, p. 58).

Fritz Müller publicou 264 trabalhos científicos sobre diversos temas e teve reconhecimento profissional em vida, tendo recebido o título de Doutor Honoris Causa de duas universidades da Alemanha e sido prestigiado pelo Imperador D. Pedro II. Viveu a maior parte da sua vida em Santa Catarina recusando diversos convites para lecionar em grandes centros como no Rio de Janeiro e na Alemanha. Na época, suas contribuições científicas projetaram o estado catarinense e o Brasil no cenário mundial (STEINDEL, 2022, p. 57).

Antes de Müller viver na antiga Desterro, ele havia se estabelecido na colônia de Blumenau (1852). Segundo Friguetto (2022), sua passagem pela Ilha de Santa Catarina costuma ser menos lembrada em comparação à Blumenau, onde existe um memorial em sua homenagem. Contudo, foi na antiga Desterro que Müller, influenciado por Darwin, iniciou suas pesquisas sobre botânica – notadamente pelas “plantas trepadeiras, orquídeas e bromélias” (FRIGHETTO, 2022, p. 51). Após onze anos na Ilha de Santa Catarina, Müller decidiu retornar a Blumenau, quando passou a “desbravar as matas catarinenses para ampliar as coleções científicas do Museu Nacional e colaborar com sua revista científica” (FRIGHETTO, 2022, p. 51).

Ainda hoje, a história e historiografia catarinenses não têm se dedicado suficientemente sobre o legado de Fritz Müller, “quer no campo do ensino, da cultura, da agricultura e mesmo da literatura infantil, como alguns estudos apontam” (STEINDEL, 2022, p. 57). Trazer à tona a memória de Müller, dando amplo conhecimento de seu legado à população florianopolitana, tem sido uma preocupação da administração municipal. No ano do bicentenário de Müller, comemorado em 31 de março de 2022, a prefeitura de Florianópolis programou diversas homenagens, sendo uma das ações mais significativas, a promulgação da Lei Municipal n. 10.821, de 23 de novembro de 2021 que denomina ‘estuário Fritz Müller’ a área compreendida por toda a Beira-Mar Norte até a ponta do Saco Grande e visa tornar o local um ponto de visitação turística.



Figura 13. Estuário Fritz Müller. Destaque do objeto de estudo (em vermelho).
 Reprodução: Autora (2024). Ref. Lei n. 10.821, de 23 de novembro de 2021, disponível em: <<https://floripamanha.org/2021/11/as-expedicoes-e-caminhos-de-fritz-muller-na-antiga-desterro/>>. Acesso em: 25/04/2022. Editada pela autora.

Atualmente, o bairro Agronômica situa-se no Distrito-Sede – conformado pelos bairros Centro, Agronômica e José Mendes – que se constitui em uma das áreas mais densamente ocupada e populosa do município de Florianópolis, com 64.451 habitantes (IBGE, 2022). De acordo com a pesquisa do Censo demográfico de 2022, a Agronômica possui cerca de 18.710 habitantes (IBGE, 2024). Não obstante o significativo crescimento da Agronômica desde as últimas duas décadas, o bairro se caracteriza pela falta de uma centralidade definida e pela escassez de espaços culturais. Apesar de sua ocupação predominantemente residencial, abriga alguns serviços expressivos como dois hospitais estaduais (Joana de Gusmão e Nereu Ramos) e a sede de diversos órgãos públicos (Justiça Federal, Polícia Federal, Ministério Público Federal, OAB), o CIC – Centro Integrado de Cultura, a penitenciária, além da residência oficial do governador do Estado de Santa Catarina, a Casa d’Agronômica. O bairro também conta com diversos comércios e prestação de serviços, inclusive com escolas públicas como a Padre Anchieta (estadual) e a NEI João Machado da Silva (municipal) localizadas dentro dos limites da poligonal de influência delimitada.

Em termos morfológicos, se verifica na Agronômica uma diversidade de tipos de parcelamento, com lotes de tamanhos diferentes – formais e informais – e altas taxas de ocupação. Junto à orla marítima (faixa do aterro e imediações) se concentra uma massa edificada com predomínio de condomínios residenciais multifamiliares em altura, de até 16 pavimentos. A porção do bairro que parte da Rua Frei Caneca em direção ao maciço central, é ocupada por casas de um a dois pavimentos. Nas áreas mais altas e próximas ao maciço central localiza-se a comunidade do Morro do 25 – com ocupação espontânea e irregular, bastante carente de infraestrutura e áreas verdes, porém demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), circundada por APPs – Áreas de Preservação Permanente (PERES, 2021, p. 163).

O bairro como um todo é bastante complexo, o desenho do traçado decorre de diversos tipos de parcelamento, formais e informais. São lotes de tamanhos diferentes, onde predominam as altas taxas de ocupação, mesmo nas áreas de melhor renda. De modo geral, no bairro pode-se verificar diversas construções residenciais com padrões arquitetônicos variados, denotando as diferentes rendas que variam de 2 a 3 salários mínimos, nos setores censitários mais pobres até mais de 20 salários mínimos representados pelos setores mais abastados. (PERES, 2020, p. 148)

No que tange ao processo de transformação urbana da Agronômica,

através da análise dos mapas que demonstram a evolução do seu traçado viário nos anos de 1938, 1957 e 1977 (Figuras 14, 15 e 16) e das vistas panorâmicas que contemplam a década de 1970 e os anos atuais (Figuras 17, 18 e 19), verifica-se a acelerada expansão urbana pela qual passou após as obras do aterro da Baía Norte (1960). As obras do aterro promovidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina resultaram na radical transformação da paisagem do bairro concomitantemente com a valorização imobiliária junto à orla, o que desencadeou um processo de ocupação espontânea pelas camadas mais pobres da população nas encostas do maciço central.



Figura 14. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1938.
Fonte: PERES, baseado em DEGE-SPG/SC (2020, p. 102)



Figura 15. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1957.
Fonte: PERES baseado em DEGE-SPG/SC (2020, p. 110)



Figura 16. Traçado viário e ocupação do bairro Agronômica em 1977.
Fonte: PERES, baseado em DEGE-SPG/SC (2020, p. 115)



Figura 17. Panorâmica do bairro Agronômica, década de em 1970, com indicação da massa arbórea remanescente.
Fonte: Acervo Waldemar Anacleto repositório UFSC e BID 2015 *apud* PERES (2020, p. 248). Edição da Autora.



Figura 18. Panorâmica do bairro Agronômica, em 2015, com indicação da massa arbórea remanescente.
Fonte: Acervo Waldemar Anacleto repositório UFSC e BID 2015 *apud* PERES (2020, p. 248). Edição da Autora.



Figura 19. Panorâmica do bairro Agronômica na atualidade, com indicação da massa arbórea remanescente.
Fonte: Carlos Pereira, disponível em: <<https://scinova.com.br/inovacao-urbana-e-missao-de-engajar-os-cidadaos/>> Acessado em ago, 2020. Edição da Autora.

O processo de modernização e renovação urbana propiciado pelo aterro da Baía Norte induziu a demolição de diversas edificações históricas construídas entre meados do século XVII e do século XIX, no antigo bairro da Pedra Grande. As poucas edificações remanescentes são exemplares exclusivos do período eclético (Figuras 22, 23 e 24), dentre os quais figuram as edificações analisadas na Rua Frei Caneca.

O eclético em arquitetura trata de uma corrente estilística que abrangeu desde o século XIX até o início do século XX e pode ser entendido como a maneira de projetar e edificar que incorpora várias referências estilísticas de épocas passadas (como o classicismo greco romano, o renascimento, o barroco e o rococó) – refere-se, portanto, mais a um modo de ornamentar a arquitetura do que uma mudança significativa na tipologia das construções. Esse modo de projetar caracterizado pela mistura de estilos arquitetônicos anteriores, trouxe alguns elementos inovadores a exemplo de “alpendres laterais, a servir de ingresso, contendo esguias colunas de ferro” (LOUREIRO, 1981, p. 34 *apud* SATO, 2011, p. 105) e do porão alto – elemento que, segundo Reis Filho (2000), acumulava a função de proteger a intimidade da família, alojar empregados e locais de serviço.

Reis Filho (2000) faz uma análise do período eclético no Brasil, na qual verifica que inicialmente as inovações arquitetônicas mais significativas estavam ligadas mais à “relação arquitetura-lote urbano” (REIS FILHO, 2000, p. 52) e que nos primeiros anos do século XX ainda conservavam-se “as técnicas de construção e uso dos edifícios”, largamente “apoiados na abundância de mão-de obra mais grosseira e, em pequena parte artesanal” e se repetiam “os esquemas de fins do século XIX, com soluções mais ou menos rústicas, com edifícios sobre o alinhamento da via pública, a revelar, em quase todos os detalhes, os compromissos de um passado ainda recente com o de trabalho escravo e com os esquemas rígidos dos tempos coloniais” (REIS FILHO, 2000, p. 54). Dentre as inovações, o autor destaca o jardim lateral:

As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado. Essa novidade, que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essas amplas possibilidades de arejamento e iluminação, até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil (REIS FILHO, 2000, p. 46).

A preservação do casario eclético na Agronômica possibilita a percepção das antigas relações de escala dos edifícios em relação à rua e do modo como outrora as estradas eram delimitadas pela implantação dos edifícios junto à

via, no alinhamento do terreno, além de ilustrar a própria variação tipológica do ecletismo e as diferentes estratégias de adequação aos novos princípios sanitários da época. Enfim, esses remanescentes edificados materializam as tecnologias construtivas tradicionais e a atestam a memória urbana do bairro Agrônômica. Em meio a uma região, hoje, intensamente verticalizada e densificada com edifícios contemporâneos cuja legislação exige recuos prediais obrigatórios em relação à rua, as casas ecléticas remanescentes se destacam como marcos referenciais na paisagem urbana do bairro.

A paisagem urbana que se avista a partir do antigo eixo viário (Estrada da Pedra Grande) é marcada pela presença das poucas edificações remanescentes do século XIX, registradas nas Figuras 20, 21, 22, 23 e 24, que se constituem em marcos visuais e contribuem para a identidade e valorização do bairro. Esses remanescentes urbanos materializam vestígios de outras épocas e outros modos de vida em meio a uma região, hoje, intensamente densificada e verticalizada



Figura 20. Fotografia histórica, do início do séc. XX. À esquerda, as casas ecléticas que conformam o conjunto arquitetônico estudado, na Rua Frei Caneca.
Fonte: Arquivo SEPHAN



Figura 21. Fotografia da Rua Frei Caneca, em 2016. À esquerda, a fachada das casas ecléticas estudadas.
Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-casarao-de-vidal-ramos-a-espera-de-restauracao/>



Figura 22. Fotografia aérea (1938). Em vermelho, a localização das edificações ecléticas remanescentes no trecho do bairro em análise.
Fonte: IPUF. Editada pela autora.



Figura 23. Ortofoto (2016). Trecho do bairro Agrônômica analisado. Em vermelho, a localização das edificações ecléticas remanescentes.
Fonte: Google Earth. Editada pela autora.



Figura 24. Arquiteturas ecléticas remanescentes no bairro Agrônômica. As casas indicadas como A e B constituem parte do objeto de estudo.

Fonte: Autora, 2021 (A, B); Corbetta, 2023 (C) e <http://imagemdailha.com.br/noticias/cidade/joia-restaurada.html> (D).

Como mencionado anteriormente, as edificações ecléticas da Rua Frei Caneca, s/n, (A e B) – que junto à cobertura vegetal que ocupa o terreno no qual estas estão inseridas e ao edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro, constituem-se em objetos desta pesquisa – datam da década de 1920 e foram implantadas junto ao limite da rua, voltadas para a praia que ficava logo adiante, do outro lado da rua, antes das obras de aterro da Baía Norte.

O conjunto é composto de um sobrado e de uma casa térrea, de menor dimensão, construídos sob influência dos “novos” princípios higienistas propagados na época, que podem ser percebidos em elementos arquitetônicos como: alpendres laterais, gateiras e porão alto. Mesmo na casa térrea, onde não há o porão, foram executadas pequenas aberturas próximas ao chão para funcionar como gateiras, estratégia sanitária para melhorar a ventilação entre o assoalho e o chão.



Figura 25. Edificações ecléticas na Rua Frei Caneca, s/n (A, B). A esquerda, a casa térrea, à direita, o sobrado de porão alto.

Fonte: Autora, 2021.

O sobrado da Rua Rui Barbosa, 136, (C) é datado de 1915, de propriedade privada (Construtora Corbetta) e teve seu processo de

tombamento iniciado no ano de 2013, na esfera municipal.¹¹ A medida protetiva visa a salvaguarda dos seus aspectos materiais, em razão da arquitetura eclética – que incorpora princípios higienistas do início do século XX (porão alto, gateiras, alpendres laterais) – e do contexto urbano – enquanto antiga casa de chácara nos arredores do núcleo sede, implantada no alinhamento viário.

Originalmente, o sobrado situava-se em meio a uma vasta área verde, após o processo de parcelamento do solo na região, restou ao imóvel um lote com 15,90 metros de testada e 41,45 metros de fundos, sendo a largura do terreno nos fundos maior, de 27,00m.¹² O casarão passou anos sem utilização e em precário estado de conservação, sendo alvo de vandalismos e invasões nos últimos anos. Esta problemática levou à instauração de Inquéritos Civis pelo Ministério Público Estadual de Santa Catarina (MP/SC) e pelo Ministério Público Federal (MPF),¹³ que, por sua vez resultou no restauro global da edificação no ano de 2023.



Figura 26. Sobrado eclético de porão alto sito à Rua Rui Barbosa, 136 (C).
Fonte: Corbetta, 2023.

O palacete que serviu de sede ao antigo “Santa Catarina *Country Club*” (D), localizado na Rua Rui Barbosa, 49, foi tombado juntamente com seu jardim adjacente, como patrimônio histórico e artístico do município de Florianópolis, através do Decreto Municipal 45, de 23 de março de 1979. Sua construção foi iniciada no ano de 1879 e destinava-se à residência da família do comerciante português Joaquim da Silva (IPUF, 1979). A edificação foi

¹¹ Processo de Preservação – Atendimento à “Lei dos 30 anos” (Leis n. 2193/87 e n. 001/97) – Tombamento. IPUF, Maio de 2013.

¹² Ref. ferramenta corporativa de geoprocessamento do município de Florianópolis.

¹³ Inquéritos Civis n. 06.2017.0001696-9 e n. 06.2017.00006121-0 instaurados pelo Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC e Inquéritos Civis n. 1.33.000.002875/2015-34, n. 1.33.000.003179/2015-45 instaurados pelo Ministério Público Federal – MPF.

concebida sob o viés do ecletismo neoclássico uruguaio, num período em que a “volta dos estilos históricos caracterizou a arquitetura do mundo Ocidental na segunda metade do século XIX”.¹⁴ Na justificativa do seu tombamento, a edificação é descrita como “(...) um excepcional exemplo de casa de chácara, sendo ainda uma das mais belas edificações da cidade” e como “o segundo exemplo mais importante de Ecletismo/Neoclássico no Estado”¹⁵ – seguidamente do Palácio Cruz e Souza, no Centro de Florianópolis (Praça XV de Novembro, 227). A partir do ano de 1965, a edificação passou a servir de sede ao Santa Catarina *Country Club*, atual proprietário, que, apesar das várias intervenções para adaptação ao novo uso enquanto área de convívio do condomínio “Residencial *Country Club*”, a mantém em bom estado de conservação.



Figura 27. Antigo “Santa Catarina *Country Club*” (D), restaurado no ano de 2013.
Fonte: <http://imagemdailha.com.br/noticias/cidade/joia-restaurada.html>



Figura 28. Palacete do antigo “Santa Catarina *Country Club*”, em 1979.
Fonte: <https://florianopolisantiga.wordpress.com/2012/10/27/country-club-agronomical/>

¹⁴ PMF. Decreto Municipal 45, de 23 de março de 1979.

¹⁵ IPUF. Análise complementar da importância arquitetônica do Santa Catarina Country Club, parte integrante do Decreto Municipal 45, de 23 de março de 1979.

2.3. Poligonal de influência e análises territoriais

A Figura 29 demarca os limites da poligonal de influência. Seu traçado procurou abranger todas as vias locais na proximidade do objeto de estudo que possibilitam um acesso por meio do interior do bairro.

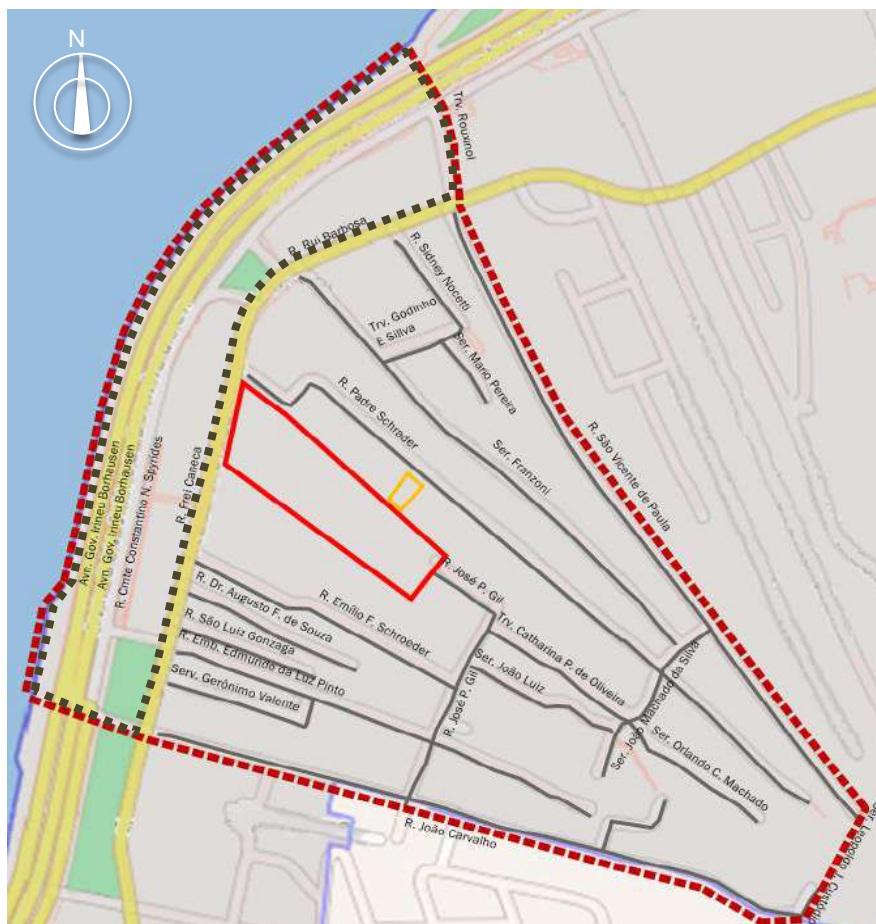


Figura 29. Limites da poligonal de influência, com demarcação do conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca (em vermelho), do edifício seda da antiga U.R.C 25 de Dezembro (em laranja) e da faixa de aterro (pontilhado).

Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

A seguir serão apresentadas as análises territoriais elaboradas dentro dos limites da poligonal de influência estabelecida, referentes a densidade ocupacional, topografia, volumetria construída, perfil socioeconômico, utilização, zoneamento, condicionantes ambientais, sistema de espaços livres e fluxos, relações ente os bens culturais existentes e relações de vizinhança.

A Figura 30 demonstra a ocupação e a relação de áreas edificadas e livres dentro dos limites da poligonal de influência, onde é possível perceber a grande dimensão do espaço livre remanescente no lote situado à Rua Frei Caneca, S/N, e daquele contíguo ao sul, em comparação com os outros no entorno. A Praça Professor Seixas Neto (a norte) e a Praça Governador Celso Ramos (ao sul), juntamente com o calçadão da Avenida Beira Mar Norte, constituem os poucos espaços livres públicos do bairro, e os únicos dentro dos

limites da poligonal de influência delimitada.



Figura 30. Padrão construído (mapa de cheio e vazios).
Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora

A Figura 31 ilustra a topografia do bairro Agrônômica, onde percebe-se que a única faixa plana é aquela resultante das obras do aterro e que o restante do bairro possui morfologia acidentada.

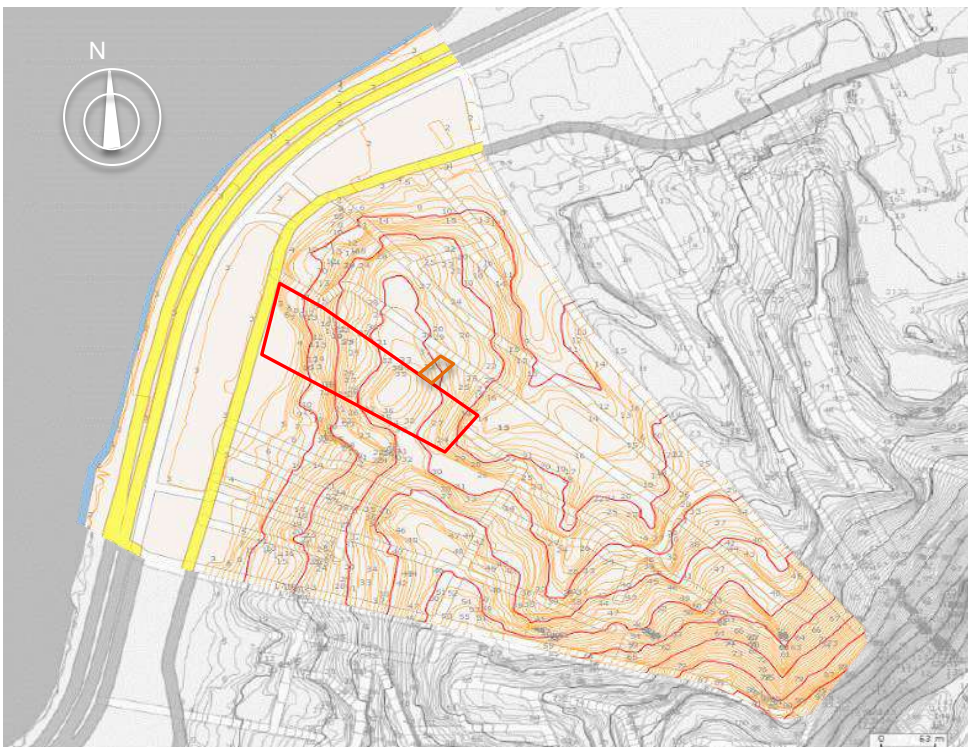


Figura 31. Topografia.
Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

A arquiteta e urbanista Arlis Peres (2020, p. 148, faz uma representação esquemática do perfil socioeconômico da ocupação do bairro relacionando à topografia, onde verifica-se que “quanto mais distante da orla e mais a cota sobe, menor acesso às oportunidades” (Figura 32).

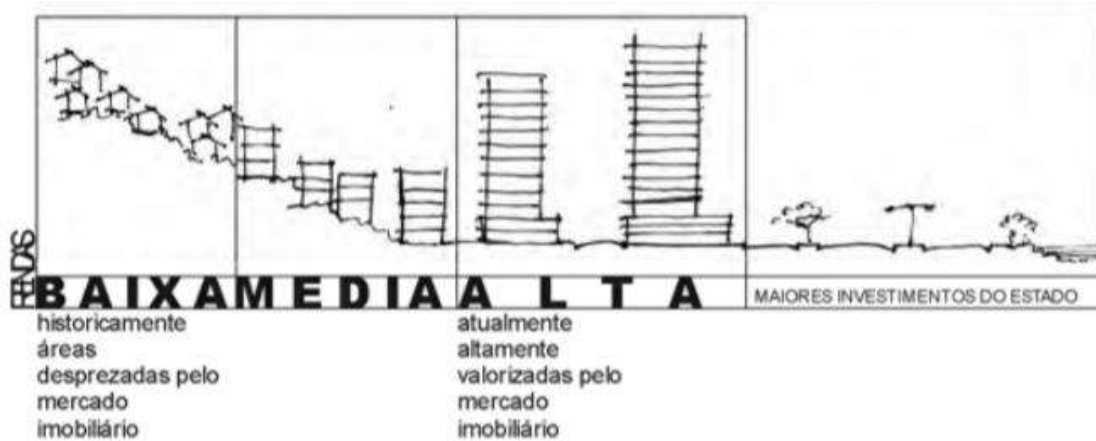


Figura 32. Perfil socioeconômico das arquiteturas do bairro Agrônômica.
Fonte: PERES (2020, p. 148).

A Figura 33 e a Figura 34 ilustram a volumetria urbana na poligonal de influência. Junto à orla marítima (faixa do aterro e imediações da Rua Frei Caneca) há a formação de uma massa edificada com predomínio de condomínios residenciais multifamiliares verticalizados, de até 16 pavimentos. A porção do bairro que parte da Rua Frei Caneca em direção ao maciço central, é ocupada por casas de um a dois pavimentos. Nas áreas mais altas e próximas ao maciço central, desenrola-se uma zona especial de interesse social (ZEIS) (Figura 37), onde localiza-se em partes a comunidade do Morro do 25. Esta zona é caracterizada por uma ocupação espontânea e irregular, bastante desassistida de infraestrutura urbana de modo geral (passeios, iluminação e transporte públicos, dentre outros) e que “apresenta indefinição de lotes, escassas áreas verdes, poucos vazios entre as casas, mesmo sobre declividades acentuadas e com seus limites marcados pelas APPs”. Esta zona possui ruas e escadarias estreitas, sem pavimentação ou recobertas por lajotas, exclusivas para pedestres, que permitem o acesso aos miolos das quadras. (PERES, 2021, p. 163).



Figura 33. Vista do bairro Agronômica.
Fonte: Peres (2020, p. 249)



Figura 34. Vista da massa arbórea que compreende o objeto de estudo e imediações.
Fonte: Luís Roberto Marques da Silveira (2011)

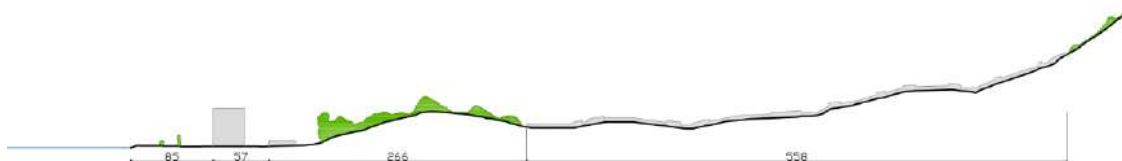


Figura 35. Perfil do bairro compreendendo a borda d'água, a faixa de aterro, o lote sito à Rua Frei Caneca, s/n, e as vizinhanças até o início do maciço central.
Fonte: Autora (2020)

A Figura 36 mostra os usos urbanos na poligonal de influência, conforme levantamento realizado por geoprocessamento pelo poder público municipal de Florianópolis. Nota-se que o edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro é definido como “prestação de serviço”, mas encontra-se há décadas sem uso.

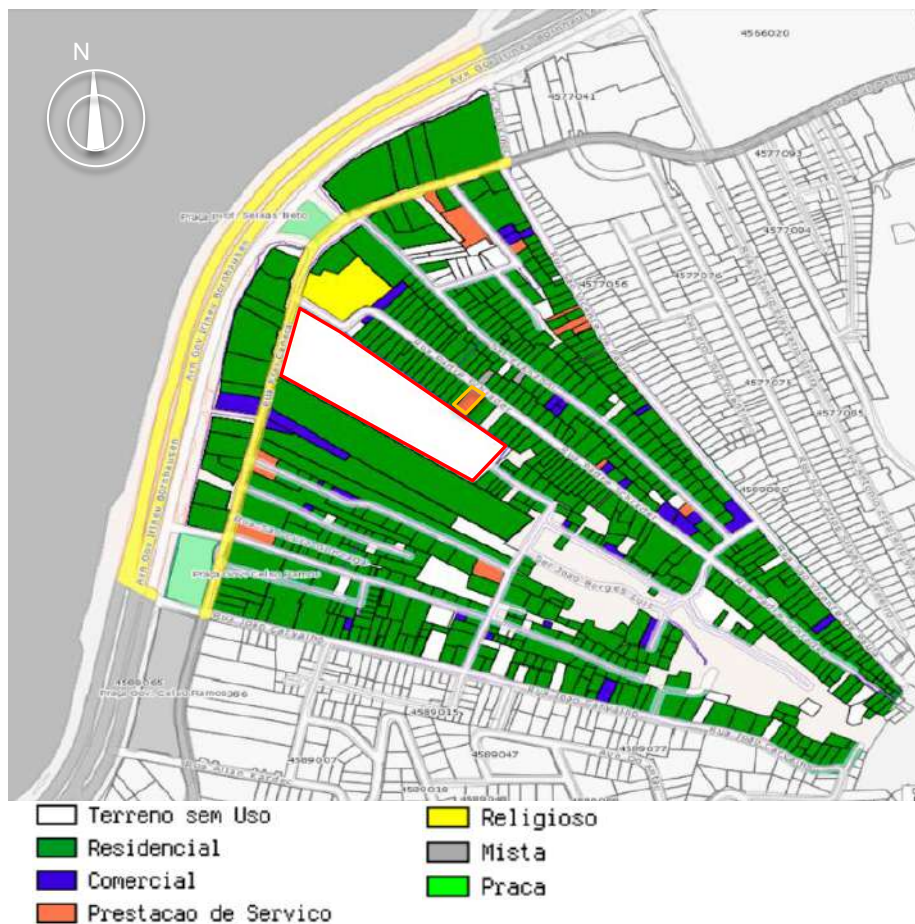


Figura 36. Usos urbanos.

Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

Quanto aos aspectos legais de uso e ocupação do solo, a Lei Complementar 482/2014 (Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis) determina para a região quatro diferentes zonas, além das Áreas Verdes de Lazer (AVL) representadas pela Praça Governador Celso Ramos e a Praça Professor Seixas Neto, quais sejam: Área Mista Central (AMC – 16.5) junto ao aterro, possibilitando distintos usos e edificações com até 16 pavimentos; Área Residencial Mista (ARM – 14.5) compreendendo uma faixa de aproximadamente 120 metros a partir da Rua Frei Caneca em direção ao maciço central; Área Residencial Mista (ARM – 6.5) estabelecendo uma transição de altura a partir do limite da ARM – 14.5 que se estende por 45 metros; Área Residencial Predominante (ARP – 2.5) possibilitando gabaritos de dois pavimentos até os limites da Área de Preservação Permanente (APP); e Zona Especial de Interesse Social (ZEIS – 2) abrangendo a comunidade do Morro do 25, conforme Figura 37. Verifica-se que os espaços livres públicos destinados a lazer, permanência ou convívio concentram-se todos na faixa de aterro, restando as partes mais altas do bairro desassistidas deste tipo de espaços.

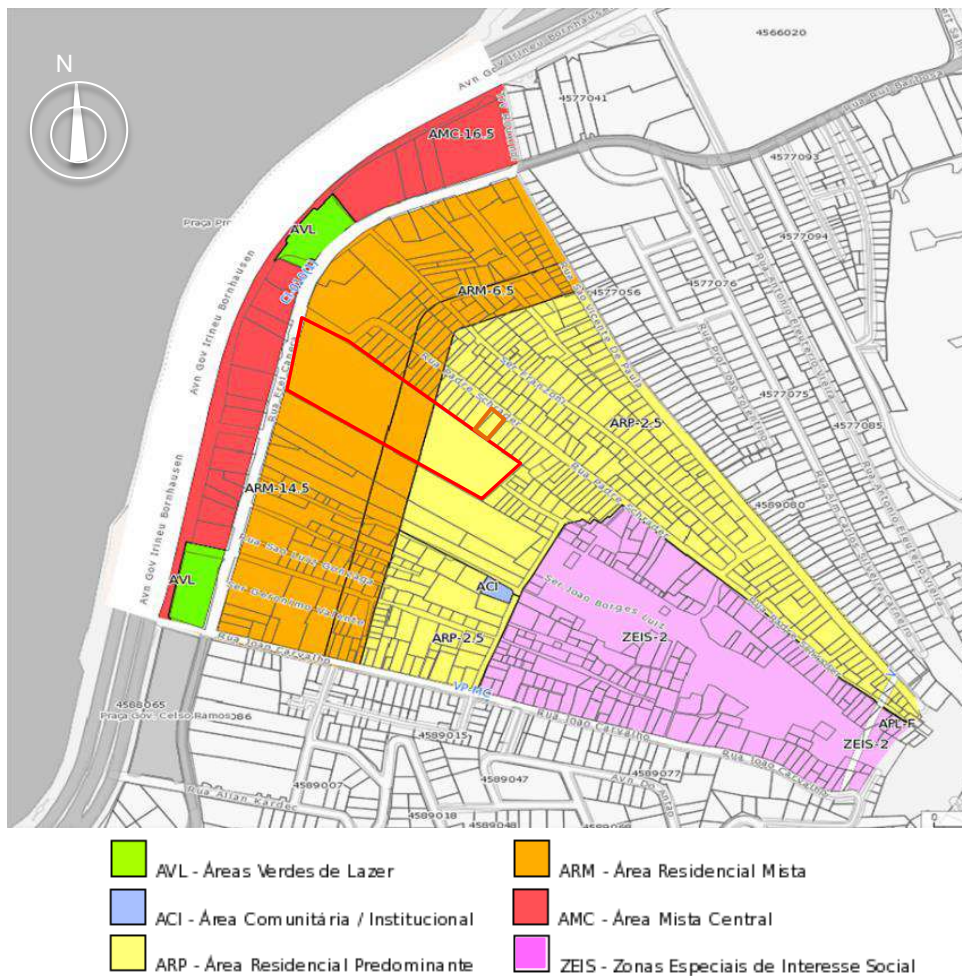


Figura 37. Zoneamento.

Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

No recorte territorial analisado incidem condicionantes ambientais, conforme ilustra a Figura 38. Nos limites do terreno onde se localiza o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca há a presença do bioma de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) em estágios médio e avançado de regeneração (CRBio-03; FLORAM, 2016). Assim, incidem sobre ele os parâmetros legais da Lei Federal 11.428/2006 que requer a preservação de pelo menos 30% de sua cobertura vegetal nativa. No ano de 2020 essa área verde foi incluída no Plano Municipal da Mata Atlântica, sendo identificada como zona de amortecimento do PANAMC (Parque Natural Municipal do Morro da Cruz)¹⁶ por funcionar como trampolim ecológico capaz de melhorar a conectividade entre as demais áreas correlatas no entorno.

¹⁶ Marcos legais: Lei 6.893/05; Decreto 7.286/09; Decreto 10.547/12; Lei 9.321/13; Portaria 04/19 e Lei 10.685/20.

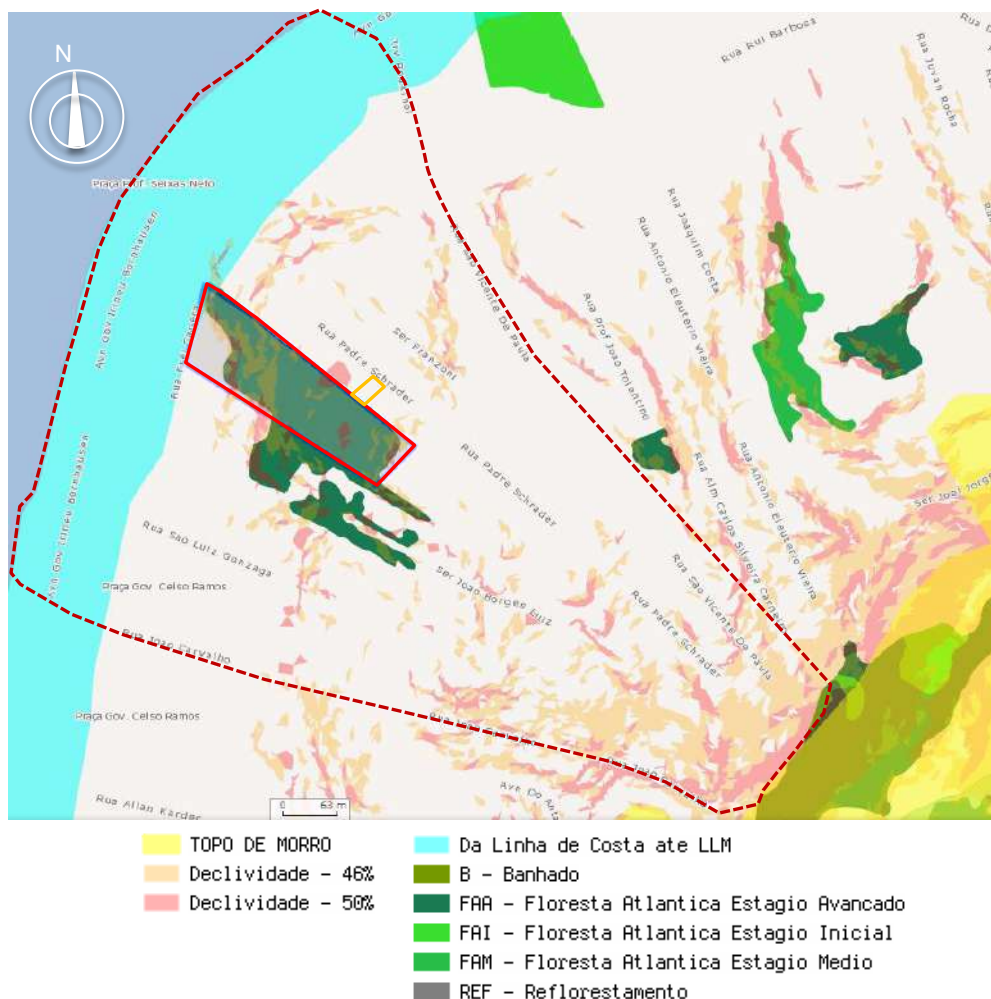


Figura 38. Condicionantes ambientais.
 Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

As espécies arbóreas nativas observadas na área estudada foram: *Cupania vernalis* (camboatá-vermelho), *Alchornea triplinervia* (tanheiro), *Cecropia pachystachya* (embaúba), *Pseudobombax grandiflorum* (embiruçu), *Schinus terebinthifolius* (aroeira-vermelha), *Lonchocarpus muehbergianus* (rabo-de-mico), *Mimosa bimucronata* (espinheiro), *Syagrus romanzoffiana* (jerivá), *Joanesia princeps* (andá-açu), *Ficus cestrifolia* (figueira), *Schizolobium parahyba* (garapuvu), *Campomanesia reitziana* (guabiropa-crespa), *Eugenia uniflora* (pitangueira), entre outras.¹⁷ Também se verificou a presença de vegetação exótica, especialmente cinamomos.¹⁸

A seguir é apresentada a relação entre os fluxos e o sistema de espaços livres no recorte territorial em análise (Figura 39). Na porção do aterro, rente a borda d'água, localiza-se o calçadão e a ciclovía da Beira Mar Norte,

¹⁷ FLORAM. Parecer Técnico n. 093/2016 – DILIC, pg.5 e CRBio-03. Parecer Técnico – Caracterização de fragmento de Vegetação. Centro, Florianópolis, SC 2016, p. 17.

¹⁸ CRBio-03. Parecer Técnico – Caracterização de fragmento de Vegetação. Centro, Florianópolis, SC 2016, p. 17.

amplamente utilizados por ciclista e para passeios e práticas de exercícios físicos. Também se concentram as vias arteriais – Avenida Gov. Irineu Bornhausen – com três faixas de rolamento em cada sentido, formando o acesso principal entre a região central da cidade e os bairros da Trindade, Itacorubi e norte da Ilha. A via mais a leste configura-se de trânsito rápido e comporta alguns bolsões de estacionamento de veículos e pontos de embarque e desembarque de passageiros de ônibus. A partir da Praça Professor Seixas Neto, essa via de trânsito rápido, que até então leva o nome da Avenida Gov. Irineu Bornhausen, torna-se a Rua Comte. Constantino Nicolau Spyrides. A Rua Frei Caneca marca o limite da área do aterro e a partir da Praça Professor Seixas Neto passa-se a chamar Rua Rui Barbosa. Esse eixo viário também é caracterizado pelo trânsito rápido e constitui-se como via de ligação entre os bairros Agrônômica e Trindade. A partir desse eixo, as ruas no interior do bairro são coletoras e subcoletoras e utilizadas principalmente por moradores locais.

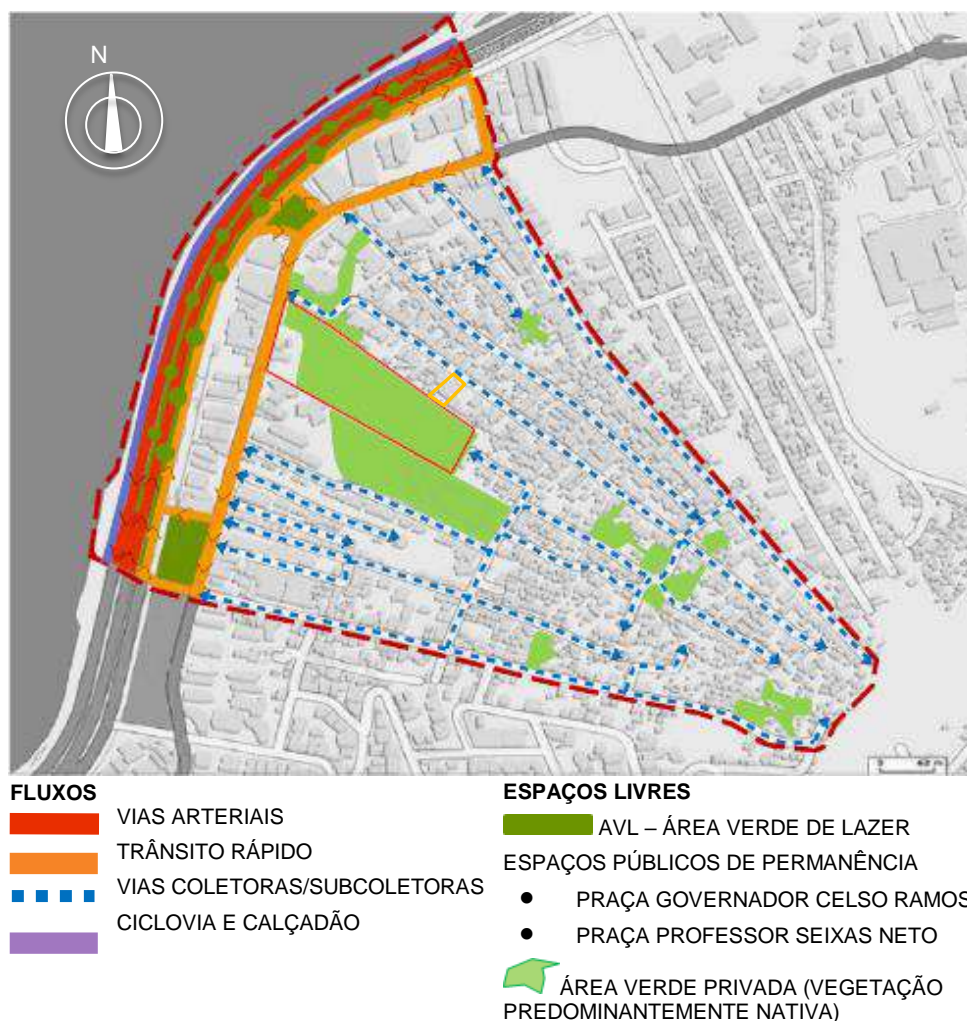


Figura 39. Fluxos e sistema de espaços livres.
 Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

Abaixo, a figura 40, identifica os bens culturais situados dentro dos limites

da poligonal de influência.



Figura 40. Bens culturais patrimonializáveis identificados na poligonal de influência.
 Fonte: <http://geo.pmf.sc.gov.br/index.php>. Edição da autora.

O entorno imediato da área objeto de estudo apresenta uma ocupação predominantemente residencial, bastante densificada, com variação de 01 a

16 pavimentos, onde habitam diferentes classes sociais e onde se verifica diferentes padrões de tratamento urbanístico. Os espaços livres públicos para lazer e estar são escassos.

A frente do conjunto arquitetônico e paisagístico estudado junto à Rua Frei Caneca (Figura 41) é caracterizada como área nobre que concentra um dos metros quadrados mais valorizados da ilha. No sentido norte, a área de estudo é confrontada com a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz (Figura 42 e Figura 43). No início da Rua Padre Schrader (esquina com a Rua Frei Caneca), o conjunto tem os limites laterais/norte vedados com tapumes metálicos precários (Figura 44) e, a partir da primeira curva desta rua, em direção ao interior do bairro, os confrontantes predominantes são edificações residências de 01 a 02 pavimentos (Figura 45). A Figura 46 demonstra o processo de valorização imobiliária e de parcelamento do solo em curso área, onde o Plano Diretor permite edificações com até 14 pavimentos. A Figura 47 retrata o edifício sede da antiga U.R.C. 25 de Dezembro, atualmente sem uso e em processo de degradação. Aos fundos, a vegetação que se visualiza pertence ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca e revela a proximidade entre estes bens. No interior do bairro (Figura 48) as condições urbanas e sociais são mais precárias devido à falta de programas de urbanização básicos. A Figura 49 compreende a ZEIS do Morro do 25 e mostra o acesso ao terreno sito à Rua Frei Caneca, s/n, a partir dos “fundos”.



Figura 41. Frente do conjunto arquitetônico e urbanístico localizado na Rua Frei Caneca.
Fonte: Autora (2024).



Figura 42. Lateral/sul da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, voltada para a Rua Padre Schrader.
Fonte: Autora (2024).



Figura 43. Frente da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes e São Luiz, voltada para a Rua Frei Caneca.
Fonte: Autora (2024).



**Figura 44. Esquina entre as Ruas Frei Caneca e Padre Schrader.
Fonte: Autora (2024).**



**Figura 45. Confrontantes residenciais junto à curva da Rua Padre Schrader.
Fonte: Autora (2024).**



Figura 46. Construção de edifício verticalizado na Rua Padre Schrader.
Fonte: Autora (2024).



Figura 47. Edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro.
Fonte: Autora (2024).



Figura 48. Vista do bairro compreendendo a localidade do Morro do 25.
Fonte: Autora (2021).



Figura 49. Rua José Pedro Gil, situada na localidade do Morro do 25 demarcada como ZEIS, confronta o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca pelos “fundos”.
Fonte: Autora (2021).

Não obstante o valor cultural e ambiental do conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, bem como, a valorização imobiliária da Agrônômica, as complexidades urbanas do bairro podem ser vislumbradas na porção abrangida pelo Morro do 25 (Figura 49), onde a ocupação ocorre de modo espontâneo e irregular. Nesta localidade nota-se a falta de investimentos do poder público em relação ao saneamento básico, às benfeitorias urbanísticas básicas – a exemplo da falta de delimitação entre a via carroçável e os passeios destinados aos pedestres – dentre outras carências que se contrapõem aos investimentos urbanísticos na área nobre da orla. Esta condição urbana se caracteriza quase como uma tradição do planejamento territorial das cidades brasileiras, onde o desenvolvimento da cidade a mercê do mercado imobiliário segrega as camadas mais vulneráveis da população social e especialmente as alija dos processos de ordenação urbanística.

2.4. Patrimônio construído

2.4.1. Análise tipológica e identificação dos materiais e sistemas construtivos

Em termos estilísticos, as casas históricas na Rua Frei Caneca

apresentam diversos elementos típicos do ecletismo, a exemplo das pilastras com capitéis trabalhados, aberturas com verga reta e em arco pleno, platibandas e cimalkhas adornadas, pináculos, balaústres, dentre outros. Reis Filho (2000, p. 64) afirma que é a partir dos anos 1920 que na arquitetura datam “as primeiras modificações tecnológicas de importância no Brasil”, sobretudo devido ao desenvolvimento do trabalho remunerado que impulsionou a mecanização dos processos a diversos setores e atividades. “As técnicas construtivas passavam por uma fase de aprimoramento, devido em grande parte à influência da mão-de-obra imigrada”.

Especificamente quanto à influência eclética das casas objeto desta análise, há o predomínio dos padrões clássicos e renascentistas, materializados em elementos de fachada como o predomínio das linhas horizontais (marcadas por frisos, cimalkhas e platibanda) e adornos em relevo (como mísulas, sobrepostas, cártula, pináculos e balaústres). O padrão neoclássico aparece também na simetria e no ritmo de fachada (sobretudo na fachada frontal da casa térrea) e na divisão de as ambas edificações em base, corpo e coroamento – típica do renascimento, que por sua vez, remete-se aos ideais clássicos. A fachada frontal do sobrado é curiosamente assimétrica, mas o “desequilíbrio” das aberturas é compensado pela moldura, à direita, que reproduz o elemento da janela na parede cega.



Figura 50. Levantamento da fachada do sobrado eclético, realizado pelo IPUF (2002).
Fonte: IPUF/SEPHAN

Quanto ao sistema construtivo, é empregada a técnica da alvenaria de tijolos maciços, que segundo Lemos (1979, p. 106 *apud* SATO, 2011, p. 106) marca o fim do empirismo na construção que caracterizava a arquitetura luso-brasileira e constitui-se num sistema que acumula dupla função construtiva, a função estrutural e de vedação. Silva (2003, p.27 *apud* SATO, 2011, p. 91) demarca o período áureo da alvenaria de tijolos maciço estendendo-se desde 1850 a 1920. Esse modo de edificar teve sua consolidação no Brasil através da arquitetura de imigração (italiana, alemã e outras) e foi impulsionada pela aspiração de novidade e “mudança de gosto da sociedade local” (D’ALAMBERT, 1993, p. 90), induzida pela evolução das técnicas construtivas relativamente à arquitetura de taipa.

A alvenaria de tijolos maciços, se comparada com a de taipa de pilão, “não apresentava a mesma fragilidade relacionada à ação da água, permitia uma maior precisão na construção e possibilitava inovações estilísticas” (D’ALAMBERT, 1993, p. 64). Esse sistema construtivo foi largamente utilizado por aproximadamente um século e “somente passa a ter caráter secundário quando o concreto armado se demonstra capaz de assumir a função estrutural até então desempenhada por ela” (SATO, 2011, p. 106).

No caso em estudo, a edificação situada mais ao sul apresenta porão alto, cobertura com várias águas e um pavimento superior que é acessado pela varanda, alcançada por uma escadaria que se projeta a partir da fachada lateral sul. A edificação localizada mais ao norte do lote é térrea e de menor imponência se comparada ao casarão do lado. A casa apresenta um corpo principal retangular, com telhado de quatro águas completamente deteriorado, marcado pela platibanda adornada por balaustrada e pináculos. Aos fundos verifica-se um anexo, também deteriorado, edificado possivelmente posteriormente à edificação principal, cuja cobertura, hoje inexistente, outrora era em duas águas. Na fachada frontal, junto ao rés-do-chão há pequenas aberturas destinadas à ventilação do embasamento.

A figura 51, abaixo, apresenta a reconstituição das antigas coberturas e o desenho das fachadas frontais (Oeste).

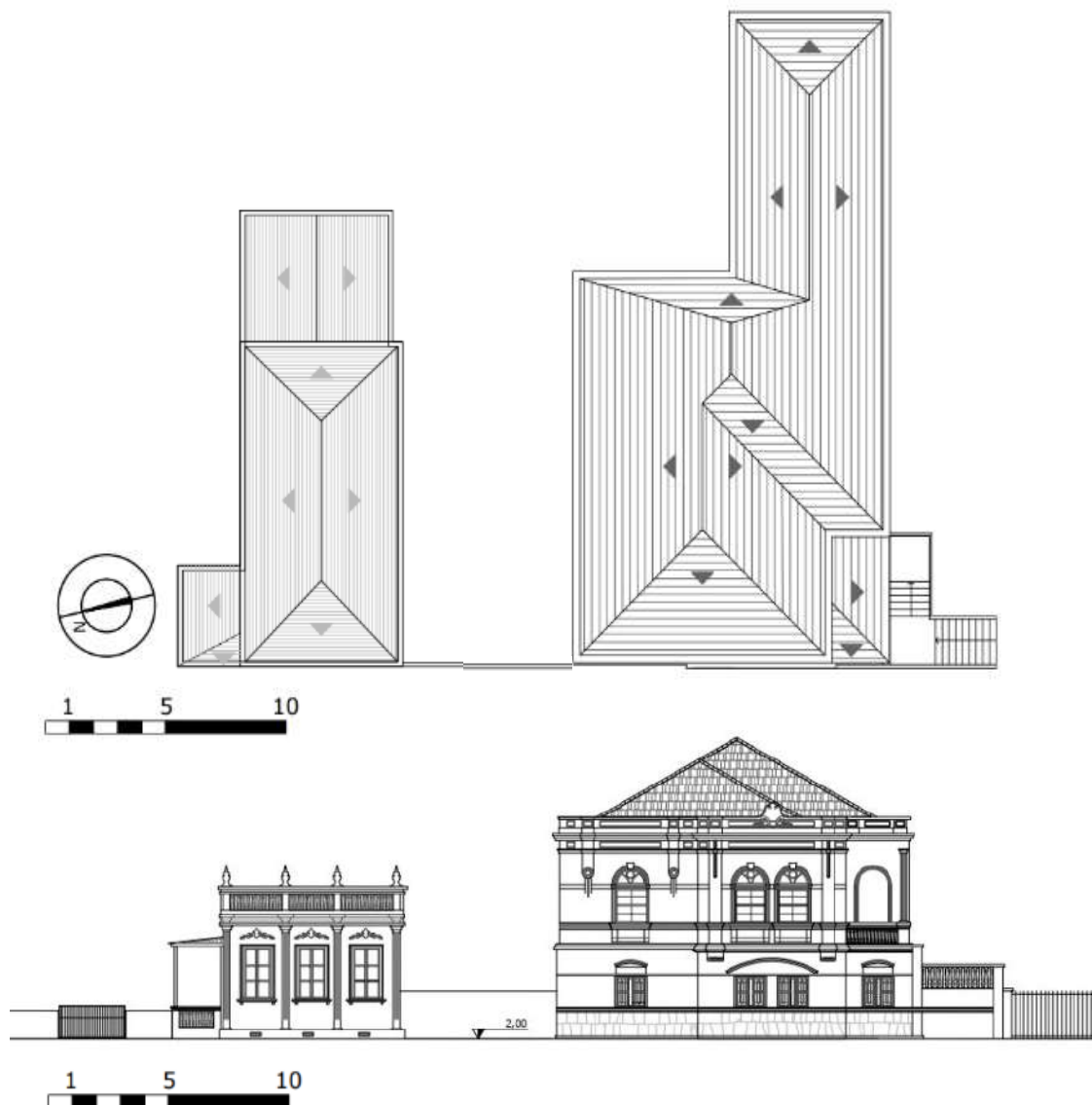


Figura 51. Planta de cobertura e fachada frontal do conjunto arquitetônico composto pela casa térrea e o sobrado eclético.
Fonte: Autora, 2020.

De modo esquemático, pode-se descrever o sistema construtivo das casas ecléticas em análise da seguinte forma:

- **Estrutura:** Alvenaria de tijolos maciços
- **Alicerces:** Fundações de alvenaria de tijolos e argamassa de assentamento à base de cal
- **Vedações Verticais:** a) Paredes de tijolo maciço e argamassa de assentamento e reboco à base de cal; b) internamente, sem função estrutural, os tabiques – paredes “divisórias” mais leves – faziam a divisão dos diferentes cômodos; c) Acima dos vãos as vergas, foram executadas em curva, em arco-pleno, no sobrado, e planas (retas) na casa térrea. Em alguns vãos, acima das vergas verificou-se abóbadas abatidas com tijolos; d) O revestimento do embasamento na fachada

frontal do sobrado é executado com “forras” de pedra, com peças de granito

- **Vedações Horizontais:** a) No sobrado, o térreo apresenta assoalho de tábuas de madeira, com encaixe “de junta”, apoiado sobre os barrotes engastados nas alvenarias. Os pisos das áreas úmidas (banheiro e cozinhas) são revestidos de ladrilho hidráulico e externamente, o revestimento de piso das varandas, sobre os alpendres, é de ladrilho hidráulico. O piso do porão é revestido por lajotas cerâmicas. Na casa térrea, o assoalho de madeira é elevado “junto à-rés-do-chão” (aproximadamente 50 centímetros), criando-se um vão onde foram implantadas pequenas aberturas (gateiras) que tem a finalidade de permitir a ventilação abaixo do piso. Na parte dos fundos da casa térrea há um pequeno anexo, com piso cerâmico, para abrigar áreas úmidas como cozinha e lavanderia; b) os forros de ambas as casas são de madeira, com tábua corrida; c) as coberturas originalmente foram revestidas por telhas cerâmicas do tipo francesa – o telhado fica escondido por platibandas no coroamento de ambas as casas. O telhado do sobrado apresenta recortes e caimento em diversas águas. O telhado da casa térrea era de quatro águas, no corpo principal, e de duas águas no anexo dos fundos
- **Esquadrias:** Esquadrias de madeira maciça, em formatos planos (casa térrea) e curvos (sobrado), realizadas com primor de acabamento. Presença de bandeira nas portas externas.

Apesar da valorização imobiliária que caracteriza o bairro Agronômica como área nobre do centro da cidade, bem como, das possibilidades de reutilização do imóvel que conforma o conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca, o mesmo encontra-se sem uso formal há vinte anos. As casas ecléticas que nele remanescem estão abandonadas e em acelerado processo de degradação. A casa térrea apresenta danos mais severos relativamente aos do sobrado devido ao colapso global de sua cobertura, aproximando-se ao estado de ruína.

Em abril de 2024 foram realizadas intervenções por parte do proprietário (Construtora Santa Catarina) à revelia do órgão de preservação cultural municipal, não obstante o processo de tombamento em curso. Tais intervenções se referem à pintura das fachadas frontais, na cor branco e à inserção de vedações precárias nos limites do imóvel com as Ruas Frei Caneca e Padre Schadrer.

Mesmo não terem sido realizados testes para a verificação das características físico-químicas das tintas empregadas na pintura das superfícies arquitetônicas, acredita-se que foram utilizadas tintas plásticas, inadequadas ao sistema construtivo das edificações que utiliza argamassa à base de cal, pois nas semanas seguintes à pintura houve a proliferação de manchas de umidade e o descolamento precoce da camada pictórica.

A característica cor rosada das casas (Figura 52), que perdurou, pelo menos, por duas décadas, foi alterada sem nenhum tipo de critério ou respaldo técnico, em desconsideração à história e à autenticidade do patrimônio edificado. É, portanto, possível afirmar que tais intervenções resultaram mais em desfavor da conservação destas edificações do que em prol da preservação cultural.

No capítulo a seguir serão apresentados o registro fotográfico e a análise do estado de conservação das casas ecléticas incluindo o apontamento das patologias verificadas.

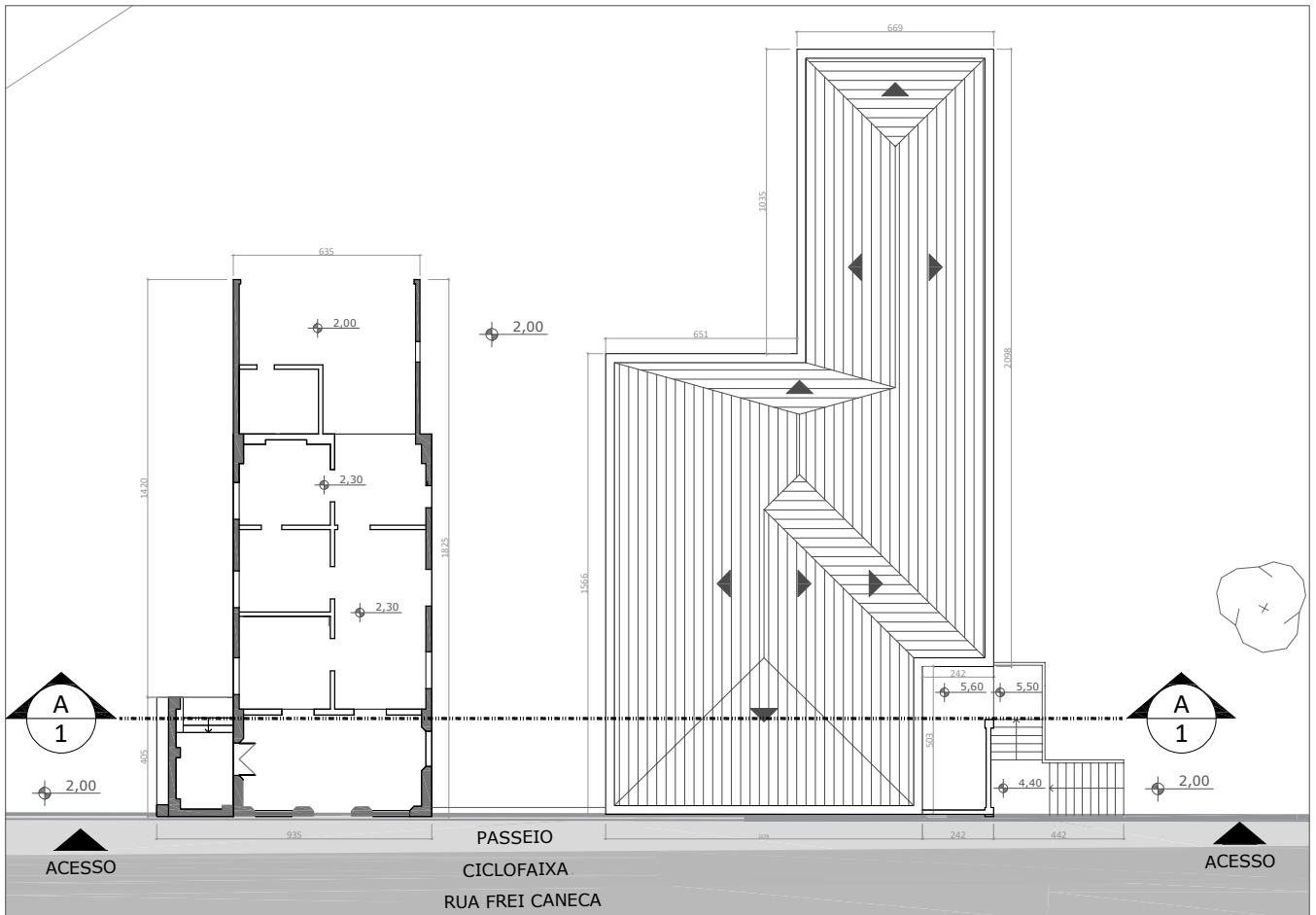


Figura 52. Casas ecléticas na Rua Frei Caneca

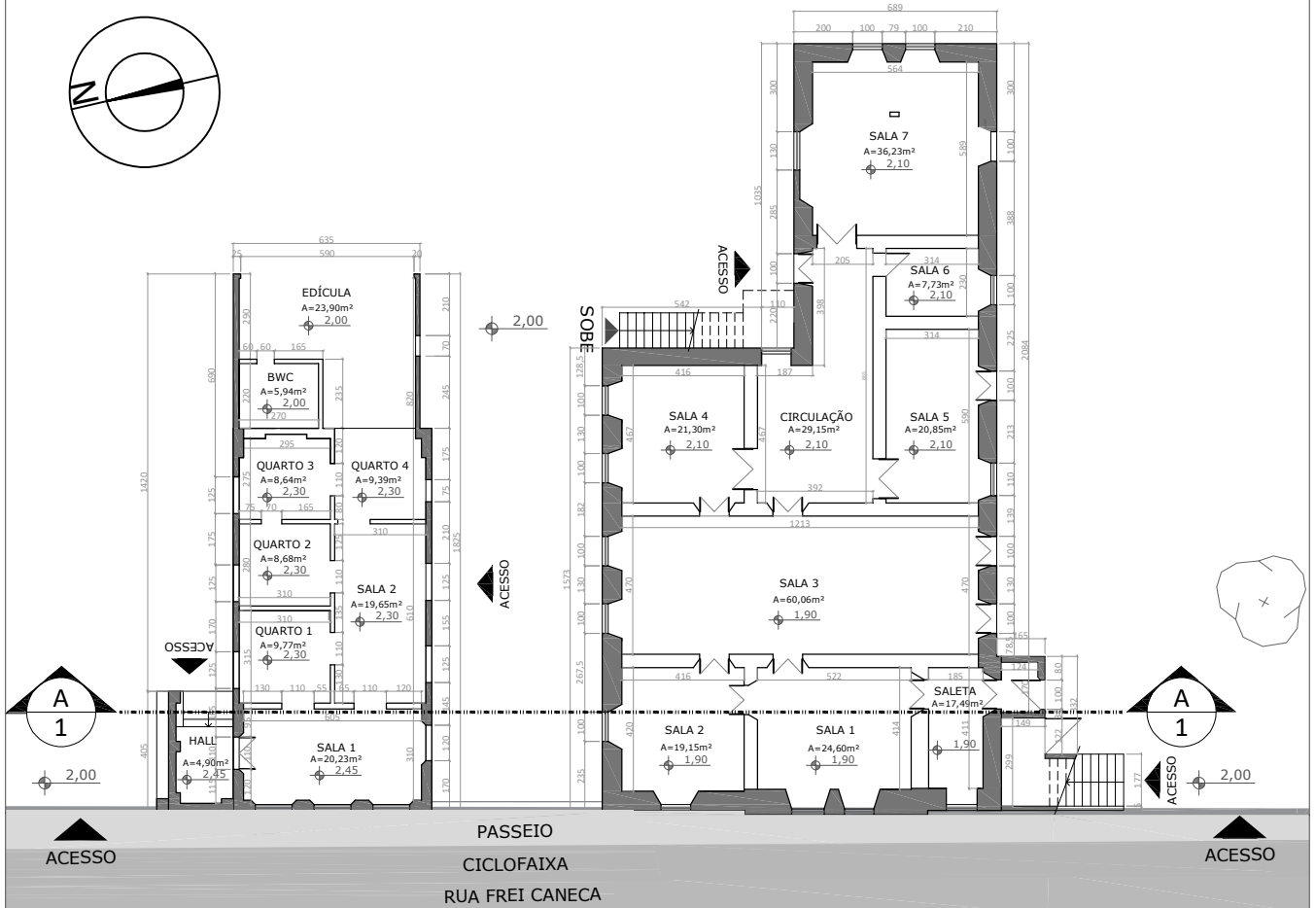
Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/memoria-de-florianopolis-casarao-de-vidal-ramos-a-espera-de-restauracao/>.

2.4.2. Levantamento Arquitetônico





PLANTA DE COBERTURA



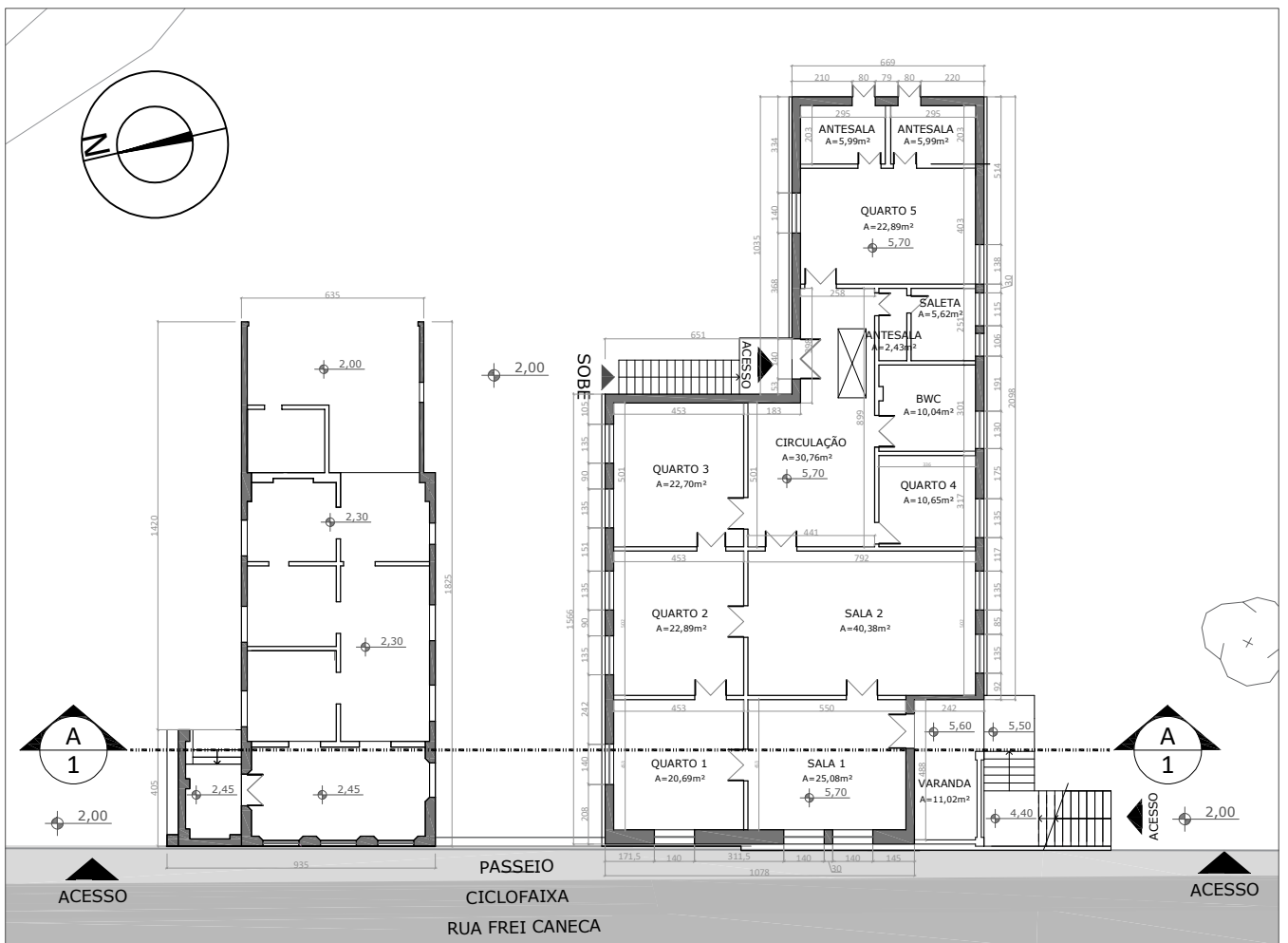
PLANTA BAIXA - TÉRREO
CASA TÉRREA

SOBRADO

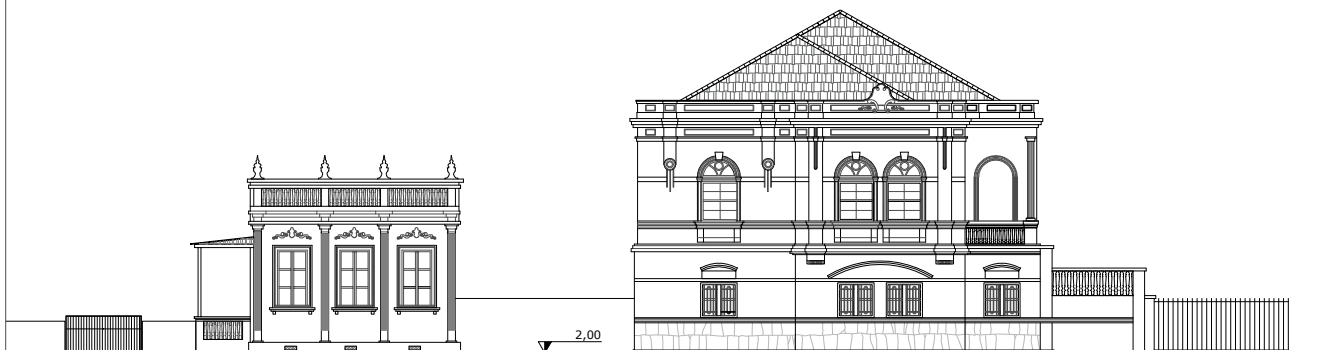
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LEVANTAMENTO - CASAS ECLÉTICAS

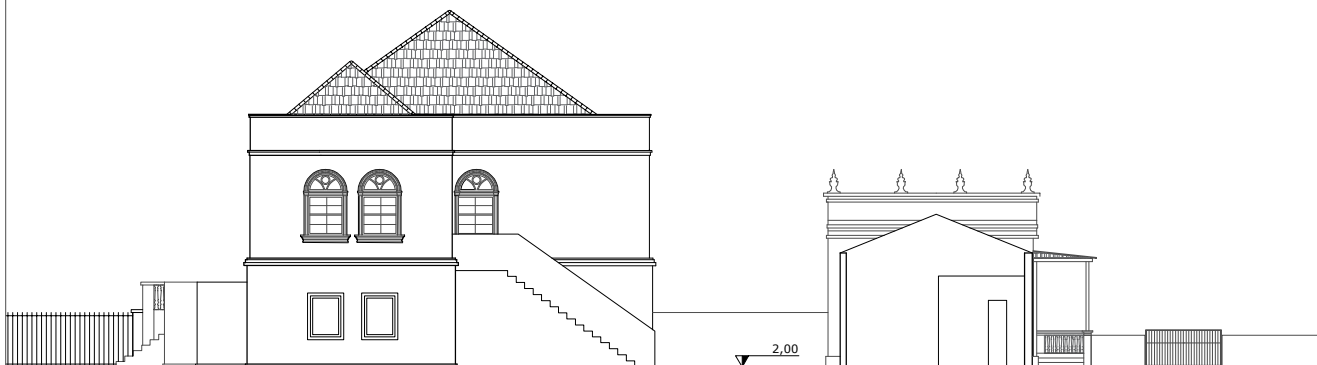
PLANTA DE COBERTURA - PLANTA BAIXA TÉRREO - ESC: 1/250



PLANTA BAIXA - PRIMEIRO PAVIMENTO
SOBRADO



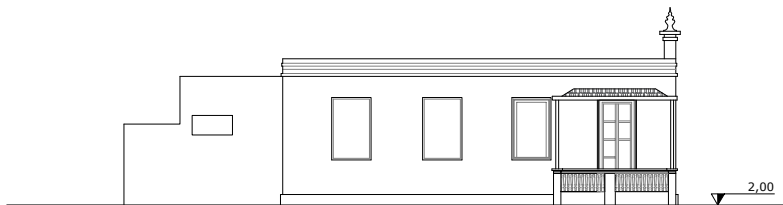
FACHADA OESTE



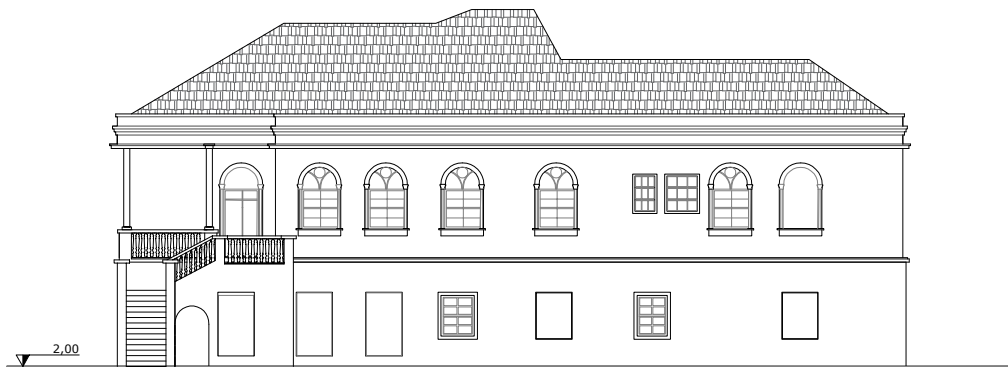
FACHADA LESTE



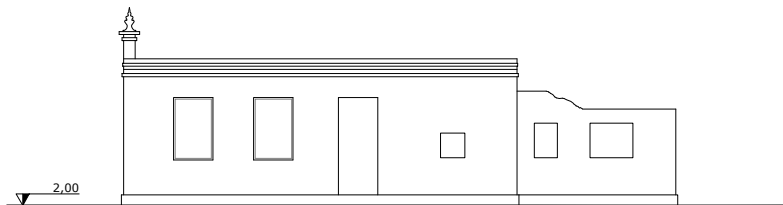
FACHADA NORTE - SOBRADO



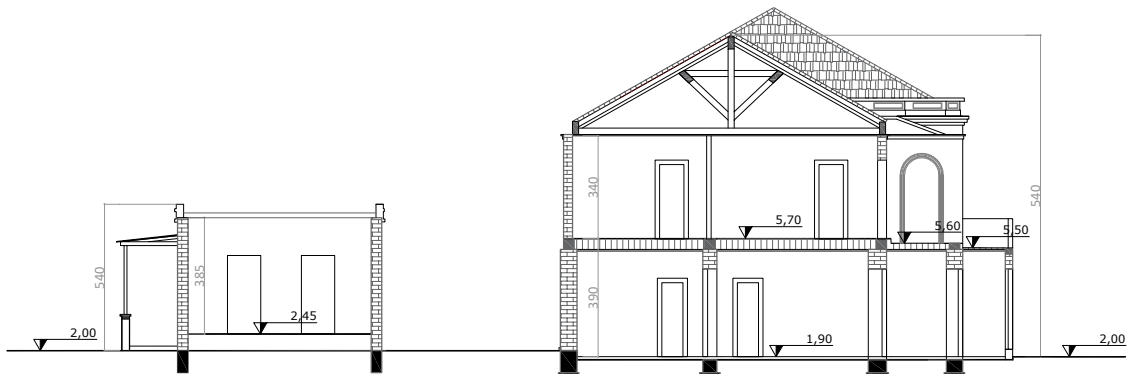
FACHADA NORTE - CASA TÉRREA



FACHADA SUL - SOBRADO



FACHADA SUL - CASA TÉRREA



CORTE A1

2.4.3. Análise do estado de conservação

A seguir apresenta-se uma análise do estado de conservação das edificações ecléticas na Rua Frei Caneca, com a identificação das principais causas da degradação e das patologias observadas. O registro fotográfico foi realizado em 2024, pela autora.

Casa eclética térrea

A fachada frontal/oeste (Figura 53) apresenta-se em péssimo estado de conservação. As esquadrias de madeira foram retiradas, provavelmente devido a ações de vandalismo. Os vãos das janelas foram vedados com material metálico. As superfícies arquitetônicas foram pintadas de branco, com tinta cujas características físico-químicas não foram identificadas. Há ocorrência de bolores, craquelamento, fissuras, trincas e rachaduras. O reboco apresenta porções faltantes e desprendidas. No embasamento há manchas causadas pela umidade ascendente. De modo geral, desde o embasamento até a platibanda nota-se a proliferação de microorganismo.



Figura 53. Casa térrea – fachada frontal /oeste.

A fachada lateral/sul (Figuras 54), encontra-se fortemente degradada. Ao

longo de toda a estrutura da cobertura há o crescimento de vegetação, que recai sobre as paredes externas. A fachada apresenta-se degradada pela umidade e pela infiltração da água descendente (provocada pelo arruinamento da cobertura) e ascendente (decorrente do precário sistema de drenagem do solo. No embasamento e junto ao coroamento verificam-se crostas negras. Uma porção significativa da superfície arquitetônica apresenta desprendimento do reboco (restando os tijolos maciços expostos às intempéries), além de fissuras, trincas, sujidades e pichações generalizadas. Nos vãos há a ausência das esquadrias externas e a vedação dos vãos foi realizada com materiais precários a exemplo de tapumes.

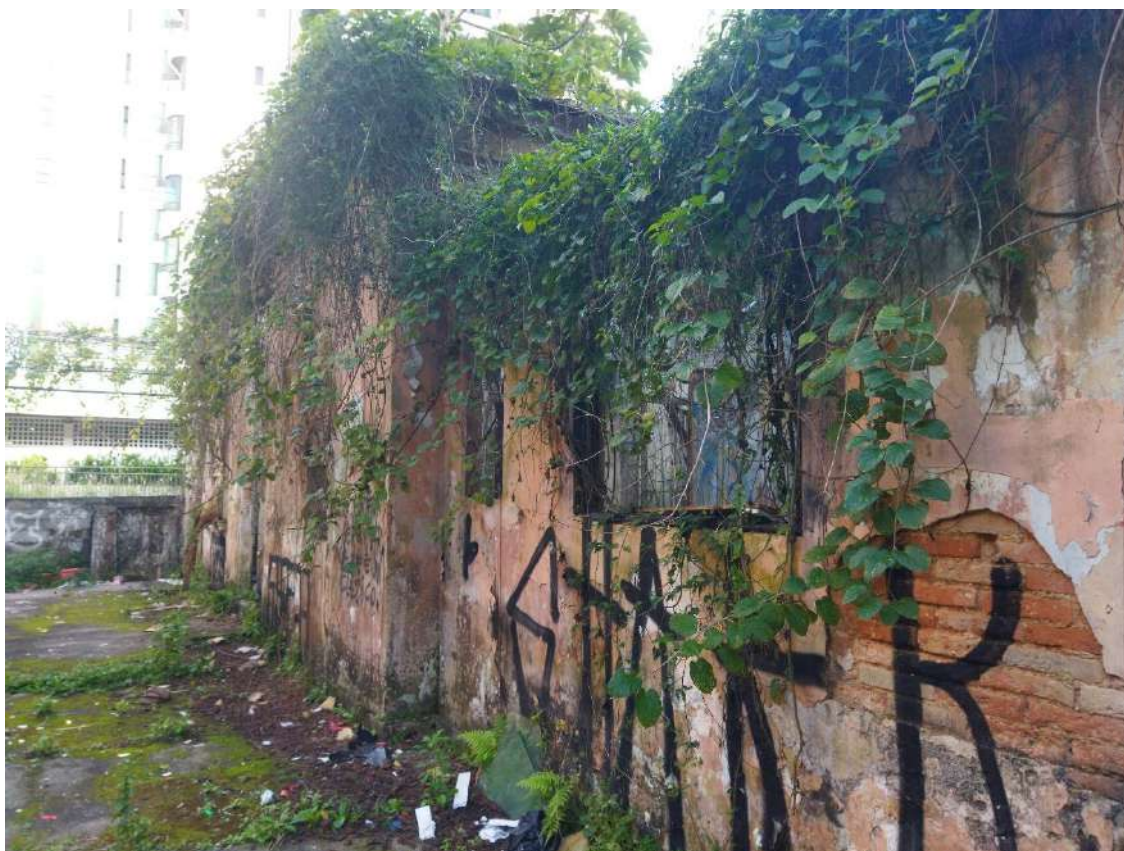


Figura 54. Casa térrea – fachada lateral/sul.

A Fachada lateral/norte (Figura 55 e 56), igualmente, encontra-se em péssimo estado de conservação. As superfícies arquitetônicas foram degradadas pela umidade, pelo intemperismo, pela falta de manutenção e pelo vandalismo. De modo geral verificam-se sujidades, musgos, proliferação de microorganismos, crostas negras, pichações, trincas, fissuras e desprendimento do reboco. Alguns dos vãos sem as esquadrias originais foram vedados com tapumes. A estrutura do alpendre lateral (Figura 57) encontra-se arruinada e sobre ela há o crescimento de vegetação.



Figura 55. Casa térrea – fachada lateral/norte.



Figura 56. Casa térrea – fachada lateral/norte – fundos.



Figura 57. Detalhe do alpendre lateral.

O anexo dos fundos da casa térrea teve colapso total da estrutura da cobertura. Nas Figuras 58 e 59 verificam-se a degradação do piso cerâmico do anexo, dos forros de madeira, das esquadrias e do reboco. O lixo e as pichações no exterior e no interior da edificação revelam a ocorrência de ações de vandalismo e dejetos humanos.



Figura 58. Anexo dos fundos - arruinamento da fachada e do sistema de cobertura.



Figura 59. Anexo dos fundos - arruinamento do sistema de cobertura, do forro, do reboco e das esquadrias.

Sobrado (exterior)

A fachada frontal/oeste (Figura 60) apresenta-se em péssimo estado de conservação. Todas as esquadrias do porão estão faltantes e os vãos foram vedados com tapumes. No primeiro pavimento, as esquadrias e elementos de madeira encontram-se apodrecidos e com partes faltantes. A alvenaria recebeu pintura na cor branca. As características físico-químicas da tinta empregada não foram identificadas. De modo geral, as superfícies arquitetônicas apresentam manchas, bolor, sujidades, fissuras, desprendimento do reboco e comprometimento da pintura predial. No coroamento há crostas negras, dejetos biológicos e crescimento de vegetação.



Figura 60. Sobrado – fachada frontal/oeste

A fachada lateral/sul (Figura 61, 62 e 63) encontra-se fortemente degradada. Nas superfícies arquitetônicas, principalmente na região do embasamento, verificam-se manchas, bolores e crostas negras provocadas pela de umidade ascendente, além de áreas com o descolamento da tinta e do reboco, pichações, fissuras, proliferação de microrganismos e musgos. Na porção do coroamento junto ao alpendre e na estrutura da escada há presença de vegetação. A estrutura do alpendre sofreu colapso total. Algumas esquadrias originais foram completamente perdidas e os vãos vedados por tapumes. As esquadrias originais que remanescem estão apodrecidas.



Figura 61. Fachada lateral/sul (a)



Figura 62. Fachada lateral/sul (b)



Figura 63. Fachada lateral/sul – detalhe da escada.

A fachada dos fundos (Figura 64) apresenta em sua alvenaria diversas porções com descolamento e craquelamento da tinta, manchas de umidade, crostas negras, bolores, fungos, marcas de carbonização, furos e prejuízo do reboco.



Figura 64. Fachada dos fundos.

Na fachada lateral/norte (Figura 65) as superfícies encontram-se bastante degradadas, com áreas onde há o desprendimento do reboco, o craquelamento e desprendimento da tinta, surgimento de crosta negra, pichações. No entorno há presença lixo e dejetos biológicos humanos e de animais.



Figura 65. Fachada lateral/norte – sobrado.



Figura 66. Fachada lateral/norte – detalhe dos fundos – sobrado.

Sobrado (interior)

O interior do sobrado está bastante deteriorado pela infiltração das águas das chuvas. O sistema estrutural da cobertura ainda se mantém, porém o seu madeiramento foi comprometido pela infiltração da água e ação de insetos xilófagos. As telhas que ainda permanecem assentadas encontram-se apodrecidas. Algumas telhas foram deslocadas e encontram-se mal posicionadas, e há áreas com telhas faltantes.



Figura 67. Detalhe da estrutura de cobertura.

De modo geral, verifica-se nas alvenarias a presença de sujidades, bolores e musgos, além do desprendimento do reboco e do craquelamento e deslocamento das tintas. Junto as porções mais expostas à infiltração da água, como quinas e o coroamento, há presença de musgos, fungos e proliferação de microrganismos. Os forros e os assoalhos de madeira apresentam peças apodrecidas pela ação de xilófagos e pela infiltração das águas, sendo que em alguns cômodos do primeiro pavimento o assoalhado foi totalmente removido/deteriorado. O piso cerâmico do porão está apodrecido devido à umidade, tanto ascendente quanto descendente. O barroteamento encontra-se apodrecido pela umidade e ação de xilófagos. As esquadrias de madeira estão apodrecidas, sem os vidros e ferragens, e possuem peças faltantes (Figura 68).



Figura 68. Interior do sobrado.

O subsolo encontra-se degradado pela infiltração da água, a escada de acesso foi removida (Figura 69). Nas alvenarias há crostas negras, sujidades, bolores e musgos, além do desprendimento do reboco e do craquelamento e deslocamento das tintas.



Figura 69. Subsolo.

2.4.3.1. Mapeamento de danos e diagnóstico

Conforme análise do estado de conservação, em meados do ano de 2022 foi elaborado o mapeamento de danos das fachadas frontais (Figura 69), que reflete as condições globais das casas ecléticas naquele momento. O mapeamento procurou identificar as principais patologias incidentes.



Figura 70. Mapeamento de danos das fachadas frontais.
Fonte: Autora (2022).

Verificou-se que as edificações permanecem há mais de uma década abandonadas, sem obras de conservação. A problemática da falta de uso é o principal fator de degradação do patrimônio edificado, por isso, a preservação urbana depende de medidas políticas que estimulem a reutilização adaptável das edificações históricas.

Associada a falta de uso e de conservação, a infiltração (descendente e ascendente) da água em seus sistemas construtivos devido às precárias condições das coberturas (inexistente no caso da casa térrea) e as falhas de drenagem e impermeabilização despontam como principais fatores para o colapso estrutural dos sistemas construtivos.

Em sistemas construtivos tradicionais – com paredes maciças, acabamentos porosos (argamassas de cal), esquadrias de madeira e janelas com vidros simples – normalmente a retenção de umidade no interior do sistema estrutural é o maior fator de degradação. Baracho (2013, p. 104), que

estuda questões de sustentabilidade em edifícios históricos indica que, como uma regra geral, uma edificação tradicional tem de ser ventilada o dobro de um edifício moderno. Portanto, deve ser evitado que as alvenarias sejam isoladas com o emprego de novos materiais impermeáveis, como, por exemplo as tintas plásticas, e deve ser promovida a sua adequada ventilação e insolação. Os revestimentos porosos não devem ser substituídos por acabamentos mais rígidos e menos permeáveis, como os utilizados em larga escala nos dias de hoje. O uso de cimento no lugar da argamassa de cal em rebocos tradicionais afeta negativamente o desempenho e a vida útil da parede a longo prazo. As reparações necessárias devem ser realizadas com materiais compatíveis à composição e à resistência do substrato original. “O novo método empregado nunca deve ser mais resistente ou mais denso do que o original para não comprometer a estrutura tradicional e o equilíbrio de umidade” (BARACHO, 2013, p. 107).

Quanto às coberturas, na casa térrea, o telhado encontra-se completamente arruinado devido ao abandono e à ocorrência de um incêndio no local, há cerca de cinco anos. O alpendre lateral se mantém, mas com o madeiramento apodrecido. No sobrado, a cobertura se mantém, mas grande parte do madeiramento foi fortemente comprometido pela ação dos insetos xilófagos e pelo apodrecimento das peças em decorrência da infiltração das águas da chuva. O revestimento do telhado conta com as telhas restantes apodrecidas, quebradas, soltas ou deslocadas. O sistema de captação pluvial é ineficaz, com calhas mal fixadas e com as telhas de beiral faltantes. O alpendre lateral teve sua cobertura arruinada, deixando desprotegido o piso de ladrilhos hidráulicos e a porta de acesso principal.

Com os sistemas de cobertura precário e inexistente, as águas da chuva infiltram nas alvenarias e demais elementos provocando uma série de danos nas edificações como um todo, incluindo as superfícies de parede (tijolos, argamassas, rebocos, pintura e adornos em relevo), os elementos de madeira e os revestimentos cerâmicos.

Quanto ao madeiramento, tanto as peças estruturais (tesouras e barrotes), quanto os forros, os assoalhos e as esquadrias, apresentam-se severamente apodrecidas devido à exposição às águas da chuva e pelo ataque de insetos xilófagos.

As fachadas apresentam-se muito degradadas. Em suas superfícies notam-se sujidades generalizadas, surgimento de crostas negras, musgos, bolores, craquelamento da pintura, deterioração dos adornos em relevo,

deslocamento do reboco, pichações, intervenções inadequadas (a exemplo da pintura com tintas plásticas e da reconstituição do reboco com emprego de cimento que criam uma camada “impermeabilizante” impedindo a evaporação da água presa no interior das alvenarias), dentre outros danos.

As pichações e ações de vandalismo, como o arrombamento de portas e de grades de segurança, pelas quais as edificações se sujeitaram durante anos reforçam o aspecto de decadência no local. Alguns vãos não apresentam mais as esquadrias e foram vedados com tábuas de madeira. As esquadrias originais que ainda se mantém nos vãos estão comprometidas pelo apodrecimento da madeira e, majoritariamente, sem os vidros.

No coroamento das edificações e em alguns pontos mais comprometidos pela umidade e exposição às intempéries há a proliferação de microrganismos e musgos, presença de dejetos biológicos e de vegetação e a formação de crosta negra.

De modo esquemático, são apresentadas as principais patologias verificadas e suas causas:

- **Sujidades/crosta negra** – devido à umidade retida nas paredes, à falta de manutenção, à exposição às intempéries, poluição e dejetos biológicos;
- **Presença de vegetação, musgos e microrganismos** – decorrente da ação da umidade descendente (agravada pela deterioração dos sistemas de cobertura) e da falta de manutenção periódica e preventiva;
- **Perda do reboco/ reboco em mal estado/ elementos faltantes** – devido à umidade retida nas alvenarias (ascendente e descendente) provocada pela falha impermeabilização do solo, infiltração das águas das chuvas e problemas na ventilação das superfícies (agravadas por intervenções inadequadas no reboco, como a utilização de cimento e tintas à base de polímeros). Também são causas da deterioração do reboco a exposição às intempéries – que resultam em grandes variações higrotérmicas e de temperatura nas superfícies – e a falta de manutenção periódica e preventiva;
- **Deterioração dos elementos de madeira** – devido à umidade e infiltração de água, à sujeição ao intemperismo (ação dos raios ultra e infra violetas que destroem a pigmentação das superfícies, abre pequenas fendas por onde penetra a umidade e ainda podem

provocar o colapso da estrutura material pelo superaquecimento e consequente evaporação dos extrativos como resinas, óleos essenciais, etc.), à proliferação de fungos e bactérias e à ação de insetos xilófagos;

- **Apodrecimento e deterioração dos elementos cerâmicos** – devido à ação das águas e à sujeição ao intemperismo (que ocasiona altas variações higrotérmicas e de temperatura alterando as propriedades químicas dos materiais, causando trincas e rupturas);
- **Pichações** – decorrente do abandono (falta de sistema de segurança) e vandalismo.

Importante observar que para o combate da degradação das edificações, para além do restauro e tratamento adequado das patologias, é imprescindível a estipulação de novos usos – viáveis econômica e socialmente e compatíveis tanto com as características arquitetônicas originais quanto com os valores e significados culturais associados – esta medida ajuda também a evitar as ações de vandalismo, e deve ser associada com a instalação de um sistema de segurança.

O projeto de restauro e as intervenções para adequação ao uso devem ser elaborados mediante profundo juízo crítico e compreensão de todos os elementos que passam a se integrar à obra ao longo do tempo, tratando-se de sujeiras e patologias capazes de pôr em risco a integridade dos demais elementos e do próprio sistema estrutural (KUHL, 2004, pg. 320).

3. Reflexões e proposta de intervenção

A seguir é realizada uma reflexão acerca dos problemas e potencialidades identificados que se relacionam com a área objeto de intervenção. São apresentados os referenciais projetuais que auxiliaram na elaboração da proposta do projeto de intervenção arquitetônica, e descrito o processo projetual percorrido, com indicação das diretrizes de intervenção. Por fim, é apresentado o projeto arquitetônico, resultado decorrente dos trabalhos até aqui realizados.

3.1. Problemas e potencialidades

Os estudos até aqui perseguidos possibilitaram um melhor entendimento da problemática que incide sobre o bairro Agrônômica, relacionada à valorização do solo e a aspectos da segregação sócio espacial, que resultam na subutilização de certos espaços devido à especulação do mercado

imobiliário, cujos interesses comumente rompem com as relações de pertencimento entre as práticas sociais e os bens culturais.

As análises revelaram a carência de espaços públicos, capazes de estabelecer relações afetivas e comunitárias, na maior porção do recorte territorial analisado, sobretudo onde as condições de renda são mais baixas. Verificou-se diversas complexidades urbanas relacionadas a questão social, onde destaco a falência da U.R.C. 25 de Dezembro por dívidas devidas à Prefeitura, restando parte da comunidade sem seu espaço de convívio social.

Por outro lado, esta antiga associação de bairro marcou profundamente a histórica Agrônômica e que sua ativação é de interesse dos moradores mais tradicionais do Morro do 25. Acredita-se ainda que os valores e a representatividade do complexo formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico da Rua Frei Caneca e pelo edifício sede da antiga U.R.C 25 de Dezembro, somadas à memória do naturalista Fritz Müller, tem a potência de configurar-se num significativo espaço cultural, social e ambiental, capaz de atrair o interesse de moradores locais e de diversos grupos de pessoas e de turistas. Este espaço de diversidade permite ainda, devido a sua configuração espacial, estabelecer uma conexão urbana entre a Rua Frei Caneca e a porção do bairro relativa ao Morro do 25, integrando a diversidade de realidades culturais e sociais que ali se apresentam.

Em vista disto, neste trabalho é apresentada uma proposta de reabilitação do patrimônio em análise através da implantação de um parque que abriga um memorial de Fritz Müller e da reconstrução do antigo clube da U.R.C 25 de Dezembro, transformando-o também em acesso e parte do circuito visitativo deste parque.

Por meio do traçado de um caminho adaptado às curvas de nível que percorre toda a área livre recoberta por Mata Atlântica e que abriga, além da fauna e flora inerente da vegetação nativa, elementos como borboletário e orquidário, os visitantes do parque poderiam ter uma experiência contemplativa e de efetivo convívio com o meio natural e a diversidade de espécies.

Esta proposta visa fazer jus a memória de Fritz Müller e busca também a valorização e a conexão cultural, social e ambiental do bairro, alinhando-se com o debate trazido há décadas pela filósofa, zoóloga e doutora em biologia norte americana, Donna Haraway, que explora as relações entre humanos e outras espécies. Em sua obra “O manifesto das espécies companheiras.

Cachorros, pessoas e alteridade significativa” (Bazar do Tempo, 2021), a autora insiste em um programa de responsabilidade mútua e num devir conjunto entre a espécie humana e os outros seres vivos. Segundo o tradutor do livro, Fernando Silva e Silva, a obra de Haraway alerta para a necessidade de inventar maneiras de viver e morrer bem juntos (humanos e não humanos), “ainda que sob condições cada vez mais adversas”. O projeto de habitar o mundo com atenção e cuidado a seus companheiros e companheiras em múltiplas escalas [e espécies] é um convite a cultivar outros modos de vida e aprender com aqueles que já aprimoraram essas tecnologias” (IHU, 2021).

3.2. Referências projetuais

Como as principais referências projetuais, sobretudo quanto às estratégias de implantação e inserção de novos elementos nos espaços livres de edificação, são apresentados: o edifício sede da Unilivre - Universidade Livre do Meio Ambiente (1991), em Curitiba, de autoria do arquiteto Domingos Bongestabs, e o projeto arquitetônico para ampliação do IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada, (2015), da arquiteta Carla Juaçaba. Quanto à estética e linguagem arquitetônica, tomo como referência duas obras do arquiteto espanhol Toni Gironès Saderra – a Reforma y Rehabilitación de la Nave Industrial Can Minguell, em Barcelona (2010), e o Espaço Transmissor do Túmulo, no município de Seró, na Espanha (2012).

3.2.1. Unilivre



Figura 71. Vista da sede da Unilivre em meio ao cenário natural.

Fonte: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/obras-na-rampa-do-mirante-da-unilivre- ficam-prontas-para-o-feriado/45022>

A UNILIVRE foi concebida durante o governo de Jaime Lerner, sob o lema de Curitiba como capital sustentável, que resultou em uma série de medidas para a criação de espaços verdes para lazer e recreação, a exemplo do Parque das Pedreiras, o Jardim Botânico, o Bosque do Pilarzinho e o Bosque Zaninelli – este, abrigava uma pedra desativada caracterizando uma área de fragilidade ambiental (DIAS, DRABIK, PARIS, 2017, p. 21).

A estratégia da administração de Jaime Lerner na cidade de Curitiba pretendia a reintegração urbana de antigas pedreiras transformando-as em centros culturais. Segundo Rogers (2001, p. 61), essa visão de Lerner foi admirável e rendeu bons resultados mesmo quando contou com recursos financeiros modestos, como no caso da implementação da Unilivre – cujo projeto caracteriza-se como uma arquitetura integrada à natureza capaz de retratar parte da abordagem holística de Curitiba, em busca de um desenvolvimento sustentável (ROGERS, 2001, p. 61).

A Unilivre fica implantada em uma área de 37.065m² m² (SILVA, TERIBELI, 2018, p. 131). A edificação da sede foi construída basicamente com a reutilização de troncos de eucalipto industrial (provenientes de postes de iluminação desativados das zonas rurais do estado do Paraná). A edificação compreende uma área de 874 m², chegando a 15* metros de altura, com balanços de 3 metros. Os pontos marcantes do projeto contam com “a mata nativa em volta da pedreira, a passarela no túnel vegetal que desemboca frente à pedreira, o espelho d’água do lago com aproximadamente 120 m de extensão, o auditório ao ar livre e o mirante.” (FLORES 2005, p. 64)



Figura 72. Implantação do Bosque Zaninelli e da Unilivre.
Fonte: <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/4>

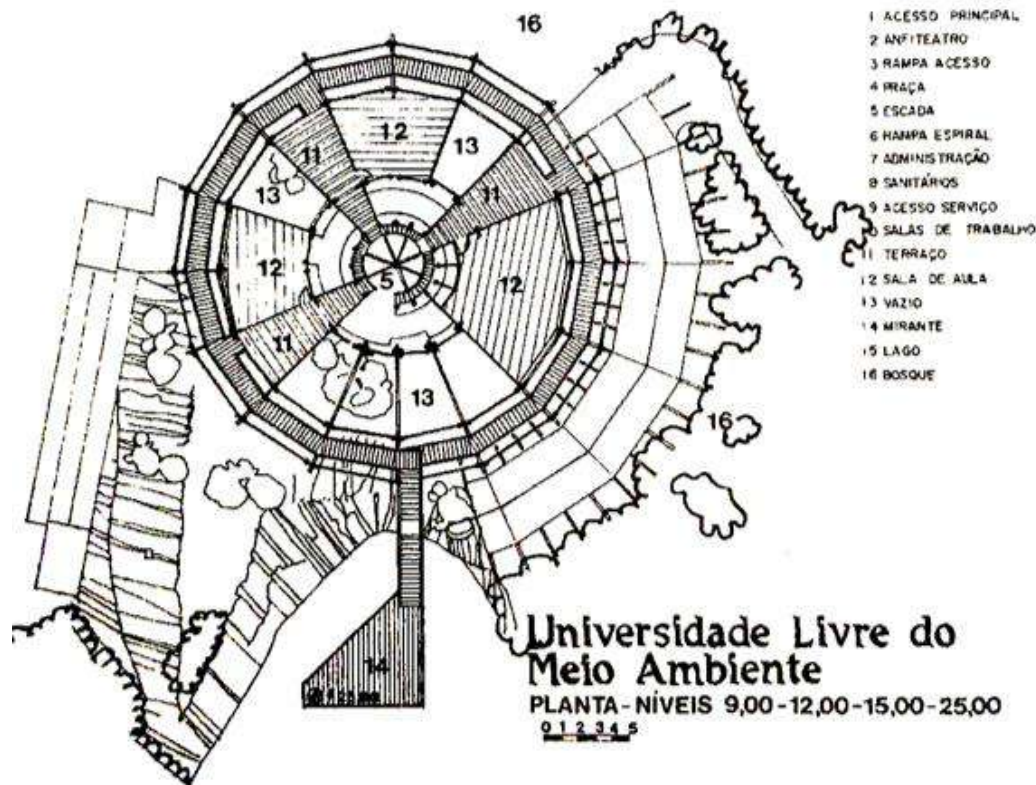


Figura 73. Desenho da implantação do edifício sede da Unilivre.
Fonte: Segre (p. 47, 2003).

Desde sua criação, a UNILIVRE tornou-se referência em ensino e pesquisa sobre educação ambiental e meio ambiente, oferecendo diversos cursos, desenvolvendo projetos voltados a sociedade e prestando consultoria à iniciativa privada e governamental, além de disponibilizar um amplo acervo de obras e documentos (SENNA, 2006, p.1). “A própria sede da instituição, instalada em um parque público, foi projetada de modo a proporcionar um contato mais direto com a natureza e, assim, estimular a reflexão quanto à importância da conservação ambiental.” (SENNA, 2006, p.2)

A partir do acesso, pelo portal de entrada do Bosque, o visitante depara-se envolvido pelo meio natural, o que leva uma associação da obra em si (sede da Unilivre) com sua função de promover o desenvolvimento sustentável.

Destacando a tônica sustentável, seja por meio do entorno ou da estrutura principal de troncos de madeira, o visitante é convidado a descobrir o local que se inicia com um portal que leva a uma passarela de madeira. Seguindo esse caminho adentra-se no bosque, onde ao final, descortina-se o lago emoldurado pelo maciço recortado da pedra. À direita, encontra-se o auditório ao ar livre e o início da rampa helicoidal que, em três lances, leva à base da torre [...]. (SILVA; TERIBELI, 2018, p. 132)



Figura 74. Passarela que conduz o visitante do portal do Bosque Zaninelli à sede da Unilivre, ao lago, auditório ao ar livre e mirante.

Fonte: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/bosque-zaninelli-185-5365-l.html>

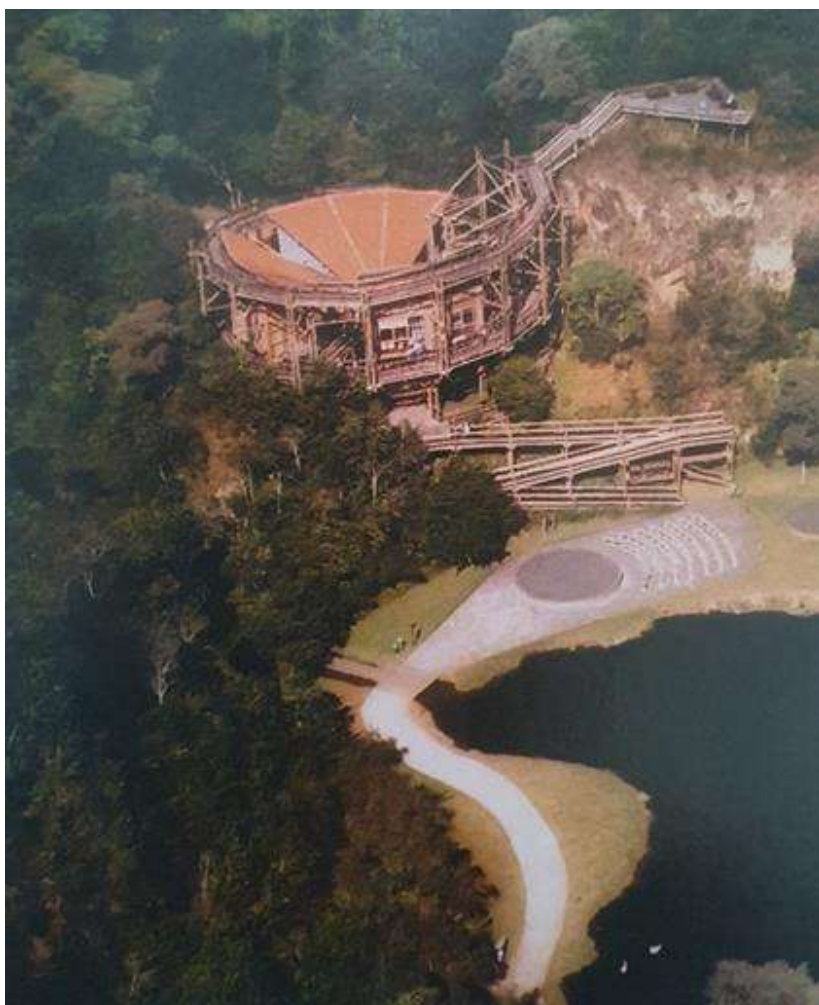


Figura 75. Vista área da edificação sede, do lago, do deque, auditório e do mirante.

Fonte: SEGRE, 2003, pg. 47

A passarela que conduz até a sede da Unilivre termina num deque à beira do lago emoldurado pelo maciço da antiga pedreira. Ao lado do deque tem-se o acesso ao auditório ao ar livre e à rampa que, em 03 níveis, acessa a praça central do edifício, “formada por estrutura de troncos de madeira, que, por sua vez, direciona para os ambientes situados nesse nível, bem como para uma escada interna [...] que leva a outros pontos da estrutura.” (SILVA; TERIBELI, 2018, p. 133).



Figura 76. Vista do lago. Aos fundos o auditório ao ar livre e a rampa de acesso ao edifício sede.
Fonte: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/bosque-zaninelli-185-5365-l.html>



Figura 77. Vista do auditório ao ar e da edificação sede.
Fonte: SILVA; TERIBELI, 2018, p. 133.

A partir da praça central, o visitante pode percorrer a extremidade da edificação cilíndrica através de uma rampa helicoidal, com terraços em madeira que servem de acesso a 03 módulos localizados no interior da torre, onde funciona a administração e salas de aula. A rampa helicoidal termina em uma passarela com acesso ao mirante, localizado no alto da pedreira, com vista para o centro de Curitiba.



Figura 78. Detalhe da estrutura de madeira e da circulação por escada no interior do cilindro.
Fonte: SILVA; TERIBELI, 2018, p. 133.



Figura 79. Vista do acesso ao mirante.
Fonte: SILVA; TERIBELI, 2018, p. 144.

Domingos Bongestabs, autor do projeto, afirma que a concepção projetual do edifício foi pensada de modo a preservar a integridade da pedreira onde: “A universidade deverá ser parte da paisagem, como a pedra, a

vegetação e a água” (BONGESTABS, 1997, p.43). “A permeabilidade visual permite um aspecto de integração entre vegetação e a edificação, marcada, principalmente, por uma vegetação que parece penetrar na construção que quer se diluir na paisagem.” (BONGESTABS, 1997) Segundo o arquiteto, as ideias básicas do projeto consistem em explorar “visualmente” e “dinamicamente” a paisagem; conceber a edificação como parte integradora e integrante do local e tornar o mirante a única conexão visual para com a cidade dando vista também para toda a pedreira. Quanto à rampa helicoidal, o autor afirma que esta compõe um jogo lúdico, na medida que proporciona uma alteração na linha de visão, ocasionando diferentes perspectivas da paisagem da pedreira mesclada com a edificação BONGESTABS, 1997, p.43).

Para Segre (2003, p. 32,), a Unilivre é um exemplo de intervenção urbana cujo objetivo principal foi: “O resgate da iconicidade dos ambientes históricos tradicionais ou a criação de novos simbolismos para uma população alheia à qualidade arquitetônica e à humanização do seu espaço de vida”. Este autor caracteriza a obra da Unilivre como “vernácula”, livre e imaginativa, e afirma que ao se mimetizar ao contexto natural a obra “define a necessidade de resgatar a paisagem originária do território, como representação da identidade urbana de Curitiba” (p. 32, 2003).

Silva e Teribeli (2018, p. 134) reconhecem a intervenção que resultou na criação da Unilivre como uma ação urbana na medida em que foi efetivada para recuperar e integrar uma área degradada e totalmente isolada do seu entorno, acabando por preencher um vazio urbano, como aconteceu também nos casos do Espaço Cultural Paulo Leminski e da Ópera de Arame. (SILVA; TIREBELI, 2018, p. 137 apud SEGAWA, 2006)

A análise formal da Unilivre permite considerá-la como uma obra de arquitetura integrada à paisagem do lugar (BONGESTABS, 1997), que pretende mimetizar-se ao contexto natural, que proporciona uma complexa experiência sensorial (DUDEQUE, 2001, p. 377) e que se propõe a criação de novos simbolismos (SEGRE, 2003, p. 32). Ao relacionar estes aspectos com as teorias sobre o tema do “contexto” e do “fenômeno do lugar”, pode-se realizar uma leitura de que a obra se vincula a princípios da fenomenologia como, por exemplo, à integração da arquitetura com o contexto do lugar no qual se insere, a ressignificação do lugar anteriormente degradado através da arquitetura e de um novo uso e os efeitos na sensorialidade dos visitantes provocados pela obra, em especial as percepções de dentro e fora da arquitetura.

As principais relações que se pretende estabelecer entre a proposta de intervenção no conjunto localizado no bairro Agrônômica e o projeto de Bongestabs, no parque Zaninelli, em Curitiba/PR, dizem respeito:

- Às estratégias de integração urbana do lugar degradado/subutilizado
- À concepção de novas formas arquitetônicas contemporâneas e integradas à paisagem natural e à topografia do lugar
- À proposição de experiências sensoriais aos usuários, por meio de um percurso integrado à natureza
- À viabilização de áreas de lazer, de espaço de cultura e a criação de um parque urbano
- À exploração das visadas paisagísticas por meio de mirante
- À concepção de arquitetura como marca de seu tempo
- À contemplação de usos e atividades com a ênfase nas questões culturais e ambientais
- À ressignificação do lugar através da proposição de novos usos e novas formas arquitetônicas

3.2.2. Projeto arquitetônico para o IMPA, de Carla Juaçaba

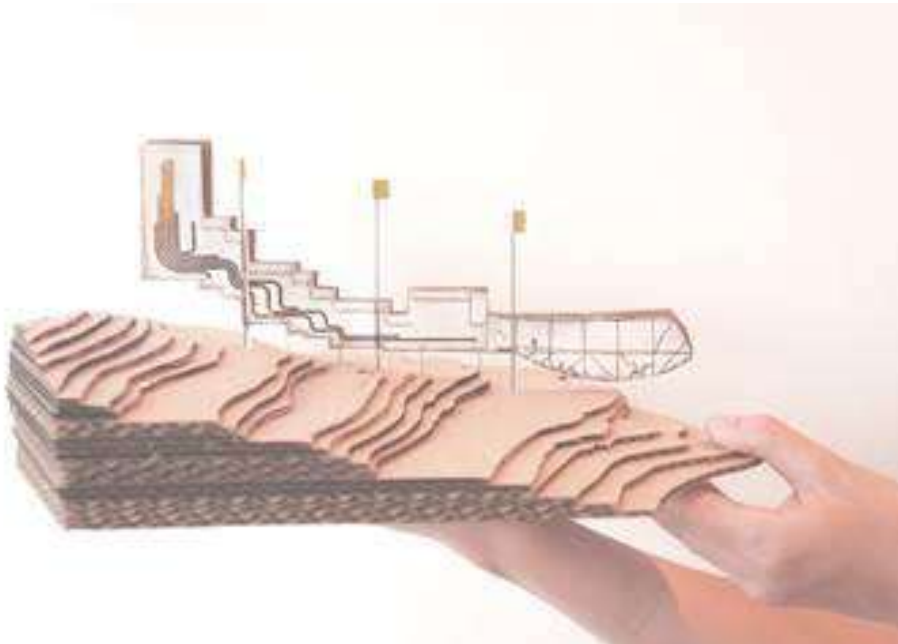


Figura 80. Maquete do projeto para ampliação do IMPA. Foto de Carla Juaçaba (2015)
 Fonte: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/03/ARQUITETURA-PARA-UMA-POSS%C3%8DVEL-ETOPOEIESE-FEMINISTA-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>

Em 2015 foi realizado um concurso fechado, que contou com a participação de seis escritórios nacionais de arquitetura, para à ampliação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, localizado na cidade do Rio de Janeiro, em uma área recoberta pela Floresta da Tijuca.

A proposta de Carla Juaçaba não venceu o concurso mas contribui para

a reflexão que procura modos de habitar e construir mais harmônicos com a natureza. De acordo com Carolina Correia dos Santos, teórica que realiza uma análise da proposta apresentada por Juaçaba, em seu artigo intitulado 'Arquitetura para uma possível etopoeiese feminista' (2017)¹⁹, desde o início o projeto foi norteado pela pergunta "como habitar a mata?" (SANTOS, 2017, p.2) e pela possibilidade da floresta se constituir no habitat dos usuários do Instituto. Na investigação de como ocupar o lugar Juaçaba entende que as decisões de projeto devem "ouvir" o terreno, respeitando sua configuração e elementos preexistentes: "o terreno diz quais edifícios ficam onde", "é uma decisão que não pode ser só minha" (SANTOS, 2017, p. 2). Este posicionamento define como agentes da intervenção não só a própria arquiteta mas também as árvores, a natureza circundante e a configuração morfológica preexistente.

A proposta para ocupação do terreno lançou mão de colagens do desenho do perfil de um edifício não construído do arquiteto dinamarquês Jorn Utzon e um outro do espanhol Alejandro de la Sota. "Os dois unidos 'pousam' na trave colocada entre dois pilares-postes" (SANTOS, 2017, p. 2) de modo a estabelecer uma relação "inusitada" entre "os dois desenhos de contextos muito diversos através da necessidade e das contingências, mas também porque os dois desenhos se deixam unir" (SANTOS, 2017, p. 2). Neste processo, Juaçaba faz interferências nas relações entre os dois edifícios de modo a adequá-los ao terreno, à topografia e a vegetação existentes. Verifica-se no desenho do corte do projeto (Figura 79) a sutil adequação do terreno para o assentamento da nova arquitetura cuja concepção projetual "era o menos possível. "A intenção é que não se veja nada", "tudo é árvore" (SANTOS, 2017. p.3).

"No lugar de um projeto que evoque a presença do humano emancipador e domador da natureza, Juaçaba oferece caminhos agradáveis, encontros no chão, molhar-se com a chuva, tornar-se, em resumo, um habitante da mata." (SANTOS, 2017, p.3)

Santos (2017) afirma que a concepção arquitetônica adotada por Juaçaba parte de uma ética feminista de "*response-ability*" ao considerar como agentes da intervenção também a natureza e que evoca uma "ecologia afetiva que compreende humanos, não-humanos e coisas. A massa edificada proposta, ao "flutuar" e "pousar" sobre as traves e pilares-postes constituem a sombra que também abriga as pessoas. Ainda segundo Santos (2017):

¹⁹ <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/arquitetura-para-uma-possivel-etopoeiese-feminista/>

A topografia do terreno deve se manter – ela também é agente. Entre as árvores, e quando há espaço, surgem os pilares-postes. As coisas pousam nos pilares e travas que só se tornam pilares e travas *neste* momento. A sombra passa a existir e a convidar as pessoas a se abrigar sob as coisas. Os postes captam a luz solar do dia e iluminam o chão dos encontros e passagens à noite (SANTOS, 2017, p.3).

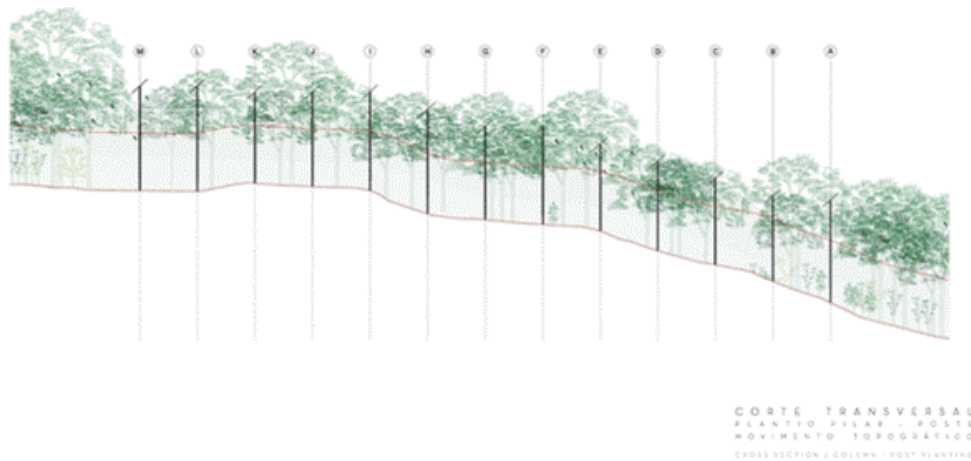


Figura 81. Corte transversal (Proposta para ampliação do IMPA, de Carla Juaçaba).
 Fonte: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/03/ARQUITETURA-PARA-UMA-POSS%C3%8DVVEL-ETOPOEIESE-FEMINISTA-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>

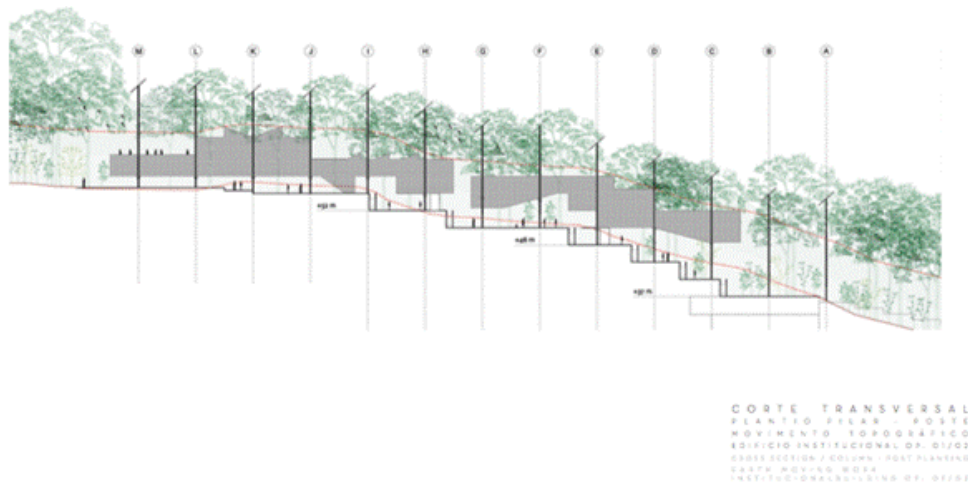


Figura 82. Corte transversal – projeção do edifício e detalhe dos cortes de terra no terreno (Proposta para ampliação do IMPA, de Carla Juaçaba).
 Fonte: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/03/ARQUITETURA-PARA-UMA-POSS%C3%8DVVEL-ETOPOEIESE-FEMINISTA-%E2%80%93-Revista-Z-Cultural.pdf>

As principais relações que se pretende estabelecer entre a proposta de intervenção no conjunto localizado no bairro Agrônômica e o projeto arquitetônico para o IMPA, de Carla Juaçaba, são:

- O respeito pelas características naturais e configuração morfológica do lugar de intervenção, optando-se por uma estratégia de implantação das novas formas arquitetônicas que não impliquem em grandes cortes no terreno ou movimento de terra
- O destaque e a valorização da vegetação preexistente, entendendo a

natureza e a configuração física do terreno e da vegetação também como agentes da intervenção

- A busca por uma estratégia projetual e concepção arquitetônica que se aproximam de uma “ecologia afetiva”
- As possibilidades de habitar e fazer contato com a mata e de integração das novas formas arquitetônicas ao cenário natural

3.2.3. Espaço transmissor do túmulo

A intervenção (2012) realizada pelo Estúdio de Arquitetura Toni Gironès se dá em uma área de 3.615m², no município de Seró, na Espanha, onde, no ano de 2007, durante os trabalhos para a construção de um dos encanamentos da rede de irrigação local, quando foram descobertas ruínas de uma construção pré-histórica de 4.800 anos (ARCHDAILY, 2015). As ruínas compostas de “lajes de pedras de caráter megalítico” são “fragmentos das antigas estátuas reaproveitadas de um monumento escultórico anterior” (ARCHDAILY, 2015, p.2). Em suas imediações, junto a duas hortas abandonadas, é erigida uma pequena construção com materiais da própria região que serve de equipamento cultural multiuso. O projeto conta também com uma “sala polivalente que alterna o uso cotidiano como centro social com a introdução aos conteúdos de um espaço museológico onde se documenta o achado e onde estão as peças da tumba megalítica” (ARCHDAILY, 2015, p.3).

Uma sucessão de rampas suaves com limites leves e elásticos de aço corrugado sugerem o percurso e escalam as diferentes condições do espaço público projetado... a plataforma de barro entre a praça e o horizonte, o plano em balanço como mirante sobre as estátuas onde está a área do descobrimento, o espaço percorrido através da orientação oeste de inverno e cobertura vegetal no verão, os lugares para se sentar feitos com pedras recicladas do muro de uma das hortas, pavimentos porosos e drenantes que oferecem inércia térmica à cobertura e também acolhem as paisagens próprias de cada estação, as sombras dos dois armazéns revitalizados...e a memória do antigo pomar com o aparecimento espontâneo da acelga são alguns dos principais elementos do projeto. No interior, o espaço do vinho oferece os produtos das cooperativas locais e também funciona como bar (ARCHDAILY, 2015, p.2).

O trajeto até as milenares ruínas se dá através de um “percurso em espiral quadrangular com uma inclinação quase imperceptível, rodeado por peças cerâmicas que permitem a passagem da luz, ar, cheiro do campo, neblina... diminuindo a intensidade lumínica, o revestimento de cerâmica se

desintegra até chegar a câmara” (ARCHDAILY, 2015, p.3). Segundo a equipe de Toni Gironès:

Ali a luz zenital direciona o olhar sobre a superfície gravada de cada uma das pedras, parênteses de tempo em um silêncio de contemplação precisa em um plano horizontal de barro que mostra a marca que cada visitante deixa no local. Tranquilamente, e em sentido inverso, iniciamos a saída sem a possibilidade de encontrarmos outras pessoas... pouco a pouco, se intensificam a luz e os sons, até que o horizonte de um campo de trigo aparece e assim retornamos às paisagens agrícolas próprias da região (ARCHDAILY, 2015, p.3).



Figura 83. Fachada sul (I).

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/760985/espacio-transmisor-del-tumulo-dolmen-megalitico-de-sero-estudi-darquitectura-toni-girones>



Figura 84. Fachada sul (II).

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/760985/espacio-transmisor-del-tumulo-dolmen-megalitico-de-sero-estudi-darquitectura-toni-girones>



Figura 85. Detalhe da rampa.

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/760985/espacio-transmisor-del-tumulo-dolmen-megalitico-de-sero-estudi-darquitectura-toni-girones>

As principais relações que se pretende estabelecer entre a proposta de intervenção no conjunto localizado no bairro Agrônômica e o Espaço transmissor do túmulo, de Toni Gironès, são:

- A implantação de um percurso contemplativo que possibilita experiências sensoriais
- Relação da nova intervenção com a paisagem, tocando o solo sem grandes impactos
- Detalhes arquitetônicos caracterizados pela leveza e esbeltes da forma, de modo a não ocultar os elementos da paisagem ou interfere na apreensão bem
- Adoção de material em seu estado bruto, sem revestimentos ou acabamentos, capazes de demonstrar a passagem do tempo

3.3. Desenvolvimento da proposta

3.3.1. Premissas e diretrizes de intervenção

As diretrizes gerais adotadas para a reabilitação urbana e a valorização do legado cultural do bairro Agrônômica foram:

- Atendimento aos critérios básicos do restauro, quais sejam: intervenção mínima, legibilidade e reversibilidade das novas intervenções e compatibilidade das técnicas construtivas
- Preservação e protagonismo do patrimônio edificado e ambiental
- Adaptação ao novo uso das arquiteturas preexistentes com valor arquitetônico
- Reconstrução do edifício sede da U.R.C 25 de Dezembro
- Preservação de grande parte da mata nativa
- Implantação de um percurso contemplativo e sensorial em meio a vegetação existente possibilitando um contato efetivo com a natureza
- Adoção de linguagem contemporânea para as novas intervenções, caracterizada pela leveza das formas e pela permeabilidade visual
- Integração entre os elementos preexistentes – naturais e construídos – e conexão urbana entre o complexo que conforma o parque com o Estuário Fritz Müller e as Ruas Frei Caneca, Padre Schrader e José Pedro Gil
- Respeito à condição morfológica do terreno, evitando grandes cortes no terreno e a derrubada de árvores

Optou-se por trabalhar as novas estruturas em aço corten, um material

capaz de assumir força poética ao possibilitar a visualização das marcas da passagem do tempo (oxidação), articulando-se com as características e as diretrizes de restauro pretendidas para as edificações ecléticas preexistentes no terreno. Este material também se harmoniza com as tradicionais cores de fachada, em tom rosado, ao mesmo tempo que destaca-se no verde da mata.

Em termos de novos usos, é proposta a implantação de um parque urbano com atividades voltadas ao lazer, contemplação da natureza, cultura e educação ambiental. No sobrado, é prevista a instalação do Memorial Fritz Müller, com salas expositivas e auditório, já na casa térrea, um espaço gastronômico (bar/café) e de lojas voltadas para venda de artigos associados ao parque e à Fritz Müller. Na antiga U.R.C. 25 de Dezembro funcionará um salão multiuso que servirá para eventos diversos e oficinas comunitárias, banheiros e espaço administrativo. Esta edificação servirá como um dos acessos ao parque a partir da Rua Padre Schrader, e abrigará o memorial do antigo clube de bairro.

Ao longo do percurso que percorrerá toda a extensão do terreno a partir de seu interior serão implantados: borboletário, orquidário e mirante, além de espaços descanso e estar junto aos patamares das rampas.

3.3.2. Processo projetual

As investigações que resultaram na proposta de intervenção que segue partiram de estudos volumétricos para um adequado entendimento da condição morfológica do sítio – através da elaboração de maquetes eletrônicas (*Sketchup*) e física – e da apropriação de estratégias empregadas pelos referenciais projetuais. Estes serviram de inspiração para a criação uma linguagem arquitetônica autêntica e contemporânea, no que se refere às novas intervenções, buscando a harmonização do novo com as preexistências (naturais e construídas), sem tirar delas o protagonismo.

Os referenciais projetuais também inspiraram a materialidade definida em aço-cortén, que em seu estado bruto permite a visualização da passagem do tempo – tal aspecto é uma referência implícita ao conceito de restauro crítico que entende a pátina nas superfícies arquitetônicas como um elemento de historicidade e não visa sua maquiagem – e a busca por soluções capazes de possibilitar a imersão dos usuários na natureza, a permeabilidade visual das estruturas em meio ao parque e a leveza e sutileza com a qual estas se assentam ao solo, evitando-se grandes cortes e movimentações de terra.

A efetiva conexão entre o antigo e o novo, no projeto proposto, acontece a partir dos “fundos” do sobrado eclético, pela passarela que o toca sutilmente e se assenta no platô de acesso lateral ao parque (cota 9), a partir da Rua Padre Schrader. A partir deste platô se tem acesso às rampas que percorrem todo o interior do parque.

A identificação dos pontos estratégicos do terreno (como ainda o platô de cota 36 – o mais alto e que também se constitui numa área plana e no ponto divisor do caimento das águas do terreno – e o imóvel do antigo clube U.R.C. 25 de Dezembro) permitiu a distribuição dos elementos que caracterizam o parque como um espaço ecológico e cultural, voltado a atividades de contemplação e educação ambiental.

Ao longo do percurso contemplativo formado pelas rampas são implantados mobiliários urbanos, placas de sinalização, totens informativos, jardins de bromélia, borboletário a céu aberto, orquidário, mirante e horta comunitária. Ao longo dos estudos o traçado desse caminho foi entendido como fundamental para a integração urbana do conjunto ao seu entorno imediato, bem como, para a garantia de que a área no interior do lote não fique ociosa. Nele, será possível experimentar uma relação sensível junto a natureza, remetendo à memória de Fritz Müller e à ecologia.

Procurou-se a definição de um percurso de modo a contornar as curvas de nível do terreno e preservar a vegetação nativa existente, tomando a própria configuração morfológica e as árvores como “condicionantes” para a ocupação.

Em qualquer projeto de criação do novo existem “condicionantes” de partido, como: programa, dimensão do terreno, sistema e técnicas construtivas disponíveis, orçamento, legislação. Esses fatores condicionam o ato criador, mas não o anulam. Assim como na criação do novo, no projeto de intervenção em bens e áreas de interesse cultural, as limitações devem ser utilizadas como estímulo a soluções criativas, que devem saber “ler” o espaço estratificado, utilizando-o como dado de projeto, e desenvolver linguagem inovadora para responder aos problemas colocados, sem recair na imitação, nem na competição. (KÜHL, 2012, p. 7)

As imagens a seguir ilustram os estudos iniciais realizados em forma de maquete (eletrônica e física).

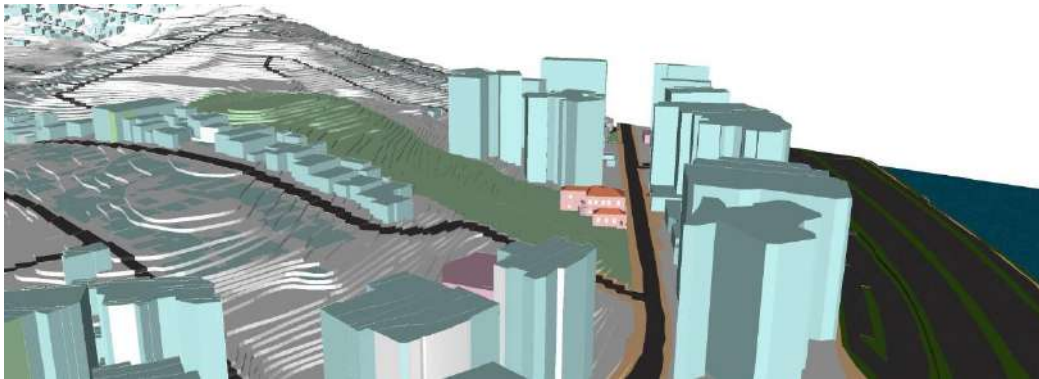


Figura 86. Perspectiva em maquete eletrônica (*Sketchup*).
Fonte: Autora (2021).



Figura 87. Perfil do terreno – maquete de estudo.
Fonte: Autora (2021).



Figura 88. Implantação – maquete de estudo.
Fonte: Autora (2021).

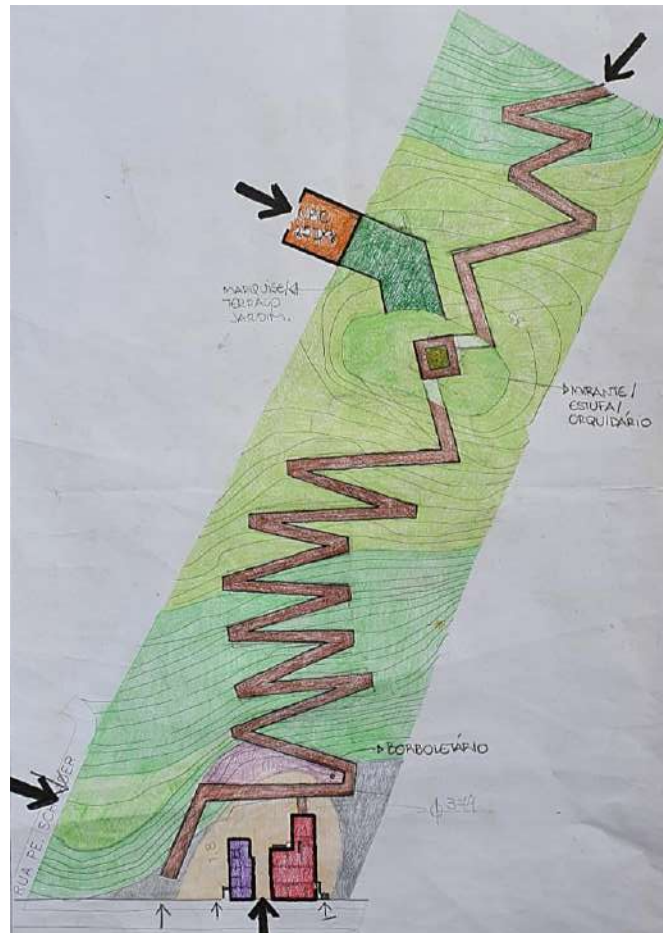
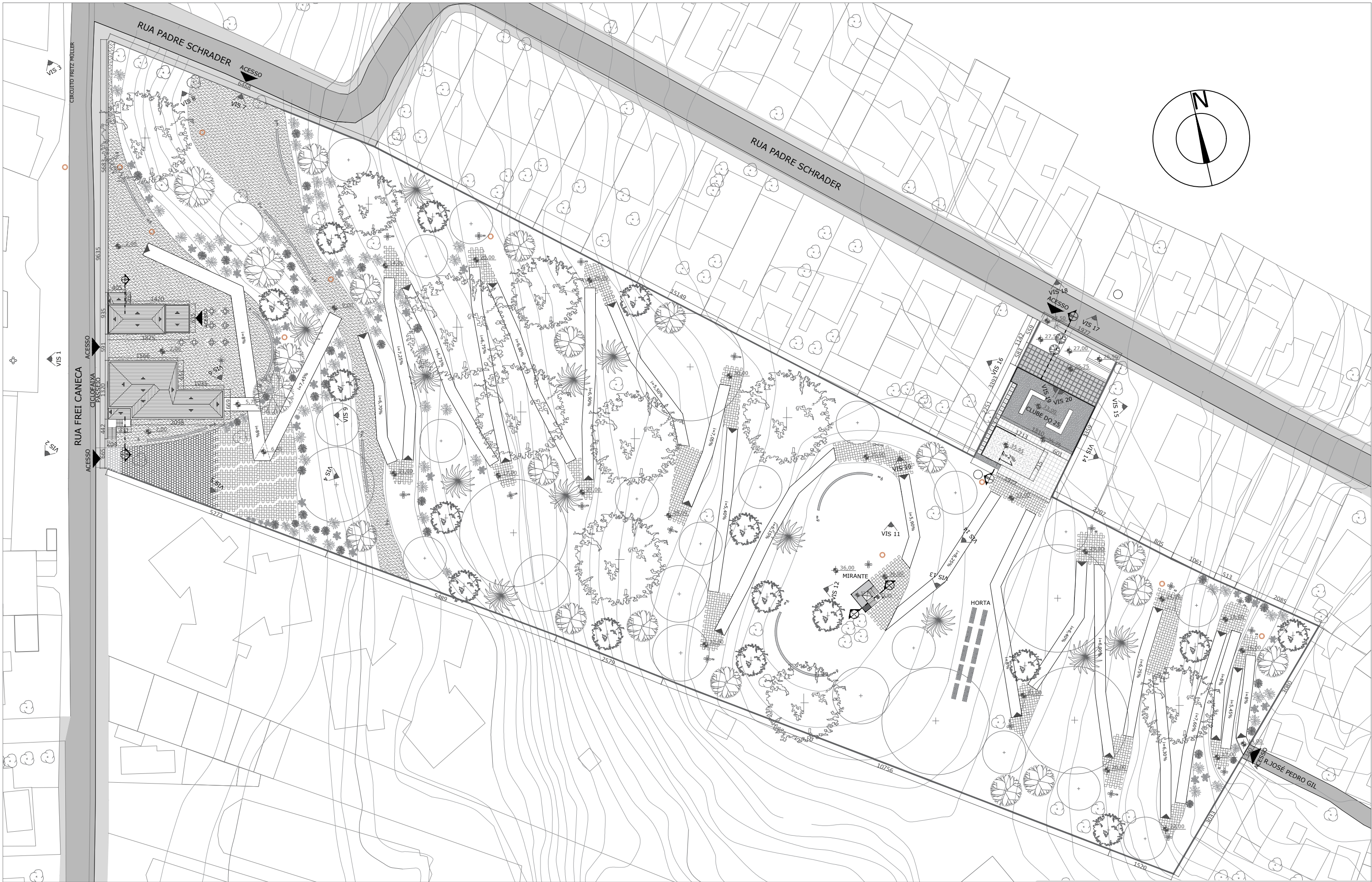
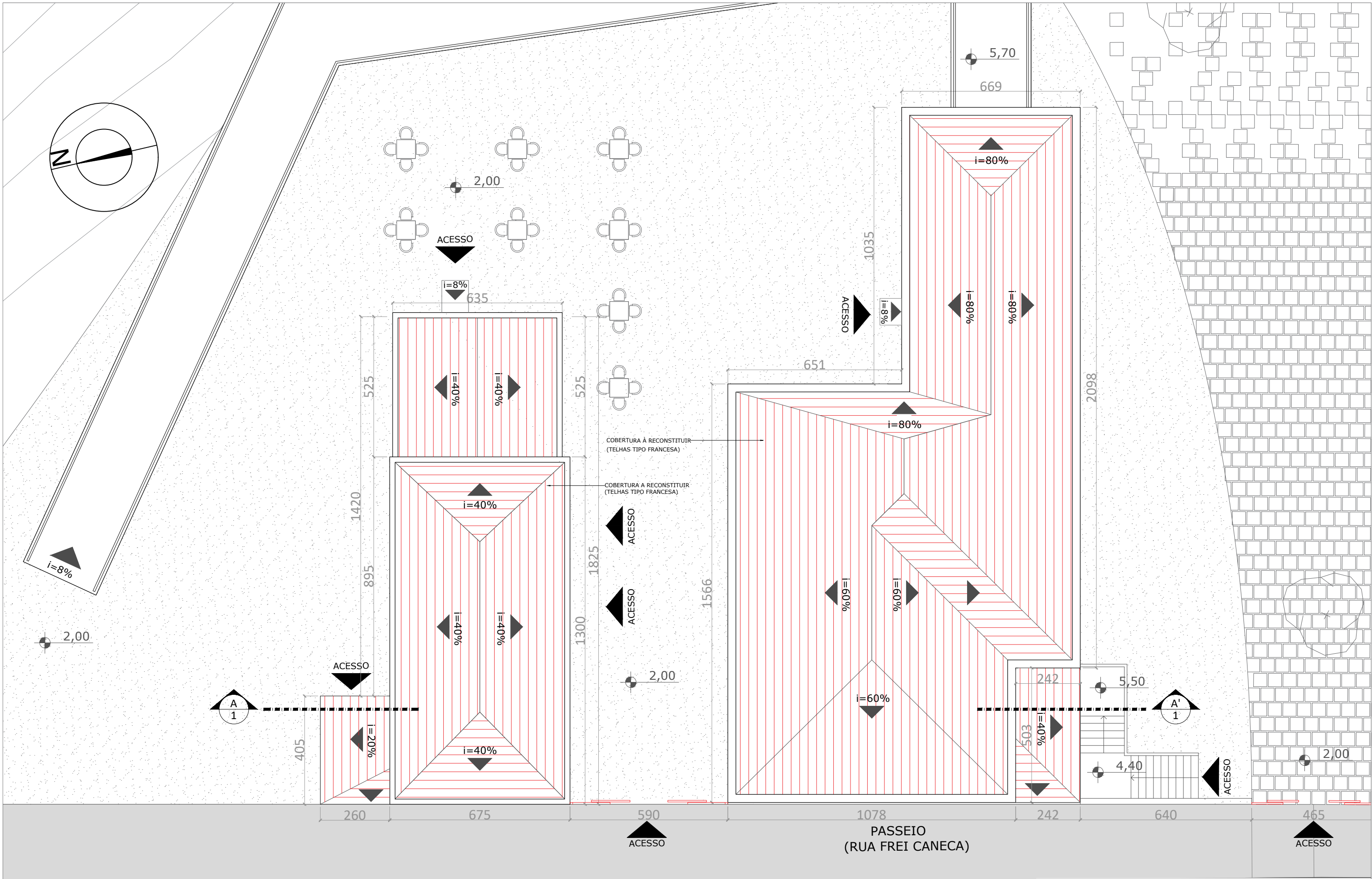


Figura 89. Croqui esquemático (implantação e acessos).
Fonte: Autora (2021).

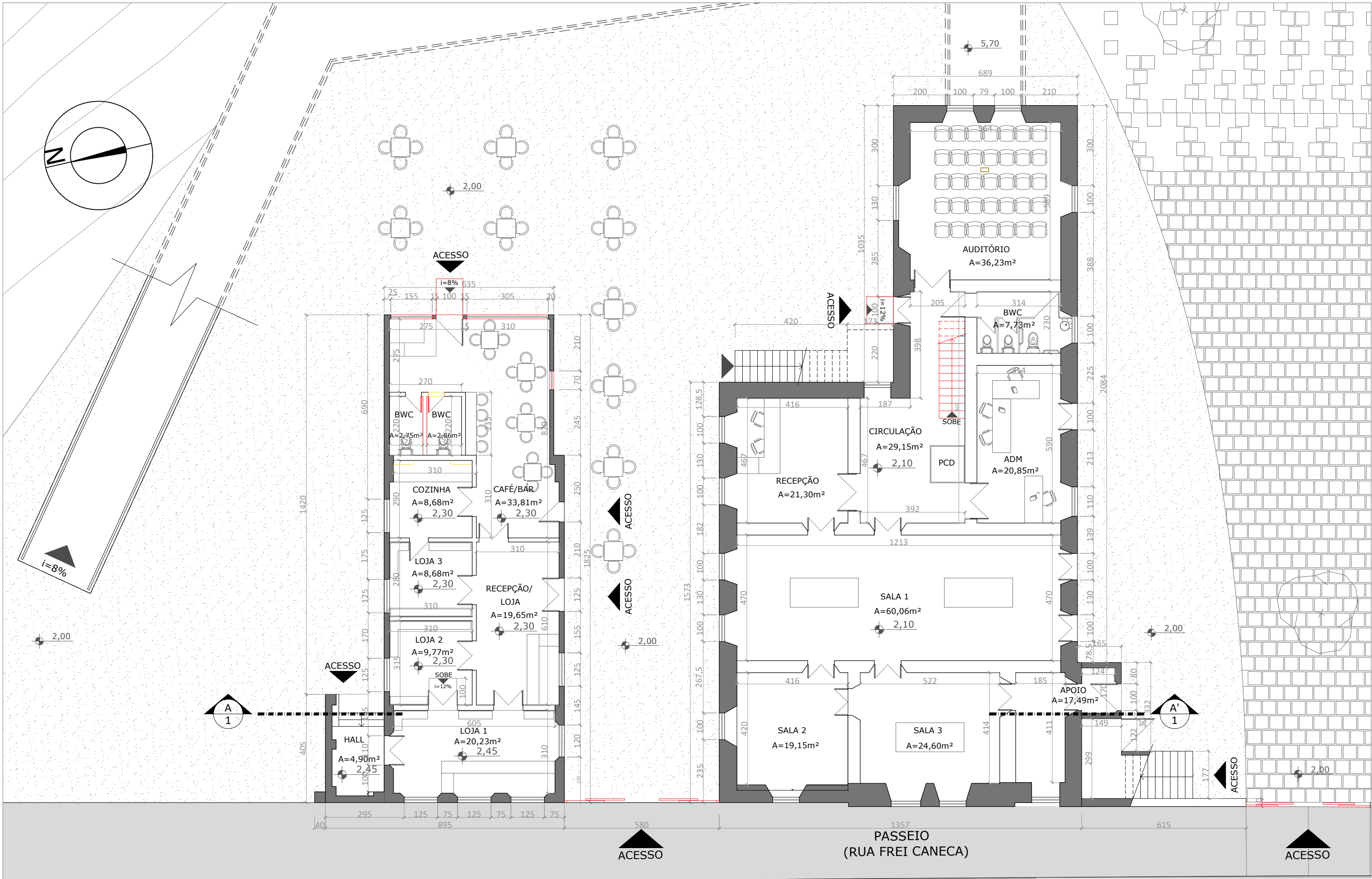
3.4. Projeto Arquitetônico







LEGENDA: ■ À CONSTRUIR
■ À DEMOLIR

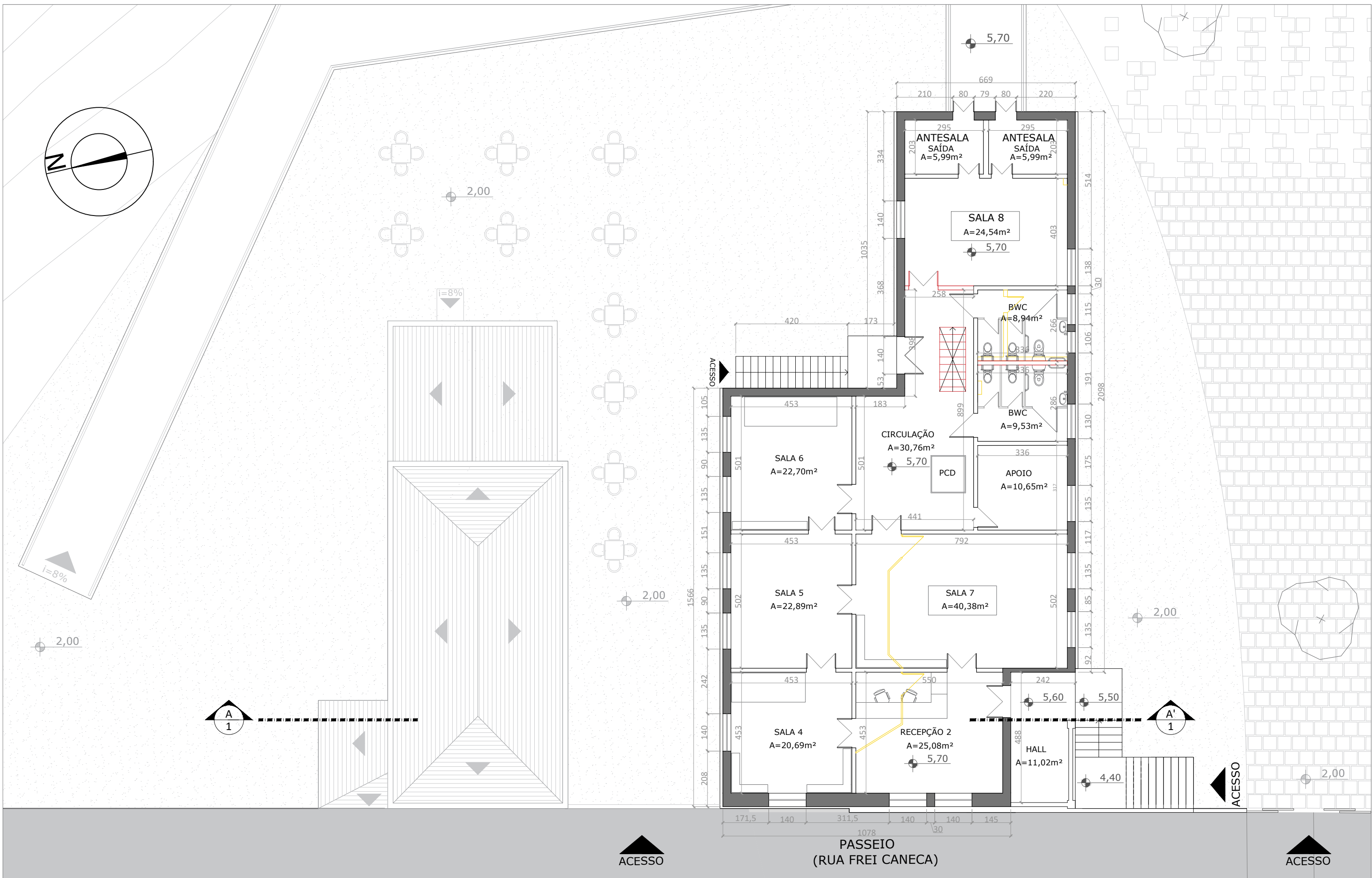


LEGENDA: ■ À CONSTRUIR
■ À DEMOLIR

PROJ. ARQ: PAQUE DO MORRO (MEMORIAL FRITZ MÜLLER/CAFÉ-BAR)

PLANTA BAIXA - TÉRREO - ESC: 1/125

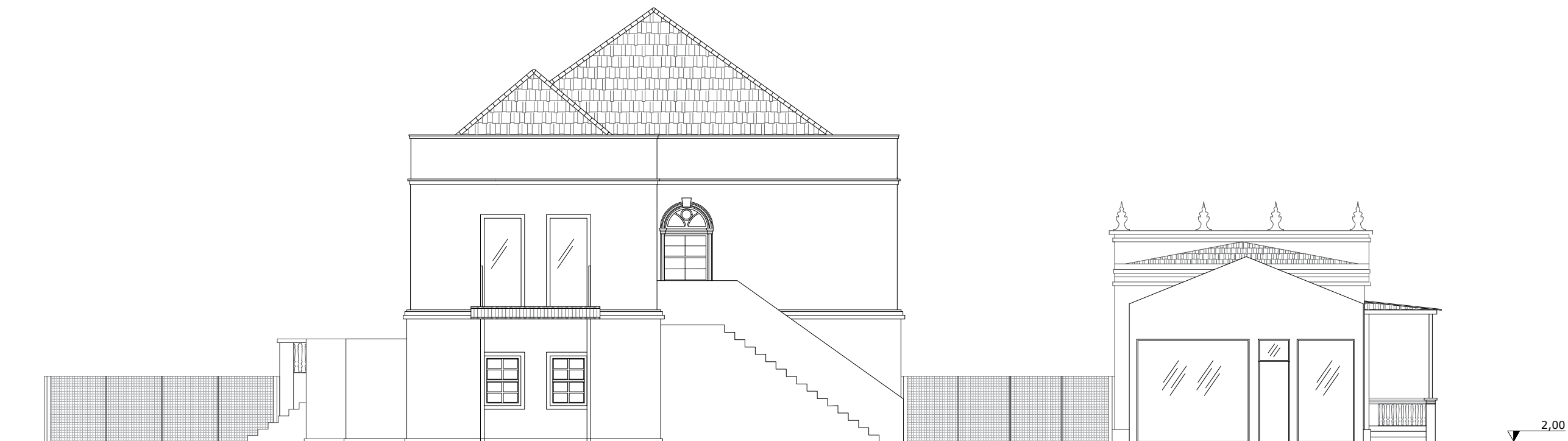
04/16



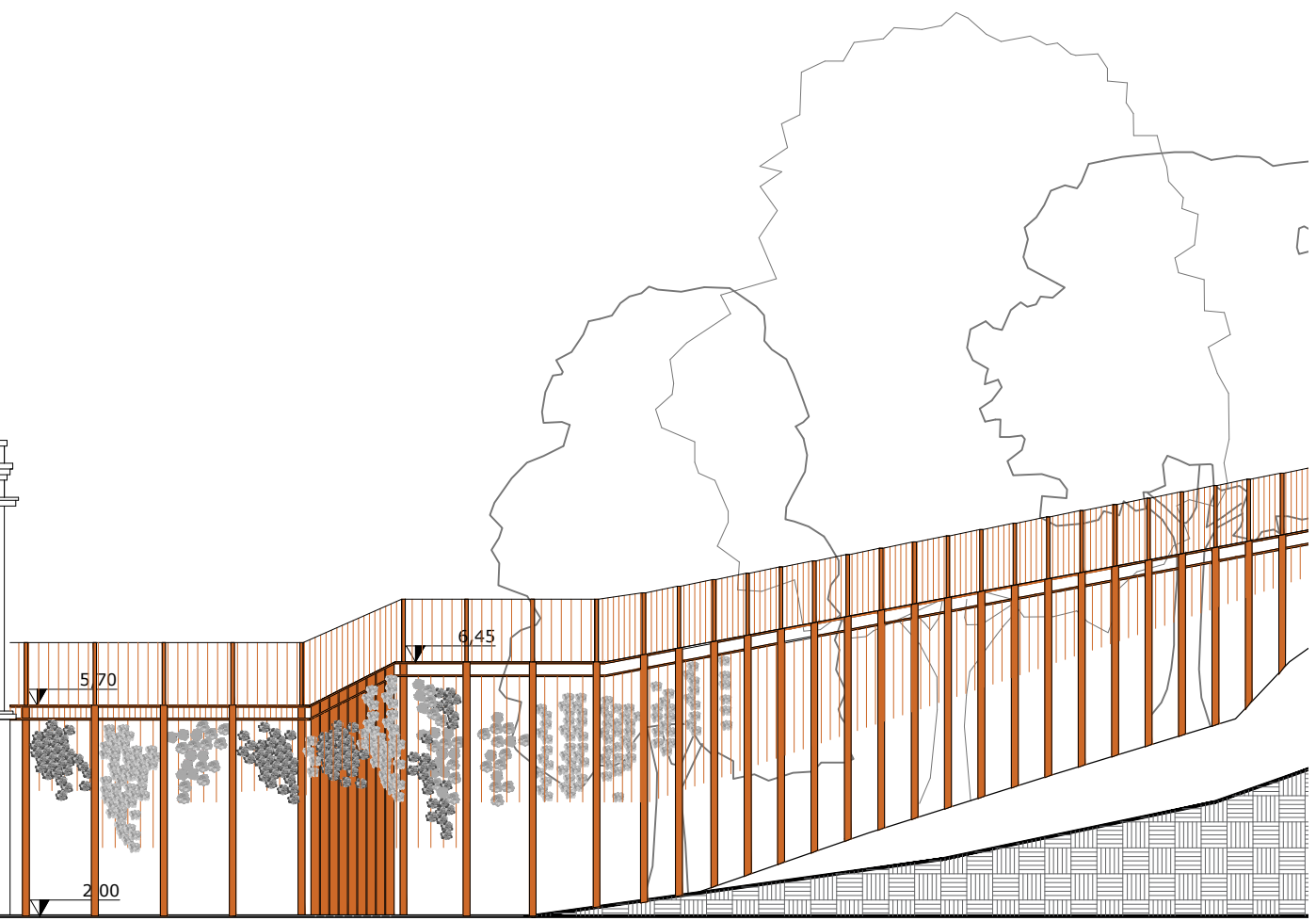
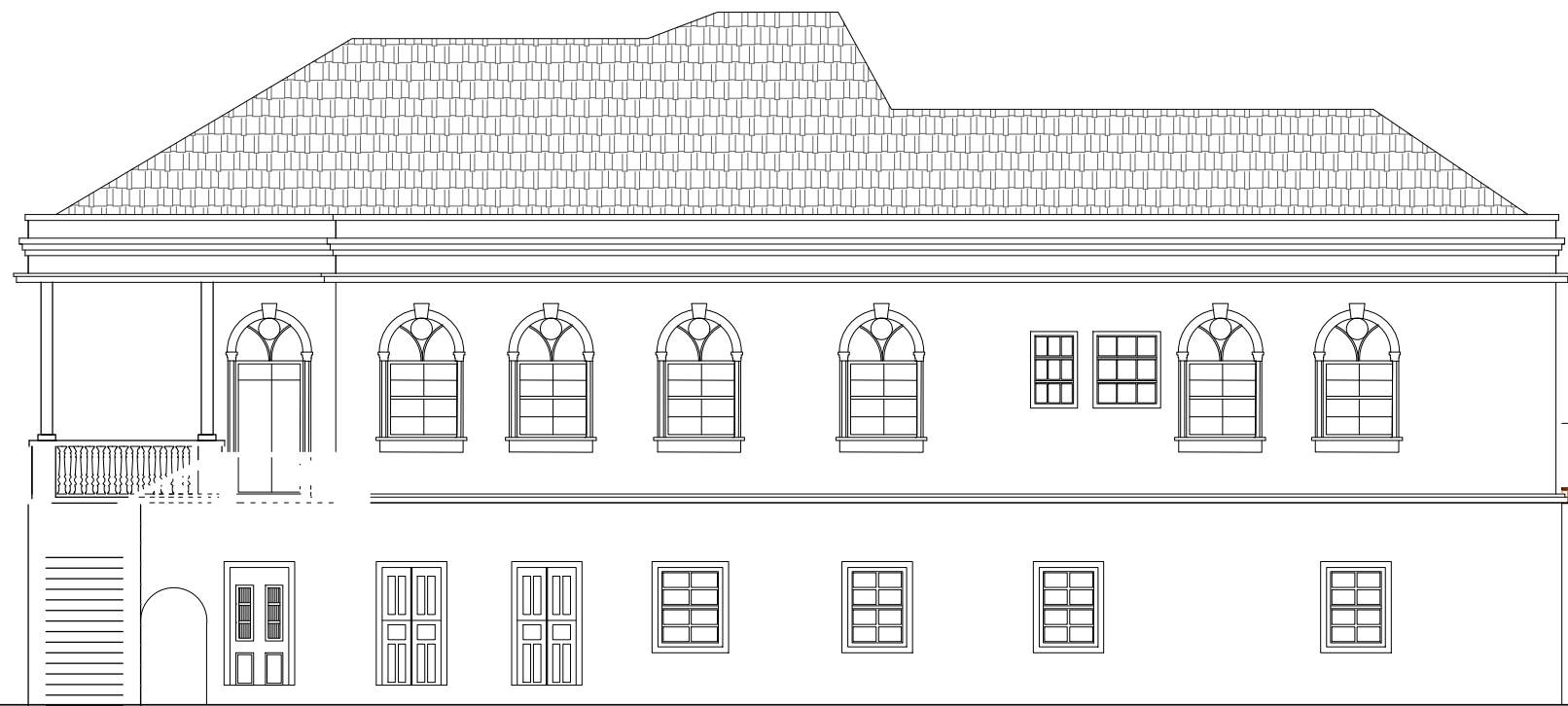
LEGENDA: ■ À CONSTRUIR
■ À DEMOLIR

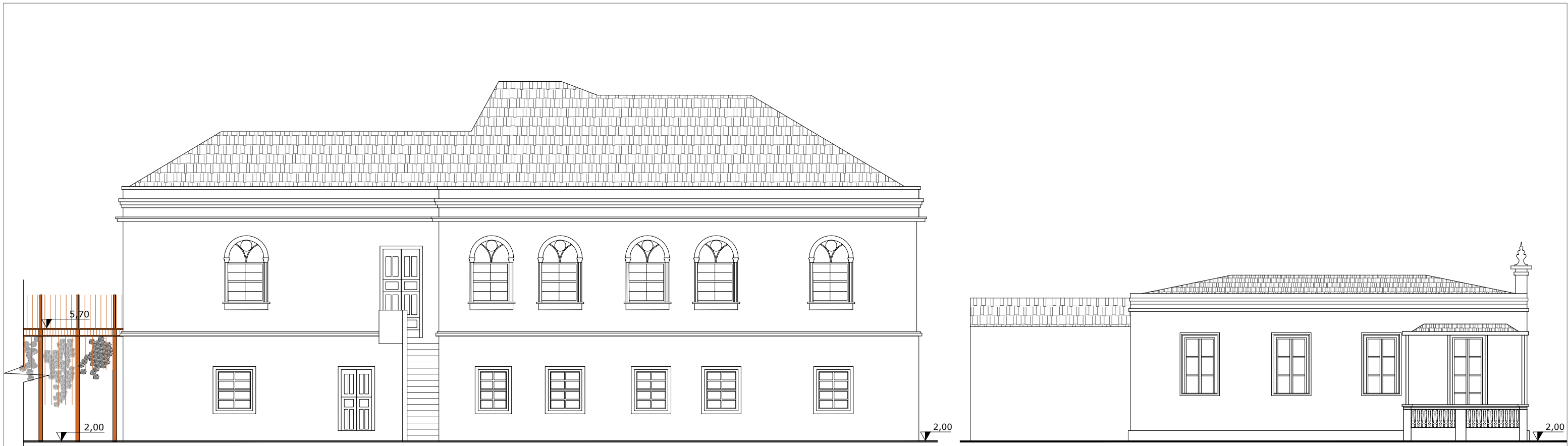


FACHADA OESTE
(VISTA A PARTIR DA RUA FREI CANECA)



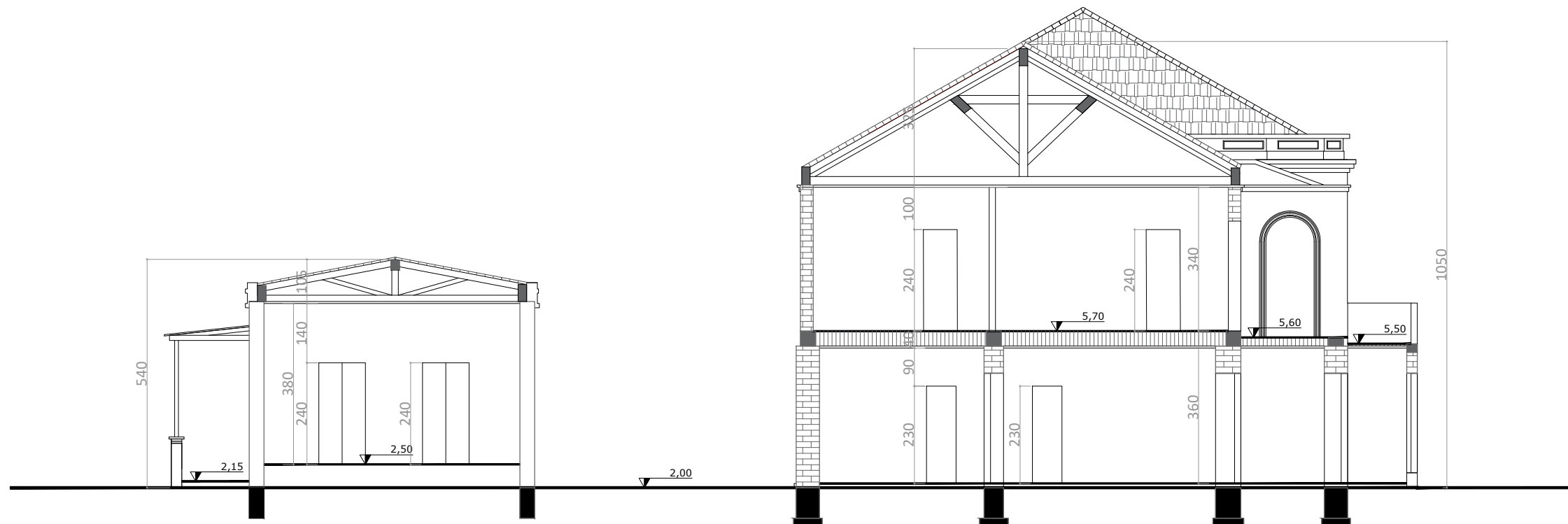
FACHADA LESTE



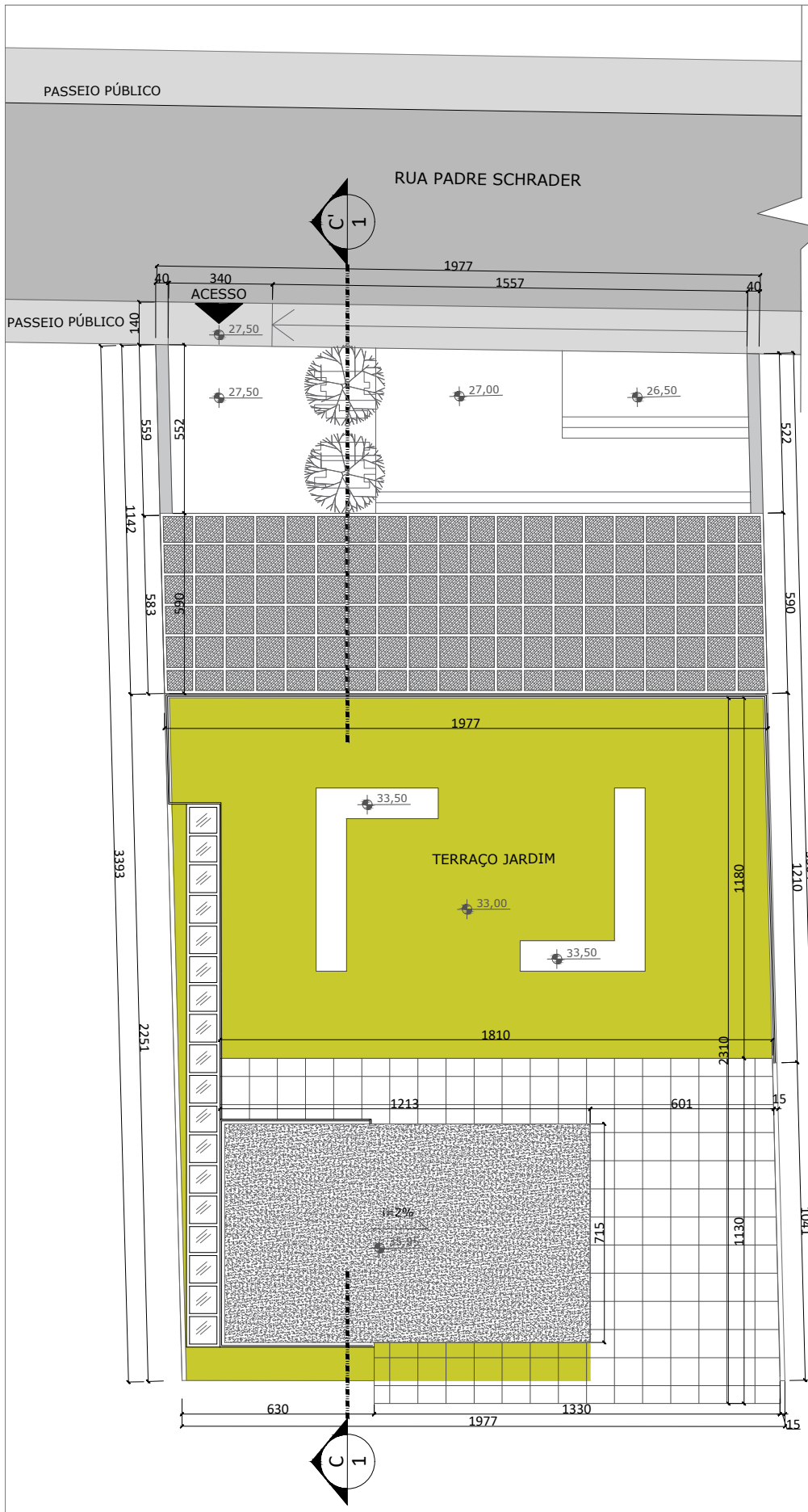


FACHADA NORTE - SOBRADO

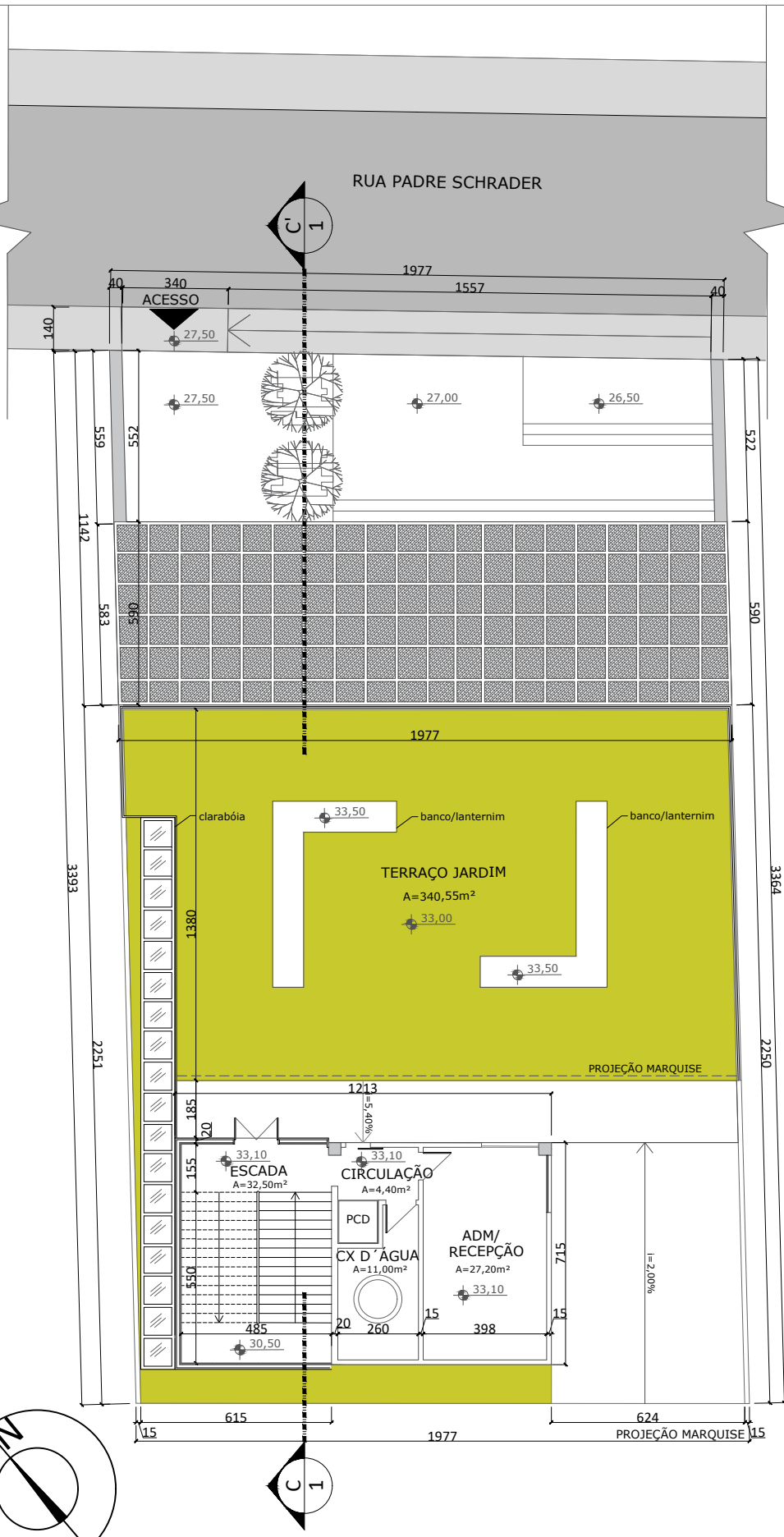
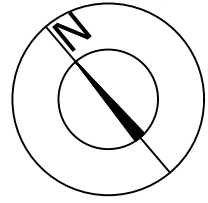
FACHADA NORTE - CASA TÉRREA



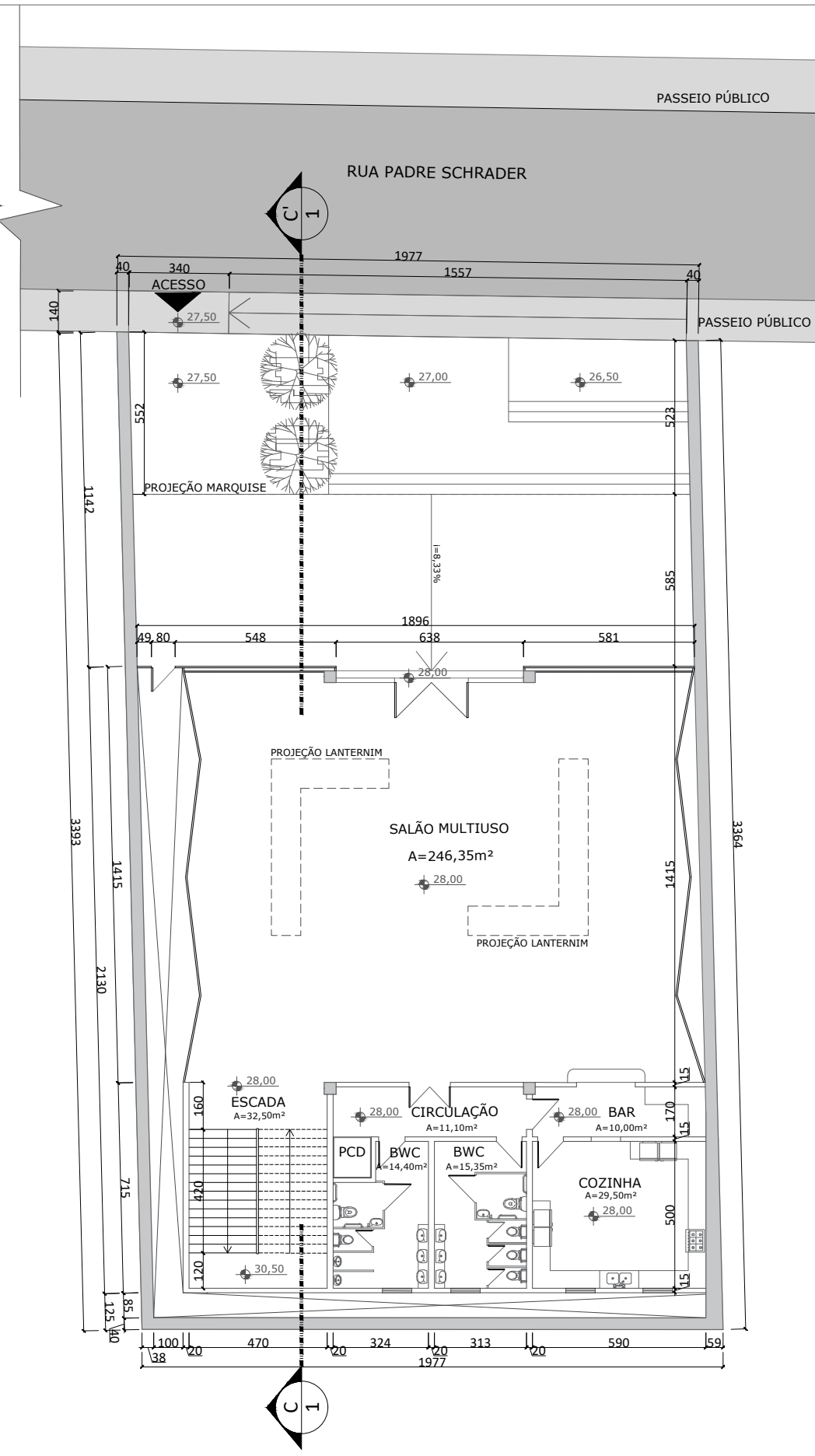
CORTE AA'



PLANTA DE COBERTURA - CLUBE DO 25



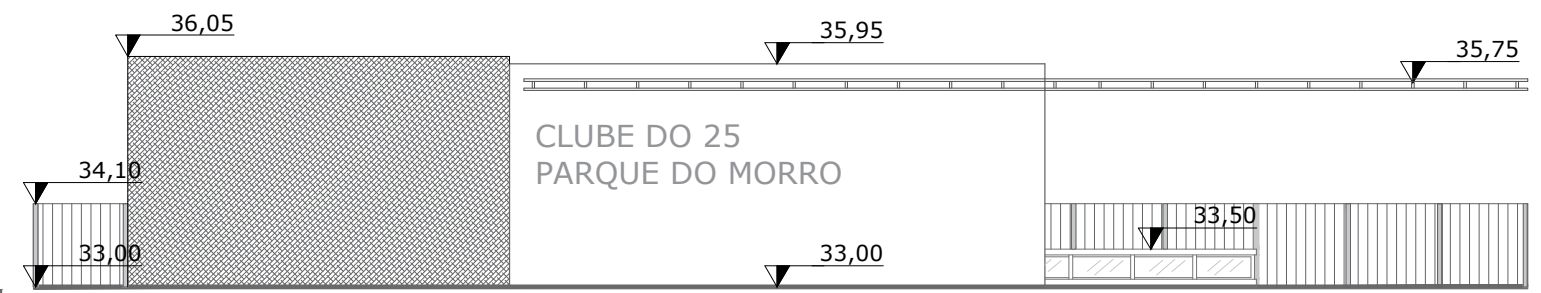
PLANTA BAIXA 1 PVTO - CLUBE DO 25



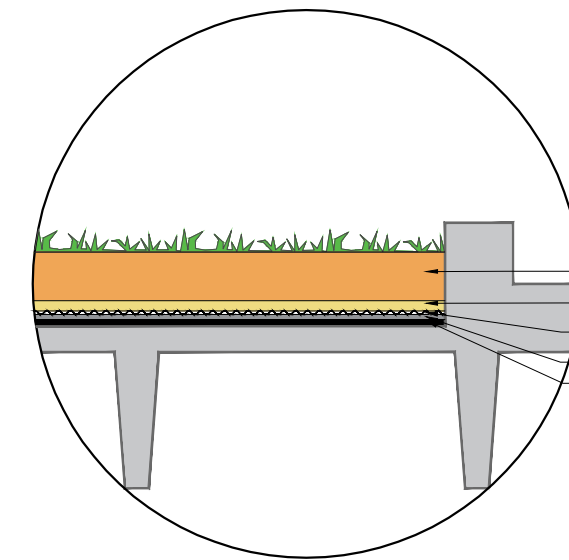
PLANTA BAIXA TÉRREO - CLUBE DO 25



FACHADA NORDESTE - CLUBE DO 25
(VISTA DA RUA PADRE SCHRADER)

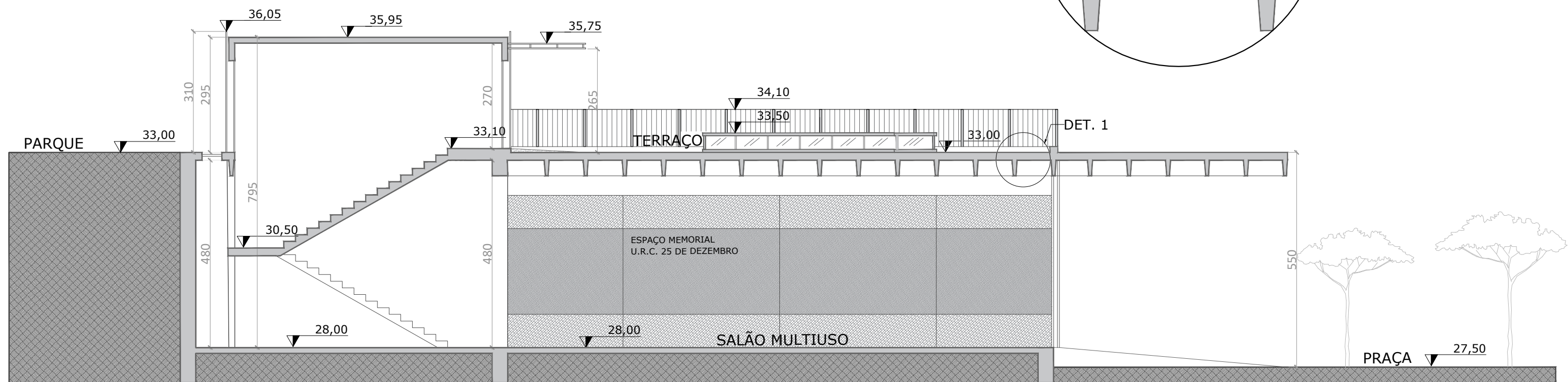


FACHADA SUDOESTE - CLUBE DO 25

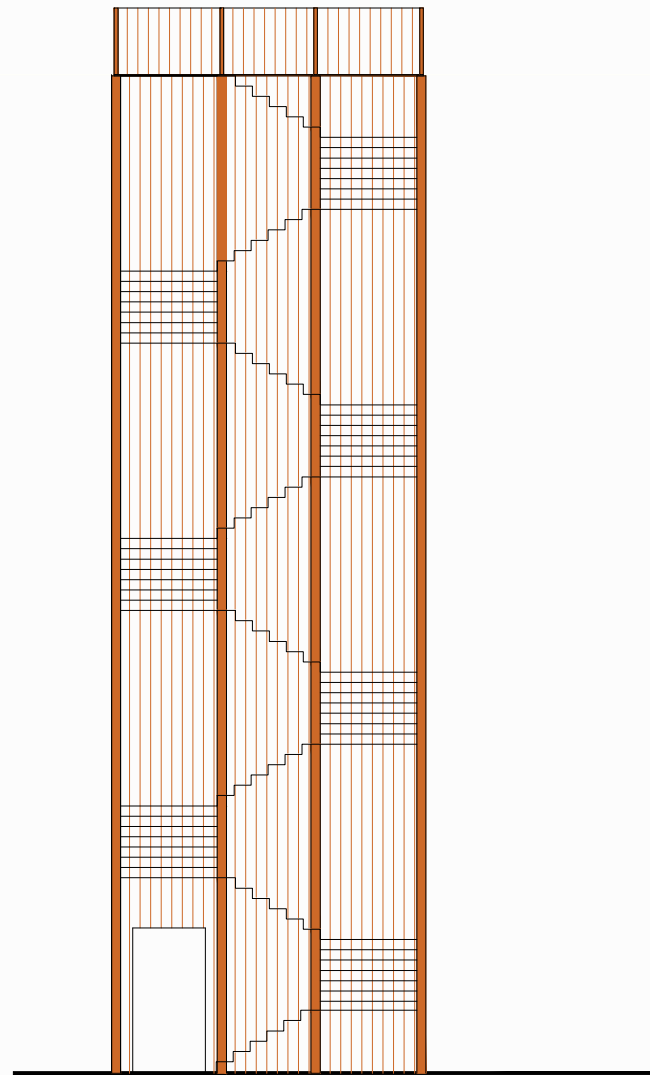


DETALHE 1.
LAJE JARDIM
ESC. 1/25

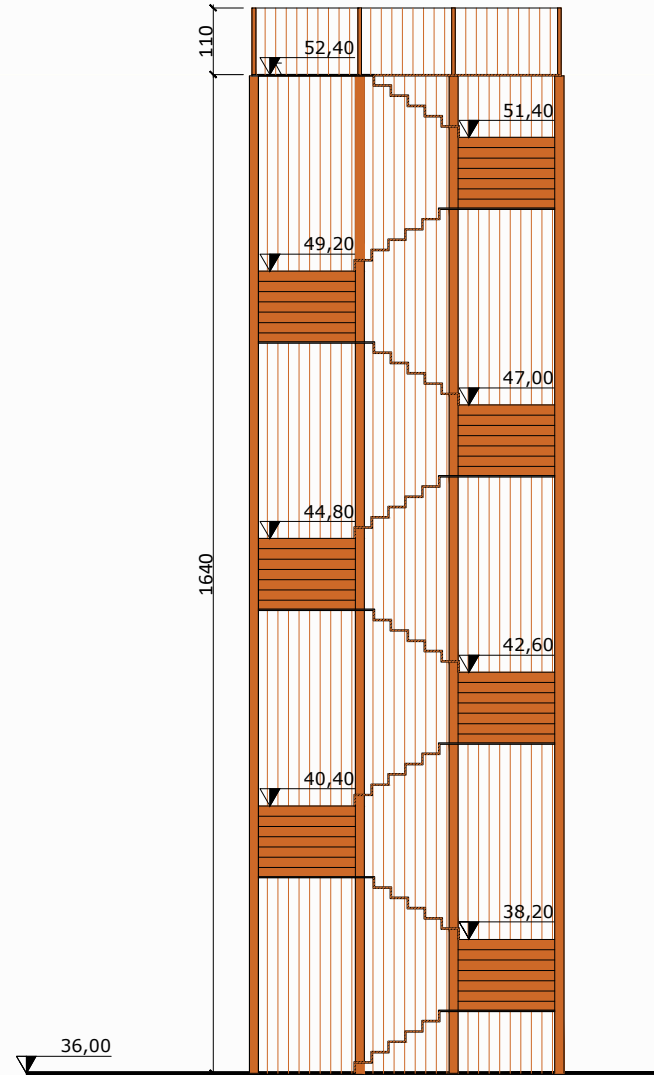
- TERRA
- PALHA DE ARROZ
- MANTA DRENANTE
- CONCRETO
- MANTA ASFÁLTICA



CORTE CC' - CLUBE DO 25



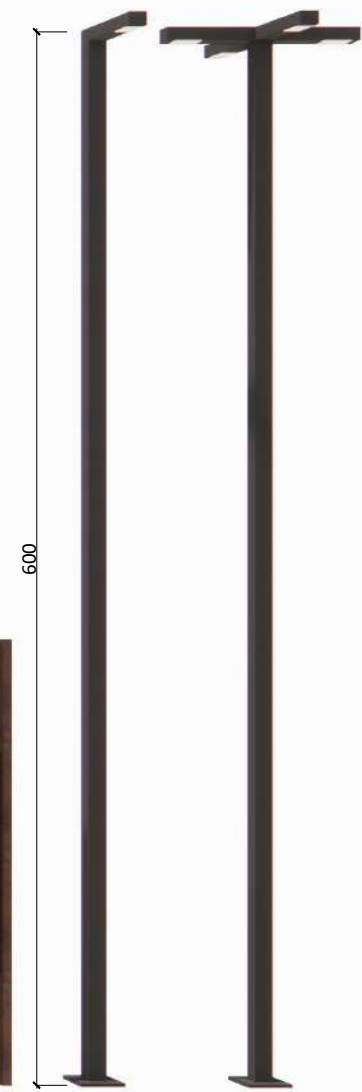
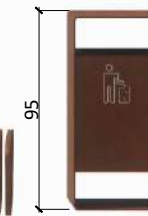
FACHADA MIRANTE



CORTE CC'



MOBILIÁRIO





(VIS 1) VISTA A PARTIR DA RUA FREI CANECA



(VIS 2) VISTA A PARTIR DA RUA FREI CANECA



(VIS 3) VISTA A PARTIR DA RUA FREI CANECA



(VIS 4) VISTA DA PASSARELA/BORBOLETÁRIO



(VIS 5) VISTA DA PASSARELA/BORBOLETÁRIO



(VIS 6) VISTA DO ESPAÇO EXTERNO DO CAFÉ/BAR



(VIS 7) VISTA DO ACESSO AO PARQUE A PARTIR DA RUA PADRE SCHRADER



(VIS 8) VISTA DO ACESSO AO PARQUE A PARTIR DA RUA PADRE SCHRADER



(VIS 9) VISTA DO INTERIOR DO PARQUE



(VIS 10) VISTA DO MIRANTE



(VIS 11) VISTA DO MIRANTE



(VIS 12) VISTA DO MIRANTE



(VIS 13) VISTA DO CLUBE DO 25 A PARTIR DO PARQUE



(VIS 14) VISTA DO CLUBE DO 25 A PARTIR DO PARQUE



(VIS 15) VISTA DO TERRAÇO JARDIM/CLUBE DO 25



(VIS 16) VISTA DO TERRAÇO JARDIM/CLUBE DO 25



(VIS 17) CLUBE DO 25 - VISTA A PARTIR DA RUA PADRE SCHRADER



(VIS 18) CLUBE DO 25 - VISTA A PARTIR DA RUA PADRE SCHRADER



(VIS 19) CLUBE DO 25 - VISTA DO INTERIOR



(VIS 20) CLUBE DO 25 - VISTA DO INTERIOR

4. Considerações Finais

As análises conceituais e territoriais realizadas neste trabalho possibilitaram o entendimento do complexo cultural e ambiental tomado como objeto de estudo a partir da sua relação com o entorno. Essa abordagem resultou num olhar abrangente para o recorte urbano analisado, incluindo o entendimento da dinâmica dos usuários potenciais e questões de ordem cultural, ambiental, social, espacial e econômica.

A consciência das complexidades envolvidas no território analisado orientou a busca de novos usos para os bens patrimonializáveis e a definição das diretrizes que embasaram o projeto. Com base nestes aspectos, foram definidas estratégias projetuais, entre as quais o traçado de um caminho a “costurar” o território, como uma forma de induzir relações de pertencimento entre o patrimônio urbano: ambiental e cultural da Agrônômica e a comunidade, respeitando e tirando proveito da condição morfológica da paisagem.

Pretendeu-se apresentar uma proposta de reabilitação na qual o próprio patrimônio (cultural e ambiental) fosse protagonista, suscitando reflexões quanto às relações entre o antigo e o novo na cidade, a partir do seu sentido da vida no presente. Essas questões são prementes na atualidade das cidades brasileiras, as quais, cada vez mais consolidadas, impõem frequentemente o desafio de projetar com as preexistências.

Apesar das especificidades de cada situação que envolve a reabilitação do patrimônio degradado, o que requer respostas individualizadas, singulares e adequadas a cada local e contexto, pode-se afirmar que as possibilidades para um bom restauro, uma boa intervenção e um bom uso do patrimônio dependem de uma adequada análise do seu estado de conservação, da interpretação, decodificação e assimilação de seus valores (tangíveis e intangíveis) e da sua capacidade de reintegração à dinâmica da vida cotidiana. A busca de novos usos para os edifícios e sítios históricos, considerando as adequadas adaptações que estes requerem, é uma das formas mais eficientes e sustentáveis de preservação – por isso a importância em se entender o contexto urbano e social dos sítios históricos para reabilitar o patrimônio.

Em vista disso, a proposição de um parque urbano surge como uma estratégia para a reabilitação do patrimônio, de modo aproximá-lo da comunidade, mas também como uma forma de oferecer mais espaços livres

de lazer e de permanência no bairro Agronômica.

O tema proposto para o parque se ancora na potência agregadora da memória de Fritz Müller e da U.R.C 25 de Dezembro associadas ao bairro Agronômica, entendida como sendo capaz de configurar um espaço atrativo e representativo para toda a cidade. A porção do território que ocupam merece, portanto, ser objeto de um planejamento urbano criterioso e estratégico, que vise conectar pessoas e lugares no intuito de restabelecer os laços afetivos entre a comunidade, o patrimônio e a cidade.

Contudo, a possibilidade de operar um processo crítico de reabilitação urbana depende de interesse político, ou seja, condições político-institucionais dentro da administração pública favoráveis e comprometidas. Esta é a condição para que o Estado, em parceria com a sociedade e a iniciativa privada, estabeleça uma conjuntura onde a cidade e o patrimônio urbano: cultural e ambiental possam realmente ser socializados e, enfim, para que a vida possa desenvolver-se em cidades mais interessantes nas quais as particularidades locais resistam à massificação e padronização da paisagem na sociedade globalizada.

No desenvolvimento deste trabalho foram enfrentadas algumas limitações, a exemplo da impossibilidade de entrar no edifício sede da U.R.C 25 de Dezembro para o registro fotográfico e levantamento arquitetônico, assim como, a inexistência de documentos técnicos auxiliares (projeto arquitetônico desta edificação). Também o acesso às casas ecléticas da Rua Frei Caneca foi prejudicado devido à insegurança e insalubridade do lugar, tendo em vista o péssimo estado de conservação em que se encontram

O exercício de projeto apresentado nessa dissertação ilustra uma condição real e singular mas que suscita a reflexão de questões que se apresentam em diversos lugares no Brasil. Deste modo, o trabalho pode vir a influenciar reflexões e projetos futuros no campo do patrimônio e do planejamento urbano.

Em relação à Florianópolis, o trabalho lança luz para uma nova perspectiva para os lugares objetos de intervenção, que visa dar protagonismo ao patrimônio cultural e ambiental da cidade e a valorização do território e da paisagem do bairro Agronômica.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. “A história da arte”. In: _____. **A história da arte como a história da cidade**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 13-18.
- BARACHO, Anna Sophia Barbosa. **Patrimônio sustentável**: reflexões sobre as melhores práticas anglo-saxônicas aplicadas a edificações culturais. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado), 2013.
- BRAGA *et al.* **A Pátina na Cidade**. Texto para discussão V. 31. Série 1 – Gestão da Conservação Urbana. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2008.
- BONGESTABS, Domingos H. **Universidade Livre do Meio Ambiente**. In: Guilherme Mazza Dourado. (Org.). **Visões de Paisagem: Um Panorama do Paisagismo Contemporâneo no Brasil**. São Paulo: Editora da ABAP, 1997.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Vol. 2, Memória. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. **A Pedra e o Tempo**. Arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano**: modelos e perspectivas. Revista Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust. Belo Horizonte, v.1, n.1, set/dez. 2007.
- CASTELNOU, Antônio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006. Disponível em: <www4.pucminas.br/documentos/arquitetura_14_artigo04.pdf> Acesso em: 24. ago. 2021
- CHOAY, Françoise. “Patrimônio histórico na era da indústria cultural”. In: _____. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.205-237.
- CURITIBA. Prefeitura municipal de Curitiba. Instituto municipal Curitiba Turismo. **A cidade**. Curitiba: S.d. a. Disponível em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/4>> Acesso em: 12 de julho de 2021.
- DIAS, Solange Irene Smolarek; DRABIK, Mariana Melani; PARIS, Barbara Carolina. **Análise Discursiva da Arquitetura Orgânica e da Arquitetura Sustentável**: Um Estudo da Teoria da Arquitetura. Revista Thêma et Scientia – Edição Especial Arquitetura e Urbanismo – Vol. 7, n. 1E, jan/jun, 2017.
- D’ALAMBERT, Clara Correia. **O Tijolo nas construções paulistanas do século XIX**. 1993. 120 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

FRIGHETTO, Maurício. **O príncipe dos observadores da natureza**. Revista FAPESC. Florianópolis/SC. Edição 01, p. 44 – 56. Mar. 2022

GENOVEZ, Sarita Carneiro. **Análise Estratigráfica** – Uma contribuição ao projeto de restauro. 210 p. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Processo de Preservação SEPHAN nº 02/2013**: Edificações isoladas. Atendimento à “Lei dos 30 anos” (Leis 2193/87 e n. 001/97) – Tombamento. Florianópolis: IPUF, 2013.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Para conhecer a obra de Donna Haraway**. Entrevista de Fernando Silva e Silva por Ricardo Machado. IHU *Online*. Publicado em 17/09/2021. Disponível em <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/para-conhecer-a-obra-de-donna-haraway/>> Acesso em: 21/04/2022

KANAN, Maria Isabel. **Manual de Conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília – DF: IPHAN / Programa Monumenta, Cadernos Técnicos n. 08, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 309-330. jan./dez. 2004

KÜHL, Beatriz Mugayar. **“Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a pré-existência.”** II ENANPARQ – Teorias e práticas na arquitetura e na cidade contemporânea, Natal, set.2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **“O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas”**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MÜLLER, Fritz. Para Darwin (*Für Darwin*, 1864). Tradução de Luiz Roberto Fontes e Stefano Hagen. 2. ed. Florianópolis/SC: Editora UFSC, 2017. **Apresentação** de Luiz Roberto Fontes e Stefano Hagen.

PERES, Buhl Arlis. **Da passagem à permanência**: arquitetura e valorização da paisagem nas transformações do bairro Agrônoma - Florianópolis, SC. (Tese Doutorado) – UFSC. Florianópolis, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Municipal da Mata Atlântica**. Florianópolis – Santa Catarina / Realização: Prefeitura de Florianópolis; Floram; IPUF, 2020. 160 p.: il

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9º ed. São

Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903]. 88 p.

SATO, Luana. **A evolução das técnicas construtivas em São Paulo**: Residência Unifamiliares de alto padrão. 2011. 183 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. USP. São Paulo, 2011.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Viana e Mosley, 2004.

SENNA, Simone Regina. Universidade Livre do Meio Ambiente. **Conscientia Ambiental**. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NIMAD), Universidade Federal do Paraná – UFPR, nº 1, 1º semestre, 2006. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/10393809-Universidade-livre-do-meio-ambiente.html> > Acesso em: 12. jul. 2021

SILVA, André de Souza; TERIBELE, Alessandra. **Megaestrutura Sustentável Contemporânea**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo v.25, n.37, 2º sem. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006.

STEINDEL, Mário. **Um dos maiores cientistas brasileiros do século XIX**. Revista FAPESC. Florianópolis/SC. Edição 01, p. 57 – 58. Mar. 2022

TÂNGARI, Vera Regina. **Espaços livres públicos como espaços museográficos** In: Anais do Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. Rio de Janeiro: PROARQ -FAU/UFRJ, 2005. pp.49-72.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina**: a ilha. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VEIGA, Maria do Rosário. **Intervenções em revestimentos antigos** - conservar, substituir ou... destruir. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Porto, Portugal, 2003.

VIVIO, Beatrice. **O novo no antigo hoje**: Modalidades de abordagem da intervenção na preexistência arquitetônica. Seminário de Estudos sobre restauração arquitetônica: “Temas recentes no restauro na Itália”, FAU – Maranhão. Trad. Beatriz Mugayar Kühl. Pós v.17 n.27. São Paulo. Junho, 2010.

ZONNO, Fabiola do Valle. **Artístico e Contextual, o lugar reinventado**. Revista Prumo, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 19, oct. 2018. ISSN 2446-7340. Disponível em: <<https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/782>>. Acesso em: 25 sep. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.24168/revistaprumo.v3i4.782>.